

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

LUÍSA SOUTO DE CASTRO CURVO

**DO AMPARO AO RECOMEÇO:
CENTRO TRANSITÓRIO DE APOIO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA**

CURITIBA

2022

LUÍSA SOUTO DE CASTRO CURVO

**DO AMPARO AO RECOMEÇO:
CENTRO TRANSITÓRIO DE APOIO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA**

**From support to restart:
Transitional center for support and reception for homeless people in Curitiba**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Armando Luis Yoshio Ito.

CURITIBA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

LUISA SOUTO DE CASTRO CURVO

**DO AMPARO AO RECOMEÇO: CENTRO TRANSITÓRIO DE APOIO E
ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR).

Data de aprovação: 22 de junho de 2022

Rita Mirele Patron Chaves, Prof^a. Doutora
UNIOPET

Karina Scussiato Pimentel, Prof^a. Doutora
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Heverson Akira Tamashiro, Prof. Doutor
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Armando Luís Yoshio Ito, Prof. Mestre
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Orientador(a) e presidente da banca

A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso

CURITIBA

2022

Dedico esse trabalho a todas as pessoas em situação de rua que tive o prazer de conhecer e ajudar no meu percurso de vida participando de projetos sociais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer às pessoas que desde o meu nascimento foram a minha base e estrutura, que são meus pais Márcia e Luís e a minha irmã Isabella, que sempre me deram exemplo, me inspiraram como ser humano e que nunca saíram do meu lado, me apoiando em cada fase e cada dificuldade. Sem eles eu não seria nada, os três representam minha felicidade e minha vida.

Também agradeço aos familiares em especial ao meu primo Gabriel, que é a razão pela qual me envolvi em um projeto social maravilhoso criado por ele mesmo, o Projeto SOLAR, que dá apoio e amparo às pessoas em situação de rua na minha cidade natal, Cuiabá – MT. Ele é um exemplo de cidadão e de ser humano, que, mesmo no conforto, se mobilizou para ajudar quem está em situação de vulnerabilidade.

Ao meu namorado Gustavo que vibra e me apoia em cada conquista. Obrigada por ser o meu parceiro de vida e a razão dos meus sorrisos, espero que ainda possamos crescer e desfrutar de várias vitórias juntos.

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para eu ser a pessoa que sou hoje, amigos de infância, colegas de faculdade e principalmente minha amiga Gabriela, que enfrentou cada etapa da faculdade ao meu lado. Tenho muita gratidão pelo apoio de cada um.

Por fim, gostaria de agradecer a dedicação e ajuda do meu orientador, Professor Armando Luis Yoshio Ito, o qual está sempre disposto a sanar minhas dúvidas e dificuldades.

*"Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem."

(Manoel Bandeira)

RESUMO

A presente monografia refere-se à uma pesquisa acerca da população em situação de rua na cidade de Curitiba. Por meio desta pesquisa, objetiva-se compreender e analisar os motivos que levaram essas pessoas a utilizarem a rua como moradia, além de estudar as dificuldades enfrentadas por esse contingente, e, por fim, assimilar as necessidades e demandas dessa população para que, através da arquitetura e de políticas públicas efetivas, esses indivíduos sejam devidamente inseridos na sociedade. Na pesquisa, foi preciso entender o conceito de “pessoa em situação de rua”, analisar o histórico desse fenômeno, e, principalmente, compreender como a arquitetura e o acolhimento podem influenciar na vida do indivíduo. Esta monografia fundamenta-se em pesquisas bibliográficas, usufruindo de teses, artigos e entrevistas que abordam o tema. A pesquisa tem como objetivo final a concepção de um Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, o qual apresenta como proposta oferecer, a partir da arquitetura, um espaço que possa acolher e amparar esse público, atendendo suas carências e os dando perspectivas de futuro.

Palavras-Chaves: Situação de rua. Arquitetura. Acolhimento. Transitório. Reinserção.

ABSTRACT

This monograph refers to a research on the homeless population in the city of Curitiba. Through this research, the objective is to understand and analyze the reasons that led these people to use the street as a home, in addition to studying the difficulties faced by this contingent, and finally, to assimilate the needs and demands of this population so that, through architecture and effective public policies, these individuals are duly inserted in society. In the research, it was necessary to understand the concept of "homeless person", analyze the history of this phenomenon, and, mainly, understand how architecture and welcoming can influence the individual's life. This monograph is based on bibliographic research, using theses, articles and discovering that address the topic. The search has as its final objective the conception of a Transitory Support and Welcoming Center for people living on the streets in Curitiba, which proposes to offer, through architecture, a space that can include and support this public, attending their needs and giving them prospects for the future.

Keywords: Homeless. Architecture. Welcome. Transitory. Reinsertion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principais marcos legais e ações federais voltados à população em situação de rua.....	21
Figura 2 - Mapa da quantidade de abrigos para pessoas em situação de rua por bairro em Curitiba.....	49
Figura 3 - Abrigo da FAS em Curitiba.....	52
Figura 4 - Abordagem da FAS em Curitiba.	52
Figura 5 - Transporte da FAS em Curitiba.....	53
Figura 6 - Locais de telefonemas a respeito da população em situação de rua em Curitiba.	55
Figura 7 - Mapa da rede integrada de transporte público em Curitiba.....	57
Figura 8 - Mapa de equipamentos públicos no bairro Centro em Curitiba.....	58
Figura 9 – Localização do terreno escolhido no bairro Centro em Curitiba.....	59
Figura 10 – Zoneamento do bairro Centro em Curitiba.....	59
Figura 11 - Localização dos lotes escolhidos.....	61
Figura 12 – Área de intervenção.....	62
Figura 13 – Mapa de equipamentos do entorno do terreno.....	64
Figura 14 – Mapa do entorno do terreno.....	66
Figura 15 – Mapa de usos do entorno.....	67
Figura 16 – Mapa de pavimentos do entorno.....	68
Figura 17 – Mapa síntese do terreno.....	69
Figura 18 – Mapa de fotos do terreno.....	70
Figura 19 – Fachada do terreno para a rua Barão do Rio Branco.....	71
Figura 20 – Fachada do terreno para a Avenida Visconde de Guarapuava.....	71
Figura 21 – Fachada do terreno para a Travessa da Lapa.....	72
Figura 22 – Fachada do edifício La Casa.....	74
Figura 23 – Dormitório no edifício La Casa.....	75
Figura 24 – Imagem das três variedades das planta-tipo.....	76
Figura 25 – Planta térreo.....	77
Figura 26 – Segundo pavimento.....	78

Figura 27 – Pavimento tipo.....	78
Figura 28 – Fachada do Centro de acolhimento.....	80
Figura 29 – Átrios do Centro de acolhimento.....	81
Figura 30 – Sala do Centro de acolhimento.....	82
Figura 31 – Recepção do Centro de acolhimento.....	82
Figura 32 – Pavimento térreo.....	83
Figura 33 - Isométrica.....	84
Figura 34 - Fachada do edifício Nouveau Lisboa.....	86
Figura 35 – Fachada aproximada do edifício Nouveau Lisboa.....	87
Figura 36 – Terceiro pavimento do edifício Nouveau Lisboa.....	88
Figura 37 – Interior do edifício Nouveau Lisboa.....	89
Figura 38 – Fachada do Ágora Tech Park.....	90
Figura 39 – Acolhida do Ágora Tech Park.....	91
Figura 40 – Pavimento térreo do Ágora Tech Park.....	92
Figura 41 – Fachada lateral do Ágora Tech Park.....	93
Figura 42 – Interior do Ágora Tech Park.....	94
Figura 43 – Quadro síntese dos estudos de caso.....	94
Figura 44 - Organograma e fluxograma do projeto.....	102
Figura 45 – Setorização do projeto.....	103
Figura 46 – Implantação projetual com análises de fluxos e insolação.....	104
Figura 47 – Fluxos do projeto.....	106
Figura 48 – Fachada do projeto para a rua Barão do Rio Branco.....	107
Figura 49 - Fachada do projeto para a Travessa da Lapa.....	108
Figura 50 – Estudos solar no mês de junho às 10h.....	109
Figura 51 - Estudos solar no mês de junho às 12h.....	110
Figura 52 - Estudos solar no mês de junho às 16h.....	110
Figura 53 - Imagem do térreo.....	111
Figura 54 - Estudo formal.....	112
Figura 55 - Implantação.....	113
Figura 56 - Fachada Rua Barão do Rio Branco.....	114
Figura 57 - Planta térreo.....	115
Figura 58 - Imagem térreo nível + 1,00.....	116

Gráfico 1 – Gráfico do número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil entre setembro de 2012 a março de 2020.....	34
Gráfico 2 – Gráfico do número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico entre os anos de 2013 e 2019.....	35
Gráfico 3 – Gráfico da população em situação de rua por local de preferência para pernoite.....	38
Gráfico 4 – Gráfico do número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único.....	40
Gráfico 5 – Gráfico do número de pessoas em situação de rua em Curitiba entre os anos de 2015 e 2019.....	41
Gráfico 6 – Gênero da população em situação de rua em Curitiba.....	42
Gráfico 7 – Etnia da população em situação de rua em Curitiba.....	42
Gráfico 8 – Origem da população em situação de rua em Curitiba.....	43
Gráfico 9 – Renda da população em situação de rua em Curitiba.....	44
Gráfico 10 – Escolaridade da população em situação de rua em Curitiba.....	44
Gráfico 11 – Motivos que levaram a população para a situação de rua em Curitiba.....	45
Gráfico 12–Locais de permanência da população em situação de rua em Curitiba.....	54
Gráfico 13 – Área dos usos do edifício La Casa.....	79
Gráfico 14 – Área dos usos do Centro de acolhimento.....	85
Gráfico 15 – Proporção das áreas.....	100

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela da população em situação de rua por porte populacional e nas captais entre setembro de 2012 a março de 2020.....	36
Tabela 2 – Equipamentos para a população em situação de rua em Curitiba.....	48
Tabela 3 – Parâmetros da Zona Central em Curitiba.....	60
Tabela 4 - Tabela de pré-dimensionamento – setor Administrativo.....	97
Tabela 5 - Tabela de pré-dimensionamento – setor de Abrigo temporário.....	97
Tabela 6 - Tabela de pré-dimensionamento – setor de Comércio e serviços.....	98
Tabela 7 - Tabela de pré-dimensionamento – setor de Convivência.....	98
Tabela 8 - Tabela de pré-dimensionamento – setor de Educação.....	99
Tabela 9 - Tabela de pré-dimensionamento – setor de Saúde.....	99
Tabela 10 - Tabela de pré-dimensionamento do projeto.....	101

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
FAS	Fundação de Ação Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONU	Organização das Nações Unidas
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
SEDS	Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UAI	Unidades de Acolhimento Institucional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. PROBLEMA.....	16
1.2. OBJETIVOS.....	16
1.2.1. Objetivo geral.....	16
1.2.2. Objetivos específicos.....	16
1.3. JUSTIFICATIVA.....	17
2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA.....	18
2.1. CONCEITO.....	18
2.2 HISTÓRICO.....	18
2.2.1 Mundo.....	18
2.2.2 Brasil.....	20
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	20
2.3.1 Marcos legais.....	20
2.3.2 Política de assistência social.....	22
2.3.3 SUAS.....	22
2.4. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	25
2.4.1 Centro de acolhimento a pessoas em situação de rua.....	27
2.4.2 Tipologias.....	28
2.5. ARQUITETURA DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO TRANSITÓRIO.....	30
2.5.1 Aspectos projetuais	30
2.5.2 Arquitetura do equipamento público.....	31
3. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE.....	33
3.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	33
3.1.1 População em situação de rua durante a pandemia.....	37
3.1.2 Centros de acolhimento no Brasil.....	38
3.2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA.....	39
3.2.1 Perfil da população de rua em Curitiba.....	41
3.2.2 Equipamentos em Curitiba.....	45
3.3. CONCENTRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO.....	53

3.4.	ESCOLHA E ANÁLISE DO TERRENO.....	58
4.	ESTUDO DE CASO.....	73
4.1.	LA CASA - WASHINGTON, DC.....	73
4.2.	CENTRO DE ACOLHIMENTO - HSINCHU, TAIWAN.....	79
4.3.	EDIFÍCIO NOUVEAU LISBOA - LISBOA, PORTUGAL.....	85
4.4.	ÁGORA TECH PARK - JOINVILLE, BRASIL.....	89
5.	DIRETRIZES PROJETUAIS.....	95
5.1.	PÚBLICO-ALVO.....	95
5.2.	PROGRAMA.....	96
6.	RESULTADO PROJETUAL.....	111
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE A.....	127

1. INTRODUÇÃO

O “morar na rua” não é apenas um problema social, mas também um problema público, uma vez que ele ocupa um lugar incontornável no espaço público, midiático e político (regulamentar, legislativo) e nos espaços públicos urbanos (ruas, praças, jardins públicos, espaços intersticiais). Sua dimensão pública está intimamente associada aos desafios políticos e urbanos, pois a presença de pessoas sem abrigo nos espaços urbanos interroga as capacidades das democracias a enfrentar a exclusão dos mais vulneráveis, seja pelas acomodações cotidianas da urbanidade seja pela ação pública na qual estão engajados associações e poderes públicos (Choppin et. al, 2013).

Ademais, apesar do fenômeno da situação de rua se apresentar de forma bem evidente no Brasil, tanto visualmente quanto estatisticamente, como será exemplificado no decorrer da monografia, essa população ainda não possui o suporte necessário para a conquista de sua autonomia e para o resgate de sua autoestima, visto que, mesmo com propostas sugeridas pelo governo, o número desse contingente fica cada vez mais expressivo com o passar dos anos. Tal fato evidencia uma carência de equipamentos que acolham e amparem de forma efetiva esse grupo, proporcionando condições mínimas de segurança e conforto.

O presente trabalho consiste na pesquisa-base para o projeto de Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua em Curitiba. O projeto será concebido de forma a não somente fornecer uma habitação temporária por três meses aos usuários, mas também proporcionar um espaço que possa fornecer suporte profissional e psicológico e consiga promover um local de convivência, impulsionando esses indivíduos a buscarem melhores condições de vida após a estadia no Centro e, conseqüentemente, se reintroduzirem na sociedade.

1.1. PROBLEMA

Os Centros transitórios de apoio e acolhimento a pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba não dispõem de uma arquitetura convidativa e acolhedora, sendo assim, além desses equipamentos não atenderem as necessidades e demandas do público em questão, não impactam de forma positiva na autoestima e no bem-estar desses.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Desenvolver a proposta projetual de um Centro Transitório de Apoio e Acolhimento para pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, para resgatar a autoestima e promover a reinserção desses indivíduos na sociedade após o período de permanência.

1.2.2. Objetivos específicos

- a. Ofertar espaços arquitetônicos que atendam às necessidades físicas e psicológicas das pessoas em situação de rua
- b. Projetar ambientes para acolhimento temporário individuais e familiares
- c. Promover espaços coletivos, que atendam às exigências sanitárias, para refeição, higiene, oferta de cursos profissionalizantes e lazer
- d. Criar uma infraestrutura para realização de cursos profissionalizantes a fim de impulsionar a autonomia profissional e financeira dessas pessoas

1.3. JUSTIFICATIVA

De acordo com os dados do Cadastro Único (CadÚnico), o número de pessoas morando nas ruas no Paraná aumentou 49,3% nos últimos três anos. No início de 2018, eram 6.493 pessoas nessa condição, e segundo os números mais recentes, de abril de 2021, a quantidade de pessoas nas ruas passou para 9.653.

Nesse contexto, em Curitiba, somente em 2020, 225 novas famílias curitibanas contempladas por programas guiados pelo CadÚnico, como o Bolsa Família, declararam não ter onde morar. Posto isso, é evidente que o perfil da população de rua é bem plural, e que muitas pessoas e famílias não estão nessa situação por opção, mas sim, por falta de oportunidades.

Outrossim, no ano de 2019, cerca de 2.300 pessoas estavam em situação de rua na capital paranaense, segundo a base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2019). Esse número registrado pelo órgão aponta um aumento de 100% em comparação ao que foi apresentado no ano de 2015, quando foram contabilizados 1.200 moradores em situação de rua, o que evidencia uma progressão expressiva desse contingente nos últimos anos.

De acordo com dados mais recentes do ano de 2021, a Prefeitura de Curitiba contabiliza que existem 2.700 pessoas vivendo nas ruas da capital. Essa situação foi ainda mais escancarada pelo período de crise econômica e principalmente de calamidade pública vivenciada pela cidade e pelo país nos anos de 2020 e 2021, o que deixou ainda mais vulnerável essas pessoas que não possuem acesso às necessidades básicas.

Logo, tendo em vista esse cenário alarmante, torna-se necessário um ambiente que atenda de forma transitória este público, a fim de dar a eles uma oportunidade de gozar das condições mínimas necessárias ao seu bem-estar, impulsionando sua independência profissional e resgatando sua autoestima, para que, após a permanência no Centro, as pessoas consigam se reintroduzirem na sociedade e se estabelecerem sozinhas.

2. CONCEITUAÇÃO TEMÁTICA

2.1. CONCEITO

Segundo o relatório do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a situação de rua é uma crise global de direitos humanos que requer uma resposta universal e imediata. Da mesma maneira, a situação de rua também é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, com consequências graves para a saúde e para a vida. O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Consoante a isso, conforme a definição da Secretaria Nacional de Assistência Social, a população em situação de rua se caracteriza por ser um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente (FRANCISCO, 2021).

O termo população em situação de rua está sendo bastante utilizado principalmente pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas para se referir aos indivíduos que se encontram nesse contexto social, uma vez que outros termos como “morador de rua”, “pessoa de rua” e até mesmo “mendigo” acabam sendo rótulos que sustentam ideias de fracasso moral e individual, desconsiderando as especificidades dessa população e ignorando a possibilidade de mudança e saída dessa situação, impondo às pessoas uma visão determinista e inalterável (REIMBERG; GOMES; BICHIR, 2020).

2.2. HISTÓRICO

2.2.1. Mundo

O fenômeno da situação de rua não é um movimento atual na sociedade, uma vez que é uma dinâmica social relatada desde a Grécia Antiga. A denominação

“situação de rua” só pôde advir após a sedentarização e a construção de moradias familiares ou individuais da humanidade, ou seja, em épocas nômades tal concepção não existia (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013).

Nesse contexto, o autor Stoffels (1977) fez uma extensa pesquisa acerca do histórico do fenômeno situação de rua, afirmando que a história da organização do estado e da cidade é paralela a da situação de rua, visto que foi por meio das desapropriações de terras para o crescimento das cidades que essa situação de rua tomou proporção, na Grécia Antiga.

Entretanto, apesar de haver registros da existência dessa população desde a Grécia Antiga, grande parte dos estudos sobre esse tipo de população foi realizada apenas no século XX, portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia (FRANCISCO, 2021).

Ainda sobre o histórico dessa população, segundo o artigo “Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil” do Pós graduando em Educação diversidade e redes de proteção Social, Alexandre da Rocha Klaumann, de 2014, para entender o surgimento do fenômeno que é a população em situação de rua, é importante observar o processo histórico onde a revolução industrial encerrou a transição entre o feudalismo e capitalismo, que seria aquela fase de acumulação de capitais e de predominância do capital mercantil sobre a produção.

Em meio a essa transição, intensificou-se o êxodo rural, no qual muitos camponeses vieram para as grandes cidades em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Entretanto, o uso cada vez maior de máquinas e equipamentos tecnológicos nas indústrias fez diminuir as oportunidades de emprego, visto que as máquinas estavam substituindo a mão de obra humana. Nesse contexto, aumentou muito a taxa de desemprego, e os camponeses que haviam saído de suas terras não possuíam condições de bancar uma moradia, levando essa população a morar nas ruas (KLAUMANN, 2014).

2.2.2. Brasil

Esse mesmo processo de origem no Brasil se deu por meio de um acelerado processo de crescimento urbano nos últimos 40 anos, gerando dessa maneira a migração da população que não tinha acesso às ofertas de emprego em direção às grandes cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Essa migração para os centros urbanos resultou na fragilização das condições e das ofertas de emprego, como apresenta Queiroz (2009,p. 17-18):

“O movimento de êxodo rural brasileiro surge do fascínio do camponês pelo desenvolvimento urbano, com conseqüente paralisação da produção rural a qual motiva a migração pela busca de empregabilidade e qualidade de vida. Grandes contingentes de migrantes foram inseridos e incorporados como mão de obra assalariada na indústria que se consolidava no Brasil. O contínuo movimento migratório resultará em um número excedente de força de trabalho, o qual ingressará no trabalho precarizado, no desemprego e/ou no pauperismo quando a industrialização passar pela crise dos anos 80 e na reestruturação produtiva desde então, em curso no país”

Dessa forma, da mesma maneira que ocorreu no resto do mundo, com o advento da globalização, as indústrias no Brasil, a fim de acelerar a linha de produção e cortar gastos, substituíram a mão de obra humana pelas máquinas, causando o expressivo aumento da taxa de desempregados nas grandes cidades e, conseqüentemente, de indivíduos que não possuíam condições de bancar uma moradia. (QUEIROZ, 2009).

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

2.3.1. Marcos legais

No Brasil, até a década de 1990, as ações de assistência voltadas para a população de rua eram pautadas em princípios assistencialistas e higienistas, entretanto, a partir desse período, a situação de rua se tornou uma questão social para o Estado, se fazendo presente nas leis e políticas públicas.

Para exemplificar o quão recente são essas conquistas para a população de rua, apenas em 1991 São Paulo realizou o primeiro levantamento de dados sobre a população sem residência fixa. Além disso, Belo Horizonte, apenas no ano de 1996,

criou o primeiro Centro de Referência da População em Situação de Rua, que futuramente embasaria a criação dos chamados Centro Pop, que são Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua.

Desse modo, evidencia-se, por parte do governo federal, ações concretas em relação à essa temática somente no início dos anos 2000, quando foram formuladas as primeiras políticas públicas nacionais direcionadas a esse público. O quadro a seguir sintetiza os principais marcos legais e ações federais voltados à população em situação de rua (REIMBERG; GOMES; BICHR, 2020).

Figura 1: Principais marcos legais e ações federais voltados à população em situação de rua

Ano	Ação	Detalhamento
2004	Política Nacional de Assistência Social	Garantiu o atendimento da população em situação de rua nos serviços e programas da Assistência Social.
2005	Alteração da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) - (lei n. 8.742/1993)	Instituiu a criação de programas específicos direcionados à população em situação de rua.
2006	Grupo de Trabalho Interministerial (decreto s/n., de 25 de outubro de 2006)	Instituiu o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
2008	Cadastro Único (portaria GM/MDS n. 376)	Assegurou a inclusão das pessoas em situação de rua ao possibilitar o uso do equipamento de assistência social como endereço de referência e, na ausência desse, o endereço da instituição de acolhimento.
2009	Política Nacional para a População em Situação de Rua (decreto n. 7.053/2009)	Criou princípios, diretrizes e objetivos com a finalidade de orientar a construção das políticas em todos o território brasileiro para população em situação de rua.
2009	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (resolução n. 109/2009)	Estabeleceu os parâmetros para a criação dos Centros Pop (Centros de Referência Especializado para a População de Rua).
2011	Equipes consultório na rua (portaria GM/MS n. 122)	Instituiu as Equipes de Consultório na Rua, que têm por objetivo ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde.
2011	Cartão Nacional de Saúde (portaria GM/MS n. 940)	Estabeleceu normas que retiraram a exigência do endereço no Cartão Nacional de Saúde.

Fonte: Nexo Jornal. Ano: 2020

2.3.2. Política de assistência social

Com a intenção de estabelecer a assistência social como um direito de cidadania e de responsabilidade do Estado, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaborou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada no ano de 2004, que tem a intenção de:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, a PNAS age considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento e aspirando a universalização dos direitos sociais, uma vez que, ao agir nos campos da realidade de maior vulnerabilidade humana, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas, como população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos e pessoas com deficiência (MDS, 2004). Também é importante salientar que essa política pública possibilitou o surgimento de programas, equipamentos públicos e até de um sistema único para a assistência social, como é o caso do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

2.3.3. SUAS

Como já apontado acima, a PNAS permitiu um reordenamento a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com o MDS, o Sistema Único de Assistência Social é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão e organização da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social em todo

o território nacional. Em termos gerais, o SUAS, estabelece a corresponsabilidade entre os entes federados (União, Estados, DF e Municípios) para implementar, regular, cofinanciar e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social em todo o país, ou seja, determina isso como dever do Estado e direito do cidadão.

Esse sistema organiza a proteção social por níveis: proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade. No livreto de perguntas e respostas desenvolvido pelo Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, 2011), a proteção social pode acontecer em três níveis:

- a. Proteção Social Especial básica: organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. A atenção na Proteção Social Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Nesse sentido, são exemplos dessas situações a violência física, psicológica e negligência; o abandono; a violência sexual; situação de rua e trabalho infantil.
- b. Proteção Social Especial de Média Complexidade: organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento dos riscos, pessoal e social, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos, a oferta da atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede.

Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituem Unidades para a oferta de serviços especializados no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop
- c. Proteção Social Especial de Alta Complexidade: tem como objetivo ofertar serviços especializados a fim de assegurar segurança de acolhida a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitários de origem. Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituem serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:
- Serviço de acolhimento Institucional;
 - Serviço de acolhimento em República;
 - Serviço de acolhimento em Família Acolhedora;
 - Serviço de proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O serviço especializado para pessoas em situação de rua deve garantir certas seguranças para esse público, dentre elas:

- Segurança de Acolhida para que esses indivíduos sejam acolhidos com dignidade, a fim de minimizar os danos decorrentes de violências vividas e abusos. Além disso, é visado o resgate da identidade, integridade e história de vida.
- Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social, para fortalecer ou resgatar o convívio familiar e com a comunidade. Ademais, essa segurança tem a intenção de proporcionar serviços socioassistenciais e o acesso às políticas públicas que atendam às necessidades de cada indivíduo.
- Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social, para que essas pessoas tenham princípios pautados no respeito a si próprio e aos outros, na ética de justiça e cidadania. É de prioridade dessa segurança que os moradores de rua construam projetos pessoais e sociais, resgatando assim sua identidade e autoestima.

Dentre esses níveis de proteção, será adotado a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por essa garantir a segurança de acolhida aos indivíduos em situação de rua, desse modo, se adequando melhor aos objetivos do trabalho.

2.4. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O acolhimento institucional é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, cujo principal objetivo é promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção. No que se refere às unidades físicas, esse serviço deve oferecer um ambiente acolhedor e com estrutura física adequada para atender às necessidades dos usuários. Além disso, essas unidades devem cumprir os requisitos previstos nos regulamentos para a oferta do serviço de acolhimento, promovendo condições de acessibilidade, higiene, salubridade, segurança e privacidade (MEDEIROS, 2020).

O serviço de acolhimento deve favorecer o convívio familiar e comunitário, a utilização dos demais equipamentos e serviços disponíveis na comunidade onde a unidade está localizada, e deverá respeitar os costumes, tradições e a diversidade como: as diferentes faixas etárias, os arranjos familiares, religião, gênero, orientação sexual, raça ou etnia (MEDEIROS, 2020).

No que se refere aos equipamentos desse Serviço, a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social afirma que as unidades de acolhimento são responsáveis por executar os serviços especializados e oferecer acolhimento e proteção a indivíduos em situação de vulnerabilidade, incluindo o público que sobrevive nas ruas.

Esse serviço é ofertado com diferentes modalidades, dentre eles: Abrigos institucionais, casas-lares, casas de passagem, residências inclusivas ou repúblicas. A modalidade na qual o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento abordado no trabalho está inserido é o sistema de abrigos institucionais, que visa acolhimento provisório a pessoas adultas ou grupo familiar que se encontram em situação de vulnerabilidade (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015). Além disso, é citado no Documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, realizado pelo MDS no ano de 2013, que os objetivos gerais de um abrigo institucional são:

- Acolher e garantir proteção integral;

- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

E os objetivos específicos são:

- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

Ainda de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público, no Guia de defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, do ano de 2015, serão citadas a seguir algumas características e necessidades de um abrigo institucional:

- a. No que se refere à localização dos equipamentos, as unidades de abrigos institucionais devem ser implantadas em regiões onde há maior concentração da população de rua, a fim de possibilitar um acesso mais facilmente e atender as demandas desse público.
- b. Os abrigos institucionais deverão oferecer espaços para a acomodação de animais de estimação e locais para armazenar carrinhos de coleta de material reciclável dos usuários
- c. O abrigo institucional de acolhimento provisório poderá abrigar no máximo cinquenta usuários por unidade e precisa disponibilizar ambientes acolhedores, bem iluminados, com ventilação adequada e infraestrutura que proporcione uma fácil mobilidade e circulação de pessoas.
- d. Esse serviço deverá funcionar de forma contínua (24 horas), com horários flexíveis para entrada e saída de usuários de acordo com a necessidade deles
- e. Os espaços do abrigo institucional devem, obrigatoriamente, possuir os seguintes espaços essenciais:

- QUARTOS com espaço suficiente para a acomodação de até 4 (quatro) pessoas, com camas individuais, além de armários para guarda individualizada de pertences pessoais;
- COZINHA com espaço suficiente para organização dos utensílios e preparação de alimentos para o número de usuários
- SALA DE JANTAR/REFEITÓRIO, que deve ser um espaço adequado para acomodar as pessoas atendidas a cada refeição
- BANHEIROS com espaço para um lavatório, um sanitário e um chuveiro para uso individual de até dez pessoas, sendo que ao menos um dos banheiros deverá ser adaptado para Pessoa com Deficiência
- ÁREA DE SERVIÇO com lavanderia equipada para lavar e secar roupas dos usuários e de uso comum do serviço
- SALA PARA EQUIPE TÉCNICA com estrutura adequada para o desempenho do trabalho (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões etc.), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva
- SALA PARA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, que abrigará espaço com mobiliário suficiente para a acomodação da equipe administrativa e da coordenação, com área reservada para guarda de prontuário com segurança e sigilo e espaço/mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística etc.);

Logo, após a análise de todas as características e necessidades de um abrigo institucional, é possível afirmar novamente que o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento abordado no trabalho se encaixará na modalidade de um abrigo institucional, visto que esse irá funcionar como acolhida provisória durante três meses até que o usuário do serviço possa retornar à sociedade ou alcance a sua autonomia.

2.4.1. Centro de acolhimento a pessoas em situação de rua

Um Centro de acolhimento a pessoas em situação de rua, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), é um equipamento público que visa a administração e a organização de projetos, programas e ofertas de serviços a assistência social desse público. Ademais, é de responsabilidade compartilhada dos

Municípios e Estados a garantia de funcionamento desses equipamentos e a implementação desses projetos, programas e ofertas de serviços (MDS, 2013)

Além disso, esse serviço voltado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência, tem a finalidade de oferecer atendimento e acompanhamento especializado, com atividades direcionadas para o fortalecimento de vínculos sociais e familiares, a organização coletiva, mobilização e participação social, assim como a construção de novos projetos de vida. Oferece também orientação individual e em grupo, e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social. (MDS, 2011)

Este serviço tem como objetivos (MDS, 2011):

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Concluindo, um Centro transitório de acolhimento para pessoas em situação de rua é um equipamento público que visa atender as necessidades básicas dos usuários, oferecendo apoio psicológico, dormitórios seguros e temporários e atividades para formação, qualificação pessoal e profissional, para que os indivíduos alcancem a sua independência após a estadia na instituição.

2.4.2. Tipologias

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, existem três modelos de intervenção nessa esfera de apoio às pessoas em situação de rua, são eles: O Assistencialista, o Integrado e o “Housing first” conforme detalhado a seguir: (SDH/PR, 2013)

- a. No modelo assistencialista, o fenômeno dos indivíduos em situação de rua não é abordado com iniciativas concretas que promovam a recuperação e a reinserção desse público, uma vez que se trata de um modelo no qual não

existem propostas integradas, o que torna o suporte dado algo temporário e de caráter assistencialista. As soluções no âmbito desse modelo são respostas de habitação de aspecto temporário, que não são acompanhados por outros serviços que dariam perspectivas de autonomia e de desenvolvimento pessoal para os usuários do equipamento. (SDH/PR, 2013)

- b. O modelo integrado surge em um contexto de aumento e diversificação do público em situação de rua. Esse modelo se caracteriza pela criação de estruturas que possam promover o exercício pleno da cidadania, como serviços de acomodação temporária, saúde, educação, cultura, trabalho e habitação. Dessa forma, o apoio não se resume apenas em local para dormir e se alimentar, mas sim, acompanha a pluralidade e a complexidade desse público. (SDH/PR, 2013)
- c. Por último, o terceiro modelo se baseia na metodologia “Housing First” (Casas Primeiro), sendo um modelo igualmente integrado, mas que define a habitação como uma prioridade, mais do que como resultado final de um trajeto de várias etapas. As intervenções baseadas no modelo Housing First consistem no realojamento das pessoas em situação de rua, predominantemente das tipologias já referidas, provenientes da rua ou de abrigos, em apartamentos ou casas autônomas. Esse acesso à moradia visa diminuir os danos já causados a essa população, e é associado a um conjunto de medidas de acompanhamento flexível, realizada por uma equipe multidisciplinar, predominantemente voluntária, que presta apoio em outros níveis como saúde mental, questões sociais e de emprego. (SDH/PR, 2013)

Nesse contexto das tipologias conceituais dos centros de acolhimento a pessoas em situação de rua, o edifício proposto pelo trabalho se enquadrará no modelo integrado, pois os serviços não se resumirão apenas em refeição, dormitórios e higiene, mas sim, irão englobar a capacitação profissional e a promoção da saúde psicológica, a fim de resgatar a autonomia e a autoestima dos indivíduos.

2.5. ARQUITETURA DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO TRANSITÓRIO

De acordo com escritor Herman Hertzberger:

O arquiteto juntamente com seu processo de criação, pode conceber condições pelas quais irão conduzir o usuário a criar um maior senso de envolvimento com o meio que está inserido (HERTZBERGER, 1999).

A partir desse dizer, é evidente a importância que a arquitetura tem sobre a vida e o cotidiano das pessoas e a forma que essas se relacionam entre si e com o seu meio. Consoante a isso, segundo Papalia, Olds e Feldman, que escreveram o livro “Desenvolvimento humano” em conjunto no ano de 2006, quando se vive num ambiente em que todas as necessidades são supridas, onde o indivíduo se sente acolhido, este consegue ter um melhor desenvolvimento físico e psicológico, adaptando-se de melhor forma à sociedade (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

Isto posto, a arquitetura pode influenciar positivamente o seu usuário, com um ambiente que ofereça sensação de segurança, acolhimento e que permita o indivíduo criar sua própria identidade, contribuindo para que sua passagem pelo Centro de Apoio e Acolhimento seja positiva e promova a autonomia, liberdade e reinserção na sociedade.

2.5.1. Aspectos projetuais

Ainda para Hertzberger (1999), uma das formas para favorecer essa relação homem e ambiente, quando se trata de um local temporário, como nos casos das instituições de abrigo, é importante que o espaço seja mutável, através dos móveis e objetos, até mesmo de paredes divisórias. Essa ação de adequar o espaço conforme sua necessidade permite que o acolhido no caso consiga dar identidade ao seu espaço.

Ainda nesse contexto, sabendo que as instituições de abrigo são ambientes onde a privacidade é comprometida e o mesmo espaço é compartilhado entre os próprios moradores e também funcionários, é importante criar alternativas que contribuam para a individualidade e privacidade de cada um, oferecendo condições para a personalização dos ambientes. (BARONE, A. C. M.; GOMES, G. F. M).

Um ponto que deve ser muito bem avaliado para um bom funcionamento da arquitetura de acolhimento é a escala do projeto, uma vez que a proporção do edifício

pode determinar ou não se esse será convidativo e atrativo para a população de rua. Nesse enquadramento, é essencial avaliar a escala da construção e dos ambientes internos também, a fim de não superdimensionar os ambientes com medidas exageradas, criando assim muitos espaços ociosos (HERTZBERGER, 1999).

No que se refere à permeabilidade visual na arquitetura de acolhimento e a relação do edifício com o entorno urbano, segundo o artigo “Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos: um estudo sintático” de Saboya et al.(2014), as áreas que possuem uma maior visibilidade e permeabilidade espacial e visual são mais utilizadas pelos transeuntes, pois, além de serem percebidas e lembradas com mais facilidade, o fato de ser possível visualizar as atividades que ocorrem naquele edifício faz as pessoas, que são possíveis usuárias do equipamento, a ficarem motivadas a conhecer o espaço ao mesmo tempo que dá um sentimento de segurança aos usuários internos.

Além disso, ainda de acordo com Saboya et al.(2014), as áreas com menor visibilidade e menor contato com a rua tendem a ser evitados por pessoas em condições de vulnerabilidade, o que se adequa bastante ao perfil de pessoas em situação de rua, ou seja, é muito importante que o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a população de rua seja bastante permeável, não apenas para ser convidativo para o público alvo, mas também para os usuários que já utilizam o equipamento se sentirem mais conectados com o espaço urbano, dando a eles a sensação de liberdade e conforto ao mesmo tempo.

Por fim, é evidente que perceber o ambiente não implica somente analisá-lo como algo físico, mas sim de compreender elementos subjetivos que contemplam a arquitetura e que irão contribuir para que essa atenda seu objetivo de acolhimento. Exemplos disso são, as cores empregadas, como a luz natural se comporta dentro do espaço, ou como as texturas em madeira proporcionam aconchego. São essas percepções que irão definir se o indivíduo se sentirá acolhido ou satisfeito com o ambiente. (BARONE, A. C. M.; GOMES, G. F. M)

2.5.2. Arquitetura do equipamento público

No que tange ao projeto arquitetônico do equipamento público em si, de acordo com o livreto de perguntas e respostas disponibilizado pelo MDS, para promover uma acolhida adequada e que escute de forma ativa os usuários, o ambiente físico deve

ser acolhedor e assegurar espaços para atendimentos individuais, familiares e em grupo, que possam oferecer o sigilo e a privacidade necessários. Para isso, é importante que a implantação do edifício comporte espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser alocado em qualquer espaço (MDS, 2011).

Além de contar com espaços essenciais ao desenvolvimento de suas atividades, um Centro de Apoio e Acolhimento, segundo o MDS (2011) deve contar com um ambiente receptivo, para atrair a população de rua a utilizar o equipamento, além de espaços físicos que assegurem:

- Atendimento em condições de privacidade e sigilo;
- Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza;
- Segurança dos profissionais e público atendido;
- Acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras;
- Espaços reservados para guarda de prontuários, com acesso restrito aos profissionais devidamente autorizados.
- Acesso principal adaptado com rampas, da calçada à recepção;
- Acesso adaptado às principais áreas do Centro (salas de atendimento, banheiro e refeitório);
- Banheiros adaptados.

Desse modo, é evidente que um Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua não engloba apenas uma construção física com paredes, janelas e portas, mas sim, integra a forma como os usuários irão enxergar o edifício e o modo que vão se sentir nos espaços internos. Tal percepção também está intimamente ligada ao comportamento desse público dentro do equipamento público e à maneira que esses irão aproveitar as oportunidades lá dentro oferecidas, fazendo com que o Centro cumpra ou não seu objetivo, que é resgatar a autoestima e autonomia dessas pessoas, para que essas consigam se reinserir de forma satisfatória na sociedade.

3. INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

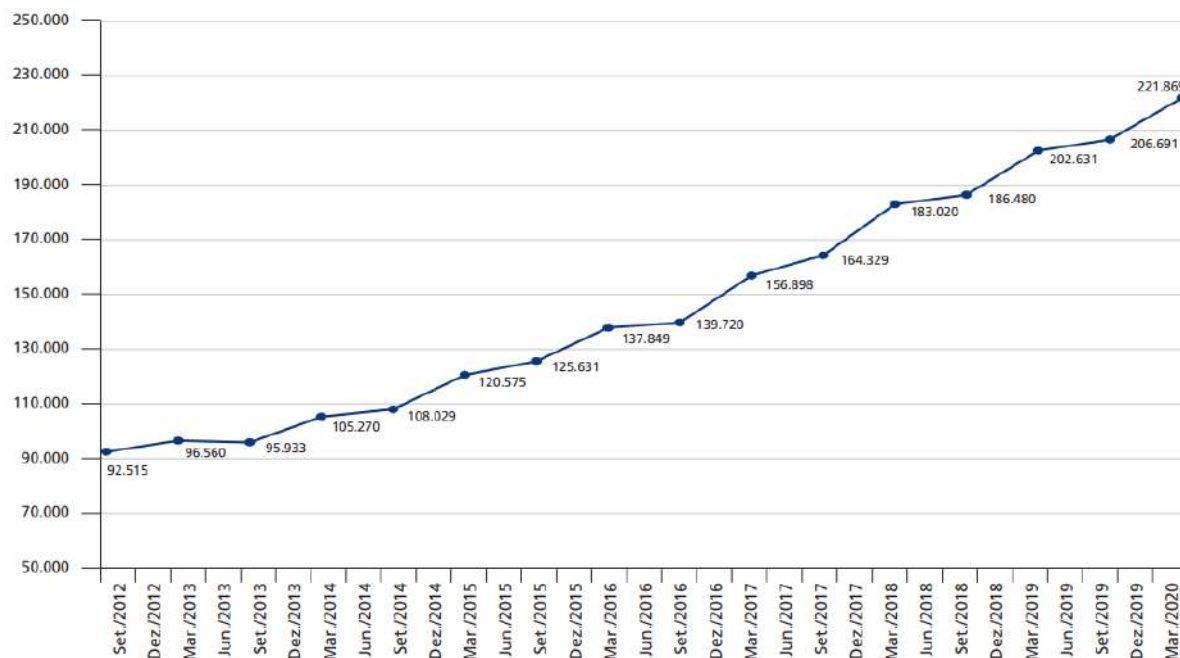
Para atingir o objetivo geral que é o desenvolvimento do projeto, torna-se necessário compreender a realidade do país e do município no qual esse será implantado, no que se refere às questões relativas à temática, ou seja, o acolhimento de pessoas em situação de rua, contextualizando e analisando o entorno da área de intervenção. O projeto que será resultado desta pesquisa será implantado na cidade de Curitiba-PR. Para a definição da área de intervenção serão levados em consideração aspectos apresentados tanto na conceituação temática, como no cruzamento de dados de mapas que serão apresentados em seguida. Além disso, será determinada a localização do terreno de implantação do projeto, bem como serão feitas as análises do entorno imediato.

3.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

De acordo com uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizado pelo Especialista em políticas públicas e gestão governamental Marco Natalino, o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre setembro de 2012 e março de 2020, chegando a 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil.

Análises preliminares de dados diários do Cadastro Único no ano de 2020 já indicam o aumento desse contingente, dessa maneira, o gráfico a seguir apresenta o crescimento semestral desse número. Ademais, algo a ser destacado, além do crescimento ao longo dos anos, é a aceleração recente desse crescimento (IPEA, 2020)

Gráfico 1: Gráfico do número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil entre setembro de 2012 a março de 2020.

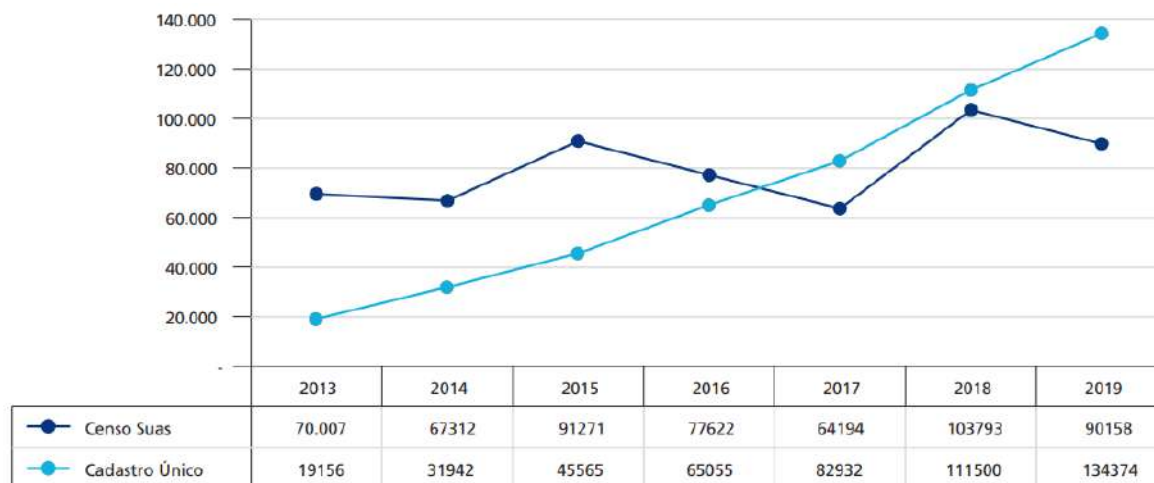


Fonte: Censo Suas; Cadastro Único, RMA; Ipea; IBGE. Ano: 2020.

Somente foi possível a coleta desses dados pois o governo está realizando esforços para incluir a população de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), que é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda (IPEA, 2020)

O Gráfico apresentado abaixo mostra a evolução no número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico e reportadas oficialmente pelos municípios ao governo federal entre os anos de 2013 e 2020. Nota-se que os números de pessoas cadastradas aumentam ao longo dos anos, seguindo um crescimento ascendente e constante desde 2017 (IPEA, 2020)

Gráfico 2: Gráfico do número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico entre os anos de 2013 e 2019.



Fonte: Censo Suas e Cadastro Único. Ano: 2019.

As causas para esse crescimento do contingente de pessoas em situação de rua cadastradas ainda não foram devidamente analisadas em um plano nacional, mas é provável que se relacionem fortemente à crise econômica e ao desemprego. (IPEA, 2020)

No quesito de localização, ou seja, onde essa população se concentra de forma mais expressiva, a Tabela 1 apresenta a estimativa de pessoas em situação de rua por porte populacional, distinguindo, ainda, as capitais e apresentando a taxa de crescimento no período para cada grupo. Analisando a tabela, é evidente que o fenômeno se concentra principalmente no ambiente urbano, ou seja, é nos grandes municípios que essa população se concentra e é neles que se observa uma taxa de crescimento maior. (IPEA, 2020)

Tabela 1: Tabela da população em situação de rua por porte populacional e nas capitais entre setembro de 2012 a março de 2020.

	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	TOTAL
Set./2012	5.140	8.590	6.258	37.673	34.854	92.515
Mar./2013	5.115	8.619	6.407	38.471	37.948	96.560
Set./2013	4.992	8.522	6.393	38.019	38.006	95.933
Mar./2014	5.295	8.734	7.471	42.939	40.831	105.270
Set./2014	5.498	8.788	8.209	45.463	40.072	108.029
Mar./2015	6.016	9.112	9.160	49.082	47.206	120.575
Set./2015	6.436	9.254	9.721	50.202	50.018	125.631
Mar./2016	6.782	9.794	9.990	55.321	55.963	137.849
Set./2016	6.991	10.044	9.835	56.791	56.060	139.720
Mar./2017	7.270	10.954	11.737	63.854	63.082	156.898
Set./2017	7.241	11.341	12.950	67.065	65.733	164.329
Mar./2018	8.421	12.336	12.955	73.446	75.861	183.020
Set./2018	8.993	12.339	11.769	73.871	79.507	186.480
Mar./2019	9.373	13.965	13.618	80.784	84.890	202.631
Set./2019	9.121	14.547	14.301	82.828	85.893	206.691
Mar./2020	9.905	15.723	15.435	88.565	92.241	221.869
Taxa de crescimento (set./2012-mar./2020)	93%	83%	147%	135%	165%	140%

Fonte: Censo Suas; Cadastro Único, RMA; Ipea; IBGE. Ano: 2020.

Nesse contexto de coleta de dados, entre agosto de 2007 e março de 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como uma forma de resposta às reivindicações dos movimentos sociais que atuam com esse público. Após a análise de todos os dados fornecidos, é possível evidenciar que a população de rua no Brasil, majoritariamente, é composta por pessoas com escassez de escolaridade, e que, embora estejam em uma idade economicamente ativa, não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

Ademais, é notório também a mudança de perfil dos moradores de rua, uma vez que esses são, na grande maioria das vezes, trabalhadores com algum nível de formação e que, sempre que possível, trabalham formal ou informalmente para conseguirem sobreviver, diferentemente dos estereótipos criados em relação a esse público de que todos pedem dinheiro ao invés de exercer alguma atividade.

Outrossim, nos últimos anos houve crescimento desse contingente, especialmente em decorrência da deterioração dos indicadores econômicos e das oportunidades de geração de emprego e renda.

3.1.1. População em situação de rua durante a pandemia

No cenário atual, mais especificamente durante a pandemia do covid-19, que está atingindo todos, evidencia-se de forma mais intensa e explícita a necessidade de políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua, uma vez que esse contexto vem trazendo à tona a urgência e a gravidade dessa problemática, principalmente no que se refere a higiene e saúde desse público (IPEA, 2020).

O IPEA também produziu outro levantamento focando no impacto da pandemia na população em situação de rua. No estudo ‘Populações em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais’, o IPEA mapeou, por meio dos sites oficiais, as principais medidas de assistência adotadas pelas prefeituras, nas capitais do Nordeste e Sudeste. No total, entre as 13 capitais dessas regiões, as ações reportadas foram: abrigo, higiene e alimentação.

No entanto, apesar das ações emergenciais que as prefeituras vêm realizando, o estudo alerta para o aumento do contingente, causado também pelo desaquecimento da economia. Por fim, o pesquisador do Ipea Marco Antônio Natalino, autor do trabalho, alerta que, infelizmente com o avanço da pandemia, os indivíduos em situação de rua enfrentam mais dificuldades de acesso à higiene, à água potável e à alimentação.

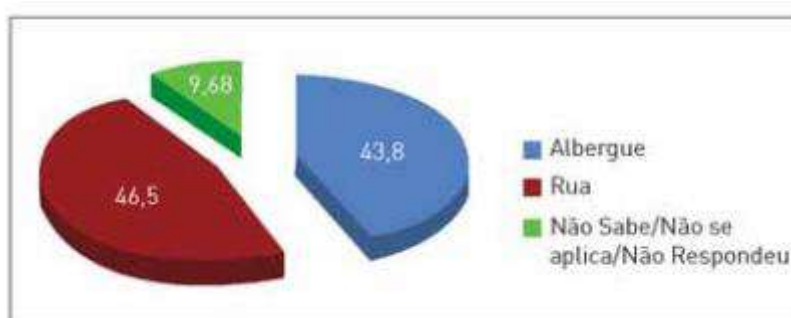
Nesse contexto, em 2021, o Coordenador de Média Complexidade da Diretoria de Atenção à População em Situação de Rua, Anderson Cristian Walter, de 47 anos, após análises das abordagens feitas nos últimos anos, acredita que o perfil da população em situação de rua mudou comparado as últimas décadas, pois antigamente, na maioria das vezes, a situação de rua estava apenas ligada a problemas familiares e dependência química, sendo que hoje a motivação socioeconômica vem aparecendo com mais intensidade do que antes, apesar de ainda não ser o principal motivo.

Tendo em vista tal cenário, o contexto da pandemia impõe a necessidade de ofertar a esse público um espaço de acolhimento adequado às normas sanitárias de higiene e salubridade, para que seja possível propor um local que preserve a saúde dos usuários.

3.1.2. Centros de acolhimento no Brasil

Conforme o censo da Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua, uma questão de bastante relevância que foi levantada foi o fato de a maioria dos moradores de rua preferirem dormir nas ruas ao invés de albergues ou abrigos. Tal fato é comprovado pelo gráfico abaixo o qual indica que 46,5% dos entrevistados preferem dormir na rua.

Gráfico 3: Gráfico da população em situação de rua por local de preferência para pernoite.



Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua. Ano: 2008.

As razões principais levantadas são a falta de liberdade e privacidade nos albergues (44,3%), o horário de entrada, de saída e a rotina como um todo (27,1%) e em terceiro lugar a proibição de álcool e drogas no ambiente do abrigo.

Uma comprovação disso é o fato da recusa por parte da população de rua a ir para os abrigos na cidade de São Paulo, mesmo quando a cidade passa por dias extremamente frios (COSTA, 2016). As razões para isso acontecer são desde o tratamento desumano dos funcionários até a estrutura física insalubre e insuficiente desses locais.

Em uma entrevista realizada pelo editor da UOL Flavio Costa, no ano de 2016 em São Paulo, algumas pessoas em situação de rua relatam as razões pelas quais preferem ficar na rua a ir para um abrigo.

- a. Primeiramente, a entrevistada Priscila, de 42 anos, além de comparar os centros de acolhimento a um “quartel” pelas regras rígidas, ela cita a falta de privacidade dos ambientes, como dormitórios e banheiros, onde, segundo ela, as pessoas são obrigadas a dormir e tomar banho ao lado de estranhos, o que causa bastante insegurança. Também menciona a sua cadela “menina bonita”,

que nem sempre é aceita nos abrigos, o que é motivo suficiente para ela não aderir ao serviço em questão.

- b. O segundo entrevistado, João Vitor Gomes de 19 anos relata o tratamento desrespeitoso que recebem por parte dos funcionários e que os abrigos o acolhem por 3 dias no máximo e não o orientam ou direcionam na procura de emprego, ou seja, apenas o expulsam sem nenhum tipo de acompanhamento profissional.
- c. Já a entrevistada Érica de 20 anos aponta uma outra problemática de alguns abrigos, que é o fato de serem afastados do Centro e servirem apenas para dormir, isto é, às 6h da manhã os funcionários pedem para os usuários se retirarem, o que é extremamente desfavorável, uma vez que esses não têm para onde ir e não possuem dinheiro para condução, ou seja, é mais vantajoso ficar perto do Centro do que se deslocar para longe, apenas para dormir, e depois, de manhã cedo, ter que voltar ao Centro para trabalhar informalmente ou pedir dinheiro.
- d. Em contrapartida, o carpinteiro José Júlio dos Santos, de 52 anos, diz que vai para o abrigo quando está extremamente frio, já que essa é a “única solução”. Ele também alega a insalubridade e a falta de higiene dos ambientes.
- e. Por fim, a entrevistada Edinuzza Duarte, de 52 anos, relata também que vai dormir nos abrigos apenas quando está frio, uma vez que, segundo ela, quando o clima está quente, os ambientes internos ficam bastante abafados, pois não há ventilação adequada nos espaços de permanência.

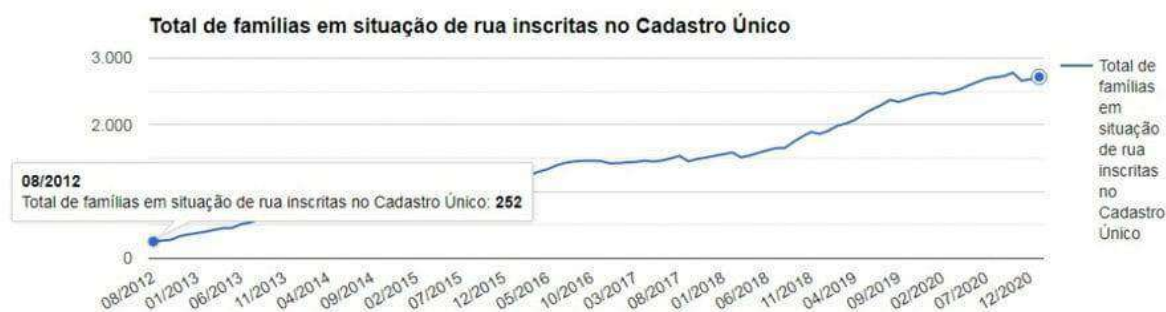
Isto posto, tudo indica que as razões pelos quais os moradores de rua muitas vezes não aderem aos abrigos são muito mais profundas que a simples proibição de álcool e drogas, visto que envolve o tratamento recebido pelos funcionários, a localização da acolhida, a estrutura física do edifício, a segurança, a higiene, a privacidade, dentre outros.

3.2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA

Trazendo essa realidade para a cidade de Curitiba, local bastante acometido pelo fenômeno da situação de rua, apenas no ano de 2020, 225 novas famílias curitibanas contempladas por programas direcionados pelo CadÚnico, como o Bolsa

Família, declararam não ter onde morar. Abaixo é apresentado um gráfico que mostra essa progressão de crescimento entre agosto de 2012 até dezembro de 2020:

Gráfico 4: Gráfico do número de famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único.

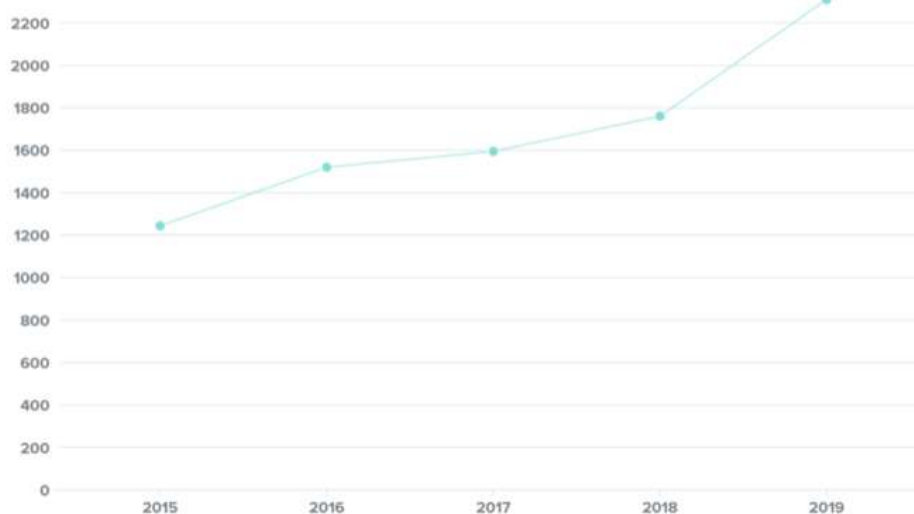


Fonte: Cadastro Único. Ano: 2020.

Dessa forma, a partir desse dado acima, é perceptível que o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento abordado na monografia deverá englobar toda a pluralidade desse contingente, ou seja, é necessário que haja a oferta de estadias tanto individuais, quanto familiares, visto que muitas das pessoas nessa situação têm família.

Outrossim, no ano de 2019, cerca de 2.300 pessoas estavam em situação de rua em Curitiba, segundo a base de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2019). Esse número registrado pelo órgão aponta um aumento de 100% em comparação ao que foi apresentado no ano de 2015, quando foram contabilizados 1.200 moradores em situação de rua na capital paranaense.

Gráfico 5: Gráfico do número de pessoas em situação de rua em Curitiba entre os anos de 2015 e 2019.



Fonte: Cadastro Único. Ano: 2019.

Para reafirmar o cenário da situação de rua em Curitiba, nesse mesmo ano de 2019, de acordo com os números fornecidos pelo Cadastro Único, o total de moradores em situação de rua em Curitiba equivale a 30% do número total registrado em todo o Paraná, sendo que a população total de Curitiba representa apenas 17% da população total do Estado. Esse dado indica que a capital paranaense é a cidade que mais possui pessoas em situação de rua do estado em números absolutos.

De acordo com dados mais recentes do ano de 2021, a Prefeitura de Curitiba contabiliza que existem 2.700 pessoas vivendo nas ruas da capital.

3.2.1. Perfil da população de rua em Curitiba

Em uma pesquisa realizada pela FAS no ano de 2016 acerca do retrato da população de rua de Curitiba, foram entrevistadas 1.133 pessoas em situação de rua que se encontravam nos espaços públicos e centros de atendimento a essa população e outras 582 que se encontravam nas Unidades de Acolhimento Institucional, mais conhecidas como abrigos. E, por meio da coleta dos dados dessas entrevistas foi possível traçar o perfil e as características desse público.

No que se refere ao gênero desse contingente, se apresenta majoritariamente masculino, onde 89% das pessoas em situação de rua são homens e 11% são

mulheres. Ademais, em relação a faixa etária, as duas porcentagens mais expressivas são a de 59,5% que possuem entre 25 a 44 anos e a de 25,7% que têm de 45 a 59 anos. Logo, semelhante ao cenário nacional, a maioria da população de rua se encontra na faixa etária economicamente ativa.

Gráfico 6: Gênero da população em situação de rua em Curitiba.



Fonte: FAS. Ano: 2016.

Referente às etnias, 49% dos entrevistados se declaram brancos, enquanto negros e pardos representam 48,5% desse público. Entretanto, apesar da porcentagem de brancos ser minimamente maior, é importante ressaltar que a porcentagem de negros e pardos nas ruas é significativa, uma vez que apenas 19,7% da população curitibana é negra ou parda.

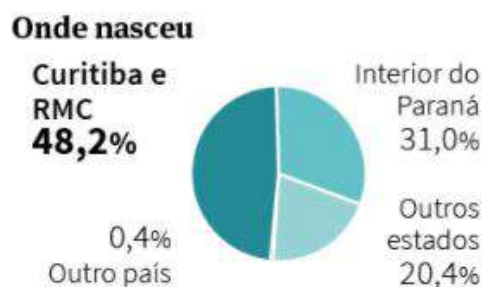
Gráfico 7: Etnia da população em situação de rua em Curitiba.

Etnia	Composição étnica dos moradores de rua	Composição étnica da população de Curitiba*
Branco	49,0	78,9
Parda	34,6	16,8
Negra/preto	13,9	2,9
Indígena	1,7	0,2
Amarelo	0,7	1,3

Fonte: FAS. Ano: 2016.

No que tange à origem desse grupo na cidade de Curitiba, 31% alegam ter nascido no interior do Paraná, 48% é natural de Curitiba e regiões metropolitanas e apenas 20% informou que advém de outros estados, o que qualifica esse grupo, em sua maioria, curitibanos ou provenientes de regiões próximas.

Gráfico 8: Origem da população em situação de rua em Curitiba.



Fonte: FAS. Ano: 2016.

Outrossim, acerca da renda dessas pessoas, as duas maiores porcentagens apresentadas na pesquisa são as de 25,3% que ganham de R\$154,01 a R\$440,00 e a de 20,7% que ganham de R\$0,00 a R\$77,00, e como é mostrado no gráfico abaixo 93,4% das pessoas ganham até um salário mínimo. Nesse contexto, a pesquisa também cita as principais atividades que os moradores de rua exercem para adquirir essa renda, dentre elas: “Flanelinha” (25,7%), esmolagem (22,6%), catador de recicláveis (8,4%), reciclagem (4,9%), vendedor (4,4%) e outros (34,1%), que inclui jardinagem, construção civil, distribui panfletos, limpeza, carga e descarga. Dessa forma, é evidente, assim como no cenário nacional, os dados contra argumentam os estereótipos de que pessoas em situação de rua não trabalham, visto que 77,4% dessas exercem alguma atividade para conseguir sobreviver.

Gráfico 9: Renda da população em situação de rua em Curitiba.



Fonte: FAS. Ano: 2016.

Um dado bem alarmante é o qual relata o nível de escolaridade desse contingente, onde 60,5% não completaram sequer o ensino fundamental, o que mostra que, segundo Maria Tarcisa Bega, professora de Sociologia da UFPR, a situação de vulnerabilidade os acompanha desde cedo, ou seja, antes de irem para as ruas.

Gráfico 10: Escolaridade da população em situação de rua em Curitiba.



Fonte: FAS. Ano: 2016.

Dentre os principais motivos que levaram as pessoas à situação de rua na cidade de Curitiba são as drogas (27%), o álcool (24,7%), os conflitos familiares (22,3%) e o desemprego (9,9%).

Gráfico 11: Motivos que levaram a população para a situação de rua em Curitiba.



Fonte: FAS. Ano: 2016.

3.2.2. Equipamentos em Curitiba

Após traçar o perfil desse grupo na capital paranaense, é importante discorrer a respeito de quais equipamentos a cidade oferece a esse público. Nesse contexto, Curitiba foi uma das primeiras capitais do país a adotar a Política Nacional para o Atendimento da População em Situação de Rua, no ano de 2013, se iniciando assim várias mudanças no atendimento a este público.

Ao longo do processo de reorganização de serviços, a Fundação de Ação Social (FAS), entre 2012 e 2016, ampliou o atendimento à população de rua, visto que o número de vagas de albergagem e acolhimento passou de uma média de 600 para 1.115. Além disso, a Fundação abriu novas unidades de atendimento, compondo ao todo 10 unidades oficiais e outras oito instituições conveniadas, que dividem o atendimento de acordo com o perfil do público atendido. A FAS ainda dobrou o número de Centros POP, passando de três para seis unidades em toda a cidade.

Esse reordenamento de serviços resultou no fechamento da antiga Central de Resgate Social, que funcionava na Rua Conselheiro Laurindo, no Centro. Essa central, criada em 1995, tinha capacidade de atendimento para menos de 500 pessoas, sendo que esse era o único espaço de acolhimento existente em Curitiba,

abrigando diversos públicos concomitantemente, como homens, mulheres, gestantes, migrantes, idosos, indígenas e crianças e adolescentes.

Em Curitiba, o acolhimento das pessoas em situação de rua é feito nas Unidades de atendimento a esse público que oferecem os serviços de média e alta complexidade a seguir:

- a. Centro POP: Unidades para o atendimento durante o dia da população em situação de rua, onde o usuário pode fazer refeições, higiene, solicitar documentos e pedir encaminhamento para outros serviços.
- b. Casa de Passagem: Unidades em que o usuário pode fazer higiene pessoal, troca de roupa, alimentação e pernoite.
- c. Unidades de Acolhimento Institucional (UAI): Unidades que possibilitam a permanência em período integral, em que o usuário é acompanhado pela assistência social e por outras políticas públicas, como saúde, educação, habitação e trabalho, entre outras. Inclusive, em 2021, a Prefeitura de Curitiba abriu uma Unidade de Acolhimento especialmente para pessoas em situação de rua com suspeita de covid-19, realizando os testes e caso dê positivo, o usuário será encaminhado para a unidade de acolhimento institucional Santo Expedido, que fica no bairro Alto Boqueirão, exclusiva para pessoas infectadas pelo novo coronavírus.
- d. CREAS: Os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) são unidades de serviços de proteção social especial de média complexidade, para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. O atendimento, personalizado e continuado, exige intervenções especializadas, e acontece desde a escuta, feita por profissionais da FAS, até os encaminhamentos para a rede de proteção social e o sistema de garantia de direitos.
- e. Praça solidária: A Praça Solidariedade consolida o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de cuidar da população em situação de rua, considerada a mais vulnerável. Com a ampliação da estrutura e de serviços, a Praça Plínio Tourinho, no Rebouças, se transformou em um complexo de atendimento às pessoas em situação de rua ou desabrigadas. O local, que já era uma

referência para essa população, conta com uma unidade de acolhimento e oferta alimentação, espaços para higiene pessoal, guarda-pertences, uma lavanderia com tanques e máquinas de lavar e secar roupas, o Cabide Solidário e canil.

Cabe mencionar que, de modo geral, a organização de um serviço de Proteção Social Especial de média e alta complexidade considera a pluralidade do perfil da população de rua, logo, oferece atendimento a famílias com mais de uma pessoa e indivíduos sozinhos.

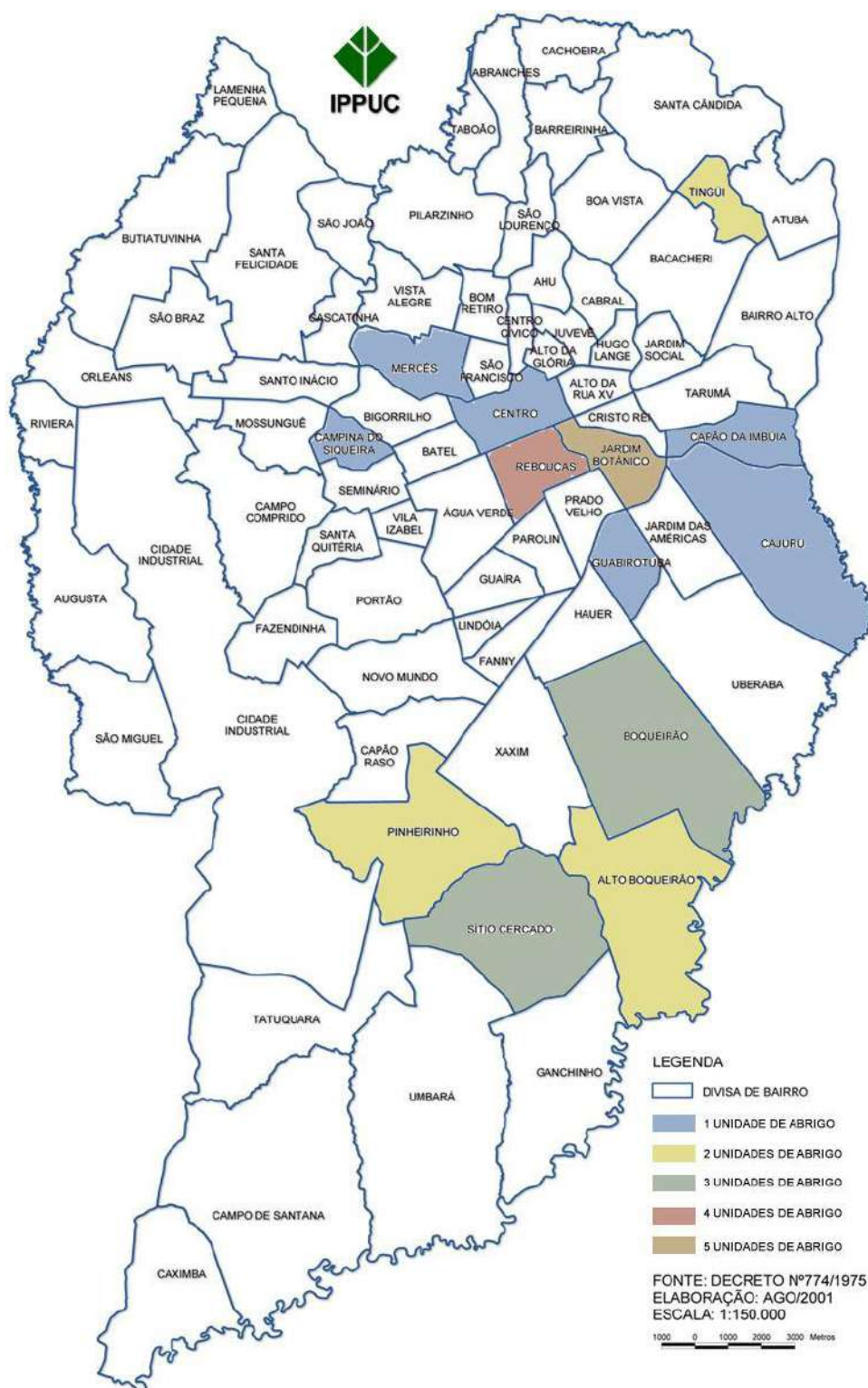
A partir de um levantamento de dados disponibilizados pela FAS acerca da quantidade de abrigos existentes na cidade de Curitiba que atendem a população de rua, gerou-se a tabela e o mapa abaixo:

Tabela 2: Equipamentos para a população em situação de rua em Curitiba

EQUIPAMENTOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CURITIBA		
NOME	TIPO	BAIRRO
Centro Pop Bairro Novo	Centro POP	Sítio Cercado
Centro Pop Boqueirão	Centro POP	Boqueirão
Centro Pop Matriz	Centro POP	Jardim Botânico
Centro Pop Rebouças	Centro POP	Rebouças
Centro Pop Plínio Tourinho	Centro POP	Jardim Botânico
Centro Pop João Dorvalino Borba	Centro POP	Centro
UAI - Abrigo Institucional Bairro Novo	Abrigo institucional	Sítio Cercado
UAI - Abrigo Institucional Boqueirão	Abrigo institucional	Boqueirão
UAI - Abrigo Institucional Cajuru	Abrigo institucional	Cajuru
UAI - Abrigo Institucional Capão da Imbuia	Abrigo institucional	Capão da Imbuia
UAI - Abrigo Institucional Cuidados Covid	Abrigo institucional	Campina do Siqueira
UAI - Abrigo Institucional Rebouças	Abrigo institucional	Rebouças
UAI - Abrigo Institucional Santo Expedito	Abrigo institucional	Alto Boqueirão
UAI - Abrigo Institucional São Bento	Abrigo institucional	Pinheirinho
Comunidade Hermon - Masculino	Abrigo institucional	Tingui
Comunidade Hermon - Feminino	Abrigo institucional	Tingui
Associação Casas do Servo Sofredor	Abrigo institucional	Pinheirinho
Fraternidade de Aliança Toca de Assis	Abrigo institucional	Guabirota
Associação Padre João Ceconello	Abrigo institucional	Mercês
Casa de Passagem para Mulheres LBT	Casa de passagem	Rebouças
Casa de Passagem Bairro Novo	Casa de passagem	Sítio Cercado
Casa de Passagem Rebouças	Casa de passagem	Rebouças
Casa de Passagem Jardim Botânico	Casa de passagem	Jardim Botânico
Casa de Passagem Ginásio Plínio Tourinho	Casa de passagem	Jardim Botânico
Casa de Passagem Indígena	Casa de passagem	Jardim Botânico
República Boqueirão	República	Boqueirão
República Pioneiros	República	Alto Boqueirão

Fonte: FAS, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Figura 2: Mapa da quantidade de abrigos para pessoas em situação de rua por bairro em Curitiba



Fonte: FAS, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Desse modo, a partir da análise do mapa acima é relevante destacar que a área central possui apenas um equipamento de Centro POP, que inclusive está fechado temporariamente no momento, e que o bairro com maior concentração de abrigos é o Jardim botânico. Além disso, vale ressaltar que dentre os abrigos mapeados, 6 deles, inclusive o do Centro, que se encontrada fechado no momento, são Centros POP, que, apesar de oferecer atendimento no que tange a refeições, higiene, solicitação de documentos e encaminhamento a outros serviços, esses não oferecem acolhimento no período da noite, o que evidencia uma falta de abrigos que ofereçam pernoite no Centro de Curitiba.

Nesse contexto, os responsáveis pelo encaminhamento para esses abrigos são os Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que é um equipamento público vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade da Assistência Social, onde são ofertados serviços para pessoas em situação de rua. As unidades de Centro POP de Curitiba realizam atendimento à população de rua e itinerantes com serviço de abordagem social, espaço para higiene pessoal e alimentação, oficinas socioeducativas e encaminhamento à rede socioassistencial. Após cadastro e identificação do atendido, é realizado o encaminhamento para tratamento de saúde e comunidades terapêuticas, orientação sobre acesso à documentação civil e oferta de cursos de capacitação. O acesso aos serviços acontece por abordagens ou busca espontânea, seguido de entrevista social, com finalidade prioritária de retorno familiar. Também são realizados encaminhamentos a recursos sociais, abrigos e albergagem.

As atividades socioeducativas desenvolvidas por esses Centros POP visam à inclusão familiar e comunitária, capacitação do cidadão na organização de seu cotidiano, encaminhamento para cursos profissionalizantes, tratamento em Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e grupos de autoajuda, inserção na rede formal de ensino e disponibilização de atividades esportivas, culturais, de lazer e ocupacionais, bem como, atividades religiosas e de valorização da autoestima, desenvolvidas com o apoio de voluntários.

Outrossim, segundo dados da FAS, os centros de acolhimento são mais procurados e utilizados nos meses de junho e julho que é o período de inverno na capital. Um retrato desse cenário foi o inverno de 2021 que até chegou a marcar temperaturas negativas, resultando em um número bem alto de atendimentos na madrugada do dia 28 de julho. Foram 1099 pessoas atendidas dentre as quais 442

procuraram os abrigos espontaneamente para fazer a higiene, se alimentar e dormir em camas com cobertores, e outras 116 foram levadas até as unidades pelas equipes da Fundação de Ação Social (FAS). As demais, já são acolhidas permanentemente pelo município.

Dessa forma, a resposta do poder público de Curitiba à necessidade de moradia tem se restringido ao atendimento assistencial da rede de proteção social, por meio do abrigo temporário em equipamentos coletivos. Um exemplo disso são os abrigos oferecidos pela FAS (Fundação de Ação Social) em Curitiba, que supostamente deveriam atender de forma satisfatória a população, porém, por alguns motivos, diversas vezes sobram vagas. Logo, apesar de ser benéfica a oferta desse serviço, é importante analisar o porquê dessa baixa adesão e a causa de o espaço não ser convidativo para este público. Dentre as explicações citadas pela própria Fundação estão a burocracia, o percurso até as unidades, a segurança (ameaça, brigas, inclusive de territórios) e a alimentação.

Ademais, analisando por uma perspectiva diferente, o Jornal Plural de Curitiba entrevistou a moradora de rua Soraia (nome fictício a pedido da entrevistada), para entender o ponto de vista dos usuários do serviço em relação ao que é ofertado. Soraia comenta que o principal motivo de não ir para o abrigo é a falta segurança, pois, segundo ela, em uma das unidades, antes a guarda municipal ficava em frente ao abrigo, o que não ocorre mais, ou seja, caso ocorra algum conflito entre as pessoas, dificilmente a polícia chega a tempo de conter. Tal falta de segurança também é explicada pelo fato dos abrigos não ofertarem dormitórios individuais, o que permite confronto entre as pessoas durante a noite, o que é muito comum, uma vez que vários têm inimizade entre si. Além da segurança, a moradora de rua também cita as condições de higiene precárias e a péssima alimentação ofertada.

Por fim, a Vanessa Lima, responsável pelo Projeto Mãos Invisíveis, que desde 2017 atende a população vulnerável da cidade, afirma que o principal problema da FAS é a falta de treinamento dos servidores para as necessidades reais do público-alvo, dado que não recebem nenhum tipo de instrução para que o atendimento seja humanizado. Além disso, as abordagens também são um ponto crítico segundo a líder do projeto social, as quais são feitas em parceria e acompanhadas pela Guarda Municipal, que historicamente tem vários relatos de violência contra a população em situação de rua. Dessa forma, as pessoas que estão morando nas ruas de Curitiba se sentem intimidadas e optam por não usufruir dos abrigos oferecidos pela FAS. Abaixo

seguem algumas fotos dos abrigos da FAS e de abordagens feitas pelos funcionários da Fundação.

Figura 3: Abrigo da FAS em Curitiba



Fonte: Ricardo Marajó/FAS. Ano: 2020.

Figura 4: Abordagem da FAS em Curitiba



Fonte: Ricardo Marajó/FAS. Ano: 2020.

Figura 5: Transporte da FAS em Curitiba



Fonte: Ricardo Marajó/FAS. Ano: 2020.

A partir desses registros fotográficos e relatos, é visível que esses abrigos ofertados pela Fundação não oferecem privacidade, segurança e conforto aos usuários, uma vez que os dormitórios são apenas camas empilhadas uma ao lado da outra.

Logo, tendo em vista esse cenário alarmante na cidade de Curitiba, torna-se necessário um ambiente que atenda de forma transitória e satisfatória este público, a fim de dar a eles não só um dormitório seguro, mas também uma chance de se reintroduzir na sociedade, resgatar sua autonomia e ter independência profissional e financeira.

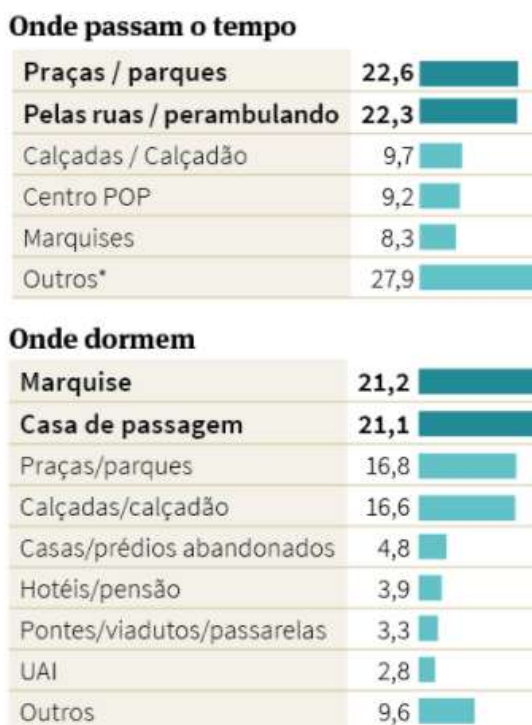
Para que esse Centro cumpra seu papel de forma plena, é necessário a presença de ambientes que contemplem a situação de vulnerabilidade social desse grupo, ou seja, além de espaço para dormitórios, é preciso incluir no programa de necessidades serviços de outras áreas, como saúde, assistência psicológica e espaços profissionalizantes.

3.3. CONCENTRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

Em relação aos estudos sobre a população em situação de rua em Curitiba, é relevante analisar onde está concentrado a maior porcentagem desse grupo para que seja possível implantar o equipamento abordado na monografia de forma eficaz e embasada.

Segundo as entrevistas realizadas pela FAS citadas anteriormente, acerca de onde esses indivíduos passam tempo, os entrevistados citam de forma mais recorrente que durante o dia permanecem em praças e parques (22,6%) e pelas ruas (22,3%). Em relação ao local que eles dormem, 21,2% dos entrevistados afirmam que dormem sobre marquises e 21,1% em casas de passagem.

Gráfico 12: Locais de permanência da população em situação de rua em Curitiba.



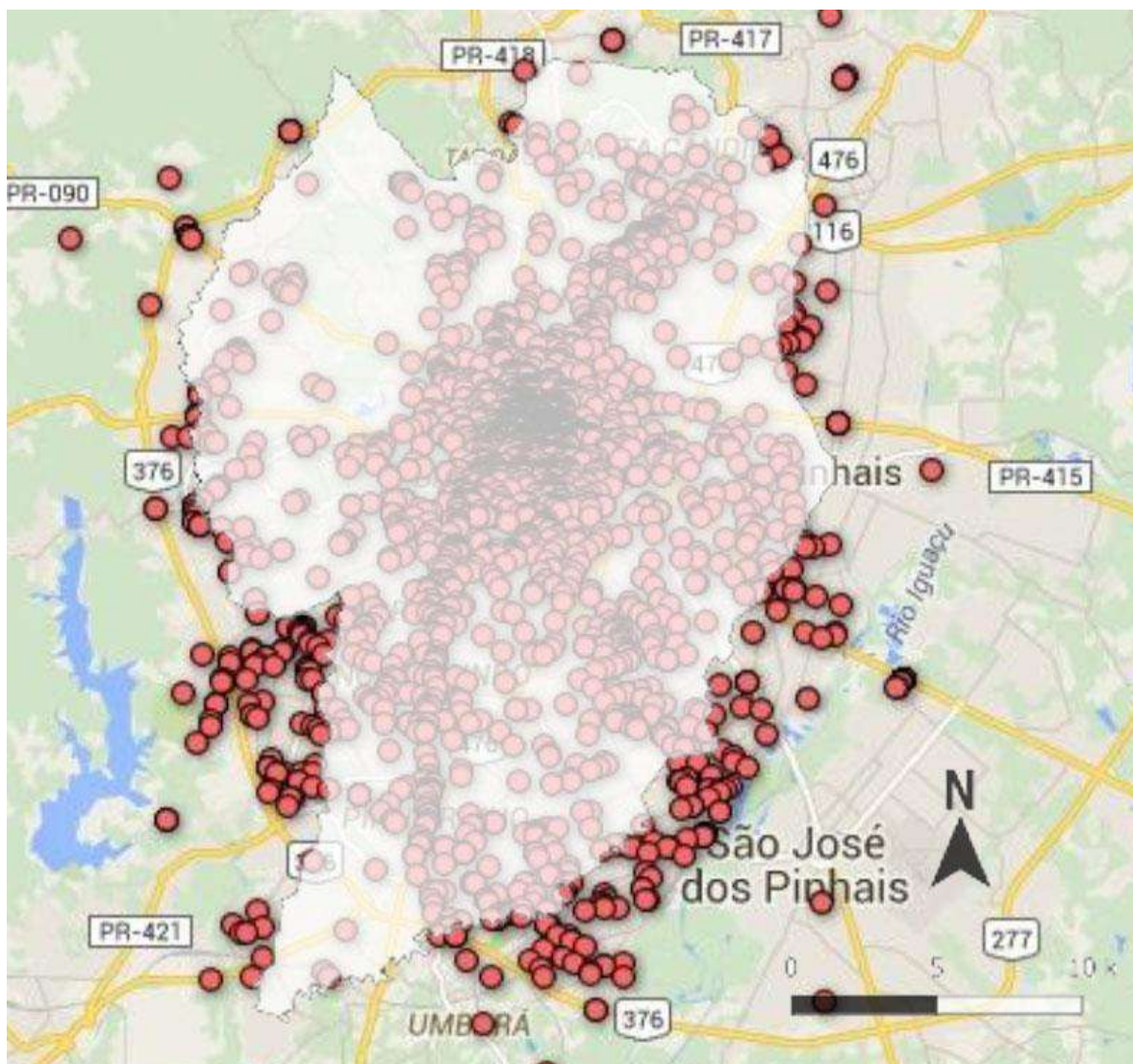
Fonte: FAS. Ano: 2016.

Ainda no contexto de localização, o maior contingente das pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba se concentra no Centro (Matriz), onde mais de 59% desses indivíduos se encontram. Os outros dois bairros que mais possuem moradores de rua são o Boqueirão com 11% e o Portão com 7%. Este dado, segundo Vanessa Lima, líder do Projeto Mãos Invisíveis, que desde 2017 atende a população vulnerável da cidade, pode ser explicado devido ao fato da região central ser o local que mais oferece meios de sobrevivência para essa população, ou seja, onde conseguem dinheiro, seja por esmolas dos transeuntes ou pela venda informal de mercadorias.

A seguir, é apresentado um mapa adaptado de acordo com os dados da Prefeitura de Curitiba a respeito dos telefonemas recebidos pela central telefônica entre novembro de 2015 a janeiro de 2016. Essas ligações eram pedidos da população à Prefeitura para que essa tomasse alguma atitude referente a alguma

situação ocorrida relacionada às pessoas em situação de rua. Esse mapa não mostra especificamente a quantidade de moradores de rua em cada região, mas os números de ligações feitas a respeito desse assunto, advindas da região central da cidade, podem ilustrar a informação acima de que a maior parte do contingente de rua se encontra no Centro da cidade.

Figura 6: Locais de telefonemas a respeito da população em situação de rua em Curitiba.



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba. Ano: 2016.

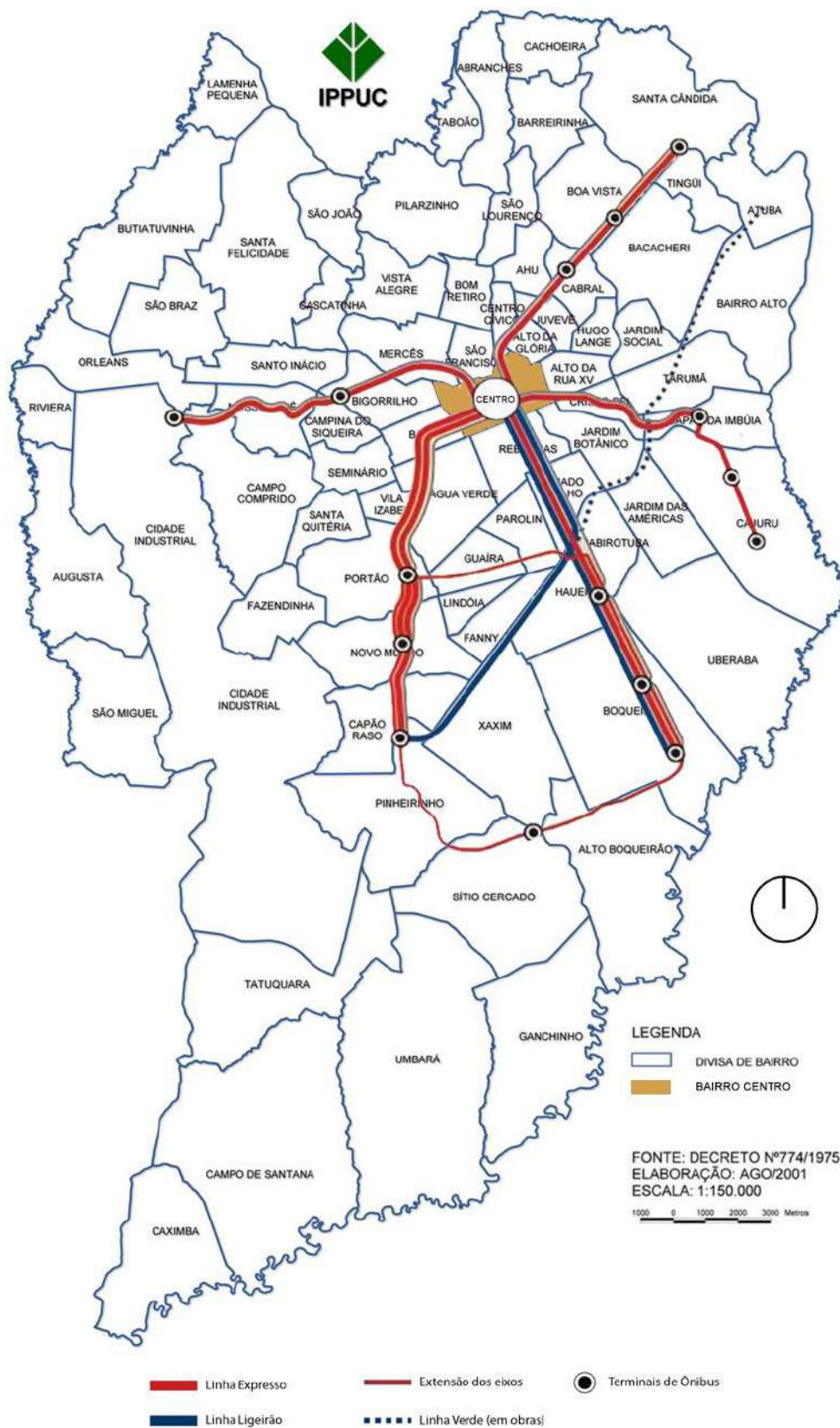
Ademais, de acordo com o caderno de orientações técnicas ofertado pelo MDS a respeito dos Centros POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), a implantação de uma Unidade de acolhimento deve ser antecedida da elaboração de um diagnóstico socioterritorial que identifique as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, e também que aponte como funciona a

dinâmica de movimentação desse grupo. Desse modo, após uma análise territorial e social, o equipamento deve ser implantado em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua.

Sendo assim, após a análise de todos os dados relacionados a localização desses indivíduos, o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua abordado no trabalho de conclusão de curso será implantado no bairro Centro da cidade de Curitiba, uma vez que, segundo as informações apresentados anteriormente, a maior parte do contingente que sobrevive nas ruas se encontra no Centro de Curitiba, o que faz desse bairro um local estratégico, de fácil acesso e visível aos possíveis usuários, para que esses tenham a liberdade de trabalhar durante o dia e voltar para a unidade à noite para dormir. Ademais, outro dado importante para a escolha desse bairro é o fato de haver uma carência de equipamentos que permitem pernoite para essa população de rua, tornando ainda mais necessário um equipamento nessa localização.

Para embasar ainda mais a escolha da região central, foi feito um mapa, de acordo com os dados fornecidos pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), a respeito da rede integrada de transporte de Curitiba, o que evidencia bem como o Centro é muito bem servido no quesito transporte público, fato que irá facilitar o acesso ao Centro de Acolhimento, assim como o acesso aos outros bairros caso os usuários do abrigo tiverem que se locomover para trabalhar.

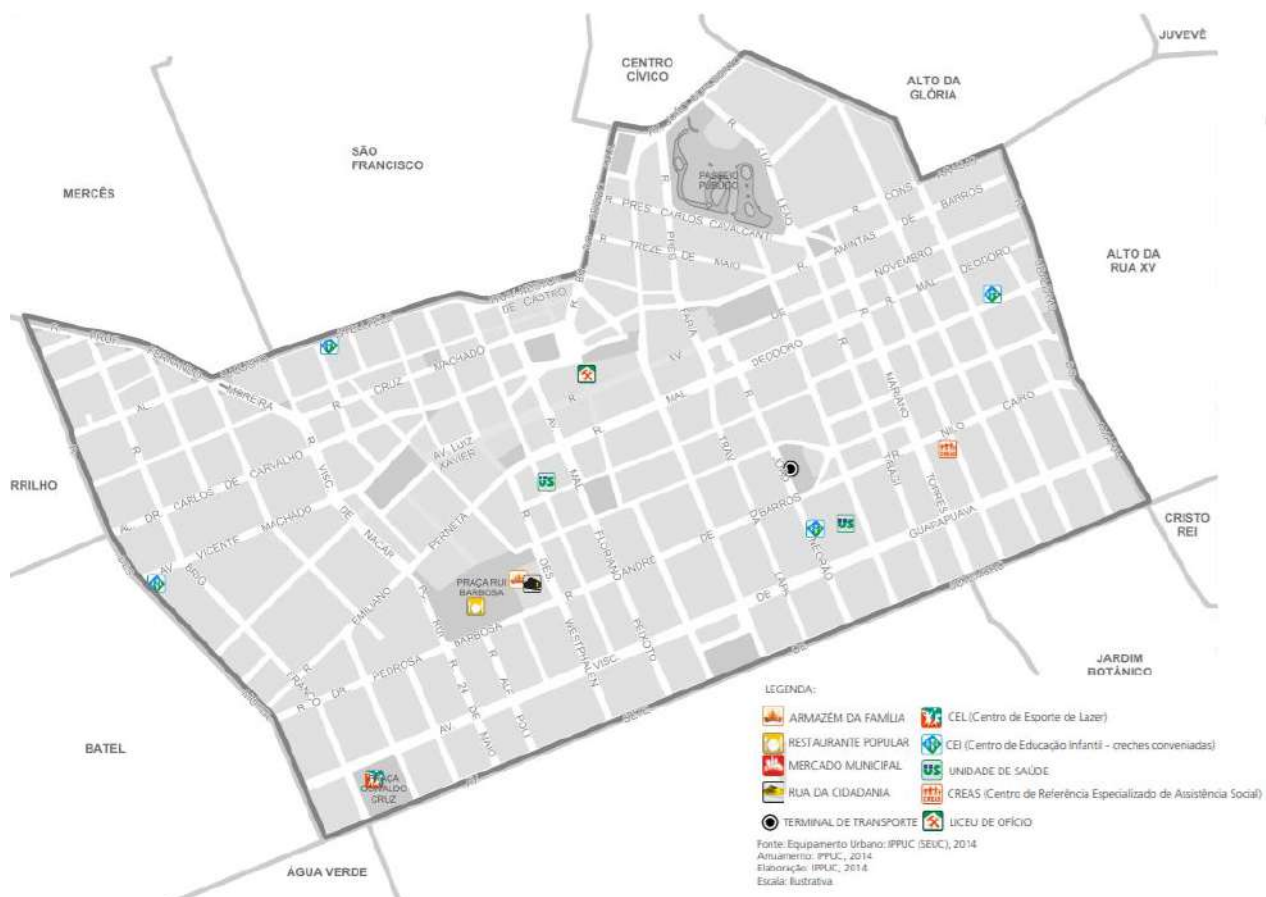
Figura 7: Mapa da rede integrada de transporte público em Curitiba.



Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Por fim, é importante ressaltar que o bairro Centro é bem provido de equipamentos públicos no geral, o que será benéfico para os usuários terem acesso facilitado aos diversos serviços que o município oferece. Para sustentar tal informação segue abaixo um mapa do IPPUC com os principais equipamentos municipais do bairro Centro.

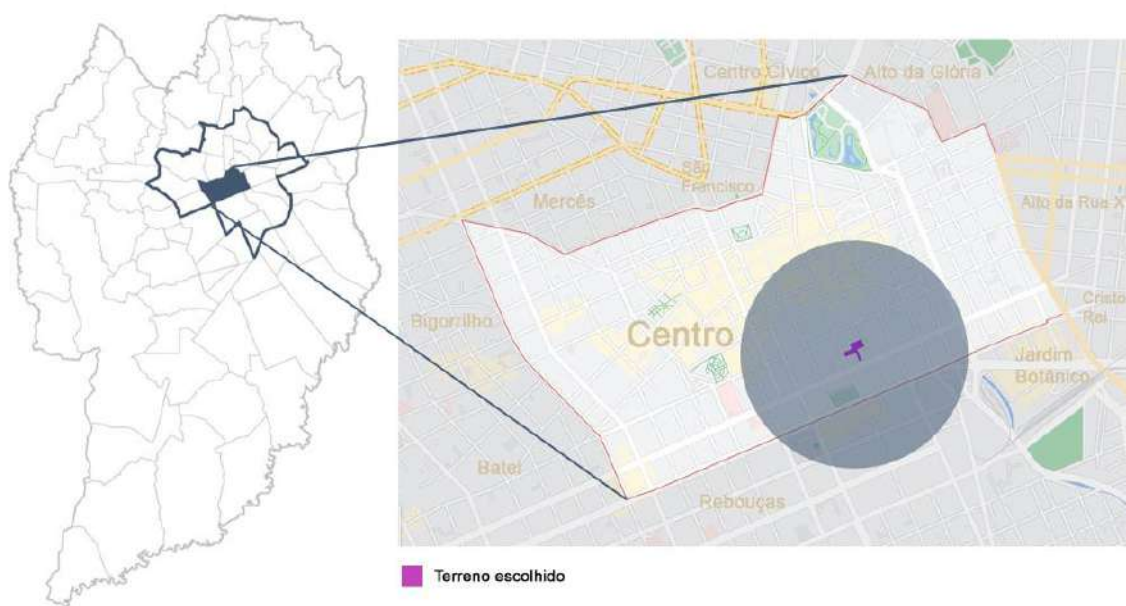
Figura 8: Mapa de equipamentos públicos no bairro Centro em Curitiba.



3.4. ESCOLHA E ANÁLISE DO TERRENO

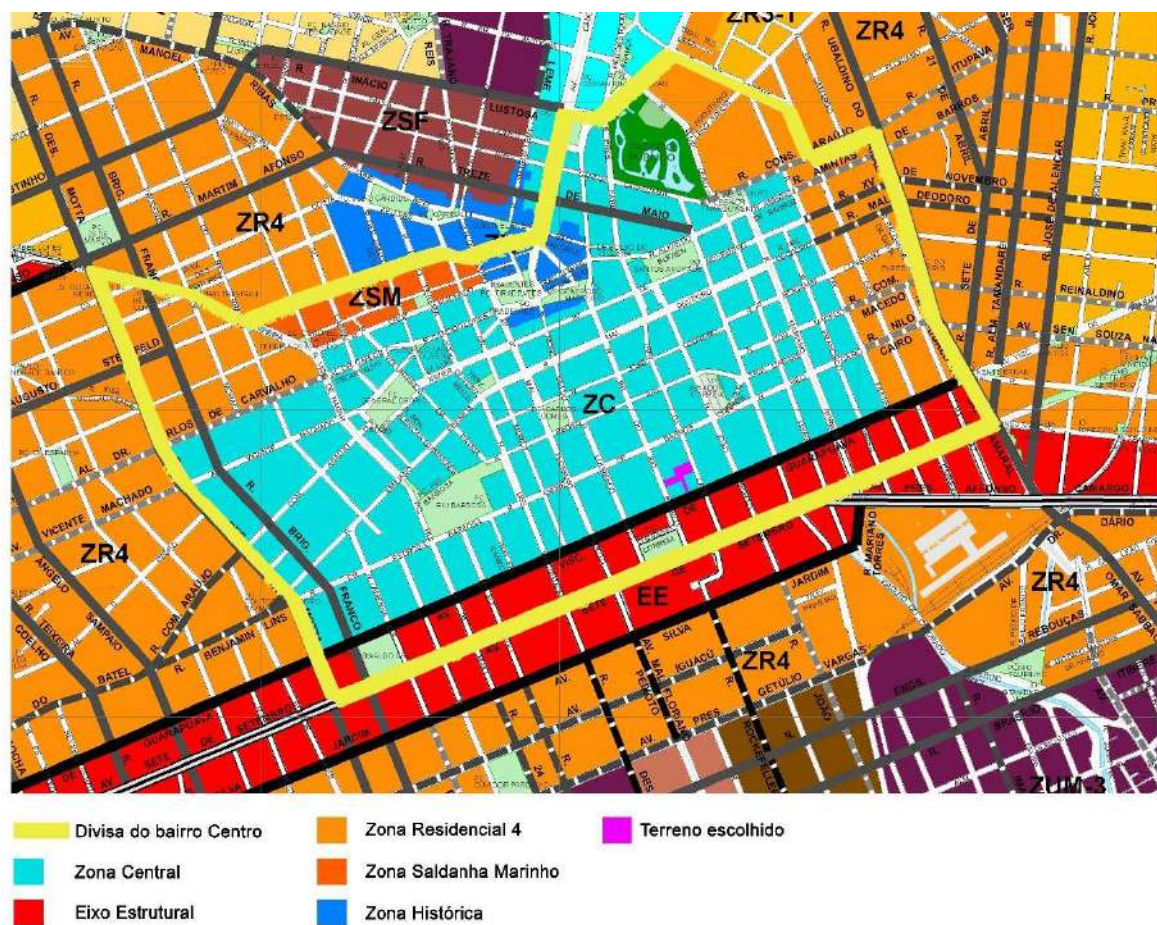
Para a escolha do lote que irá abrigar o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua, foi necessária a análise de terrenos vazios ou subutilizados do bairro Centro.

Figura 9: Localização do terreno escolhido no bairro Centro em Curitiba.



Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Figura 10: Zoneamento do bairro Centro em Curitiba.



Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

A área escolhida para a construção do Centro de Apoio e Acolhimento, como evidenciado no mapa de zoneamento acima, se encontra na extremidade da Zona Central, a qual possibilita a construção do Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua, o qual é classificado como Habitação de Uso Institucional, que são edificações destinadas à assistência social, onde se abrigam diversos públicos, dentre eles a população de rua.

Tabela 3: Parâmetros da Zona Central em Curitiba.

PARÂMETROS	OCUPAÇÃO
Coefficiente de Aproveitamento	5
Taxa de ocupação máxima	Térreo e 1º pav. = 100% Demais pav. = 66%
Altura máxima de pavimentos	Livre
Recuo mínimo	-
Afastamento das divisas	-
Taxa de permeabilidade mínima	Atendido o § 5º do Art. 42.*
<p>* Art. 42 - Para efeitos desta lei, em cada zona ou setor, os critérios de assentamento e implantação da edificação no terreno são estabelecidos pelos seguintes parâmetros de ocupação: § 5º - De acordo com o tipo de atividade e a zona ou setor onde se localiza, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, substituída ou complementada através da implantação de mecanismos de contenção de cheias, os quais serão objeto de regulamentação específica.</p>	

Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Apesar de ser uma zona com um coeficiente de aproveitamento relativamente alto e a altura máxima de pavimentos livre, o decreto número 186, que dispõe sobre Setor Especial Eixo Barão-Riachuelo, pretende no subsetor Barão do Rio Branco, que compreende os lotes com testadas voltadas para a Rua Barão do Rio Branco no trecho situado entre o sítio da Praça Eufrásio Correia e o Setor Especial Preferencial de Pedestres da Rua XV de Novembro, que é o caso do terreno escolhido para a proposta do projeto, preservar o patrimônio cultural edificado no Eixo Barão-Riachuelo e tem o interesse em manter a uniformidade da paisagem urbana desse sítio. Dessa forma, pretende-se seguir a altura de pavimentos de edificações adjacentes para preservar a paisagem já existente no local e respeitar os patrimônios em volta.

Ademais, esse terreno já está há bastante tempo sendo subutilizado e em seu entorno possui muitas construções aparentemente abandonadas, o que passa uma

sensação de insegurança em algumas ruas como a Travessa da Lapa. Logo, o Centro Transitório de Apoio e Acolhimento proposto, traria mais vitalidade à quadra, gerando uma combinação de fluxos em diferentes horários do dia, aliando sustentação econômica e revitalização do tecido urbano.

O terreno escolhido e indicado a seguir nos mapas é a junção de dois lotes, sendo um deles vazio e o outro subutilizado onde parte está vazia e outra porção ocupada por um local que comporta pistas de Skate, sendo que a intenção é manter o equipamento de skate e construir apenas na parte ociosa. A área se encontra na quadra por onde passam a rua Barão do Rio Branco, a Travessa da Lapa e a Avenida Visconde de Guarapuava.

Figura 11: Localização dos lotes escolhidos.



Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Figura 12: Área de intervenção.



Fonte: IPPUC, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Um dos motivos para a escolha desse terreno foi o fato de possuir fachada para as três ruas mencionadas acima, possibilitando maior permeabilidade e diferentes visuais do Centro de Acolhimento, o que são alguns dos partidos do projeto que serão melhor descritos nas diretrizes projetuais.

Importante mencionar, que no aspecto do sistema viário, as ruas que rodeiam a quadra do terreno são classificadas como vias arteriais ou vias locais. As arteriais correspondem a Avenida Visconde de Guarapuava e a Rua André de Barros, que são caracterizadas por serem estradas urbanas de alta capacidade distribuindo o tráfego entre estradas coletoras e rodovias, e conseqüentemente possuem uma acessibilidade grande. E as vias locais, que são a Travessa da Lapa e a Rua Barão do Rio Branco, são destinadas ao tráfego local, conduzindo ao acesso às residências e pequenos comércios.

Em relação ao fluxo de veículos das três ruas que circundam o lote, a Avenida Visconde de Guarapuava possui um tráfego intenso, a Rua Barão do Rio Branco tem um fluxo médio e, por fim, a Travessa da Lapa possui uma movimentação

relativamente baixa, tanto de veículos quanto de pedestres, sendo destinada mais a passagem de ônibus.

Ademais, umas das causas para a escolha do lote foi a proximidade com equipamentos públicos diversos como pontos e terminal de ônibus, igrejas, equipamentos de saúde, praças, construções institucionais, entre outros. A seguir está um levantamento dos equipamentos que se encontram no entorno do terreno em um raio de 750 metros.

Figura 13: Mapa de equipamentos do entorno do terreno.



	Terreno		Hospitais		Centro POP João Dorvalino Borba
	Praças		Centro médico		Rua da cidadania
	Câmara Municipal		Unidade de Saúde		Instituto de Identificação do Paraná
	Terminal Guadalupe		Igrejas		Faculdades
	Shoppings		Museus		Teatro Guaíra
	UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)		Distrito Policial		Mercados
	Sociedade de socorro aos necessitados		Escolas		Creche
	Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)				
	Rodoferroviária				
	Pontos de ônibus				

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Dentre os equipamentos que se destacam em nível de importância para o público de rua estão a Sociedade de socorro aos necessitados e o Centro POP Dorvalino Borba, que, apesar de aparentar estarem fechados, em algum momento já serviram de referência para a população de rua, o que torna a região do terreno escolhido familiar para o público-alvo do Centro de Apoio e Acolhimento.

Além disso, uma edificação extremamente importante, que está na quadra ao lado, é o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que é uma instituição de educação profissional aberta a sociedade que oferece cursos profissionalizantes, o que será de grande valor aos usuários do Centro de Acolhimento, sendo possível até uma interação entre esse local e as oficinas profissionalizantes que a Instituição proposta pela monografia terá.

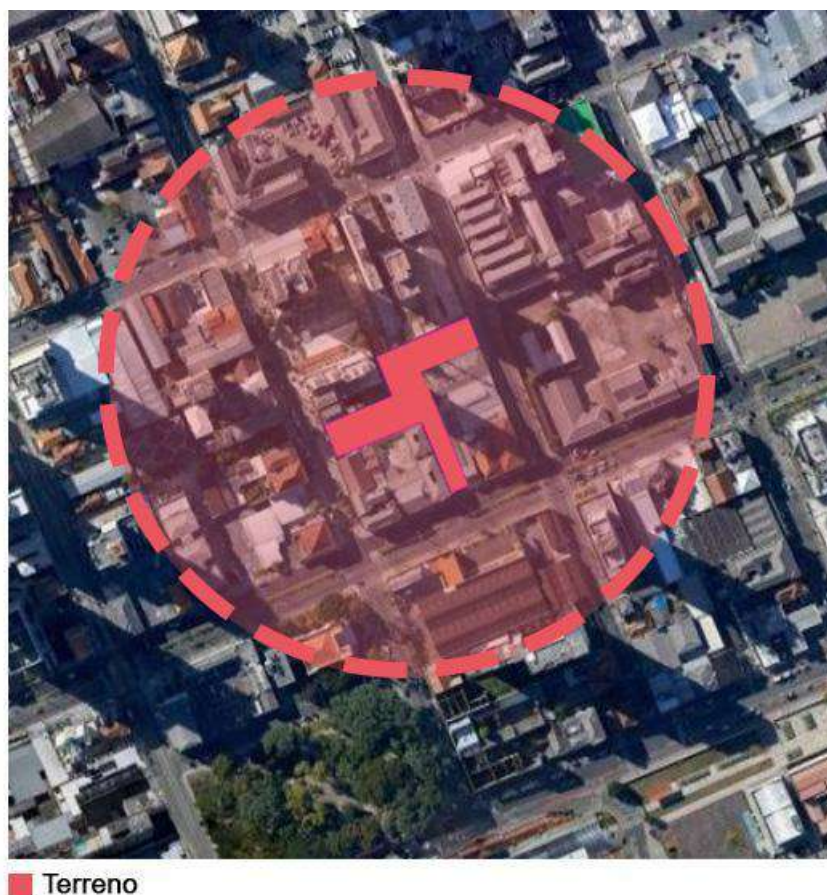
Outros dois lugares que serão bastante relevantes no cotidiano desses indivíduos são o Instituto de identificação do Paraná, o qual iria facilitar o acesso à documentação para esse público, e a Rua da Cidadania localizada na praça Ruy Barbosa, que oferece à população do bairro serviços municipais e pontos de comércio e lazer.

Ademais, além dos locais mais emblemáticos citados acima, também foram mapeadas creches, que serão de extrema importância para as famílias que necessitam trabalhar e precisarão deixar a criança em alguma instituição, também foram mapeadas escolas infantis, de ensino médio e as faculdades próximas, para exemplificar o fácil acesso à educação que as famílias e os indivíduos terão.

Também foram mapeados equipamentos de necessidades básicas, como mercados e instituições de saúde, como hospitais, centros médicos e unidades básicas, os quais são bem relevantes para o cotidiano dos usuários do Centro de Acolhimento.

Em um recorte mais aproximado, de 150 metros de raio, foram detalhados dados com o intuito de melhor aprofundar e analisar a região proposta. Na imagem a seguir, está indicado no contexto do bairro, aonde serão feitas as análises seguintes.

Figura 14: Mapa do entorno do terreno.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

O primeiro mapa, se tratando da relação dos usos dos lotes no entorno imediato do terreno, evidenciará o que foi notado pela autora em visitas ao local, que há uma grande variedade de usos, mas que há um predomínio de estacionamentos e edifícios com uso misto, ou seja, com comércios no térreo e nos demais pavimentos com função habitacional ou de hotelaria. Também foi possível notar que há poucos terrenos vazios na região e há algumas construções aparentemente abandonadas. Outra característica dessa área é o fato de possuir muitos comércios, o que é bastante benéfico para os usuários do Centro de Apoio e Acolhimento, pois ao estarem melhor capacitados profissionalmente, poderão com maior facilidade adentrar no mercado de trabalho.

Figura 15: Mapa de usos do entorno



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Após a análise do mapa do número de pavimentos do entorno a seguir, é possível verificar que, embora tenha alguns lotes com alturas maiores, de cinco pavimentos ou mais, no entorno imediato há uma predominância de edificações com altura entre dois e quatro pavimentos, aspecto que será importante mais à frente na parte de estudo solar do item diretrizes projetuais.

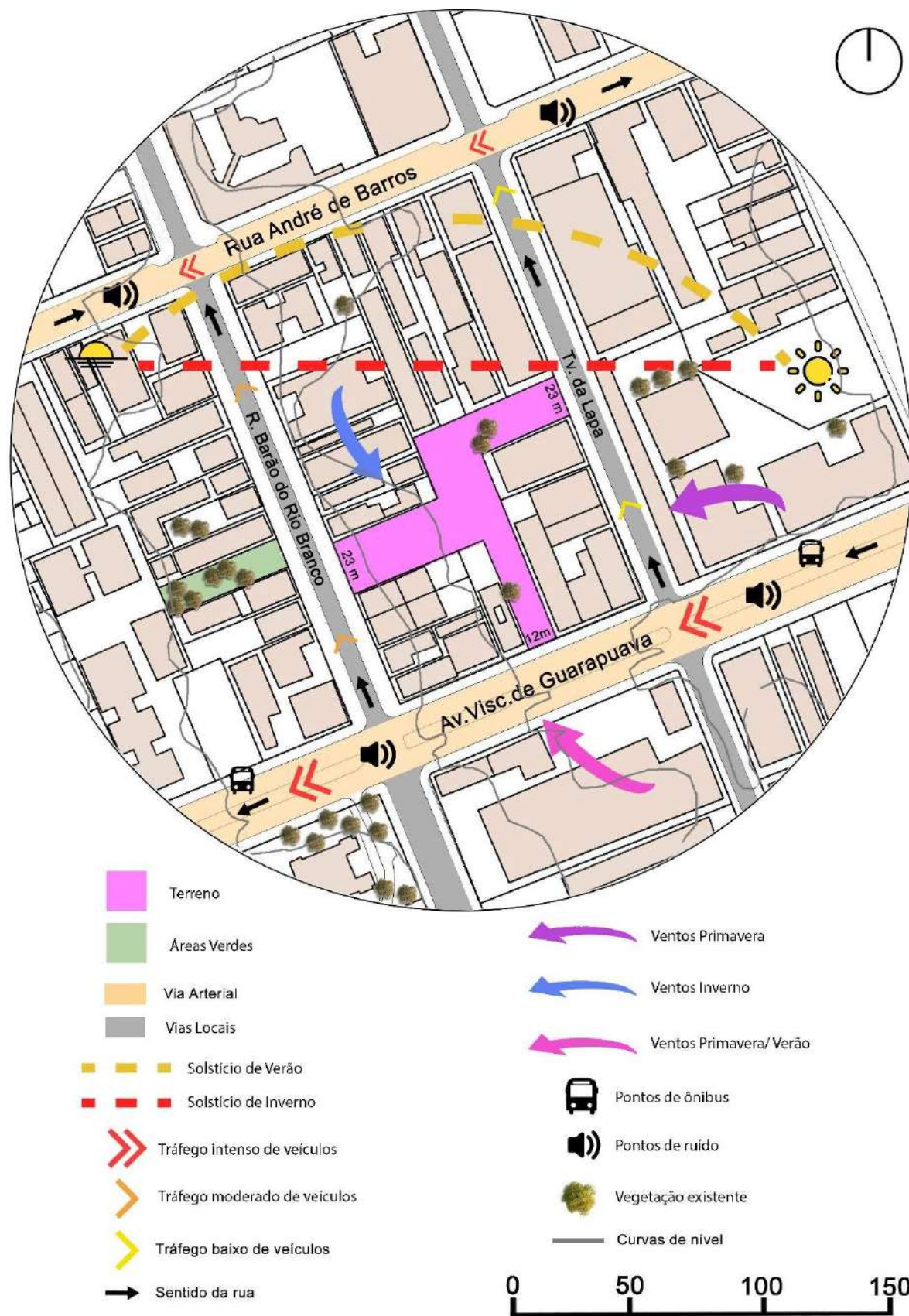
Figura 16: Mapa de pavimentos do entorno.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

No mapa síntese abaixo, formado pelas condicionantes ambientais, foram observados aspectos como a orientação solar sobre o terreno nos solstícios de verão e inverno, as direções de ventos dominantes nas estações do ano e áreas verdes da região.

Figura 17: Mapa síntese do terreno.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

É possível constatar, com a análise do mapa de pavimentos e do mapa síntese, que o terreno recebe uma boa insolação visto que as edificações do entorno mais próximas possuem uma média de dois a três pavimentos. Na face norte há a presença de dois prédios mais altos, entretanto, como o sol do meio dia na fachada norte é mais alto, o maior afastamento entre os edifícios e o terreno do projeto permite que a altura desses não impacte negativamente na incidência solar, como será representada mais adiante no estudo solar do item diretrizes projetuais.

Com o propósito de melhor entender o entorno imediato do terreno, junto às possíveis visuais para o futuro projeto, foram levantadas pela autora fotos das fachadas do terreno escolhido, as quais dão para três ruas distintas.

Figura 18: Mapa de fotos do terreno.

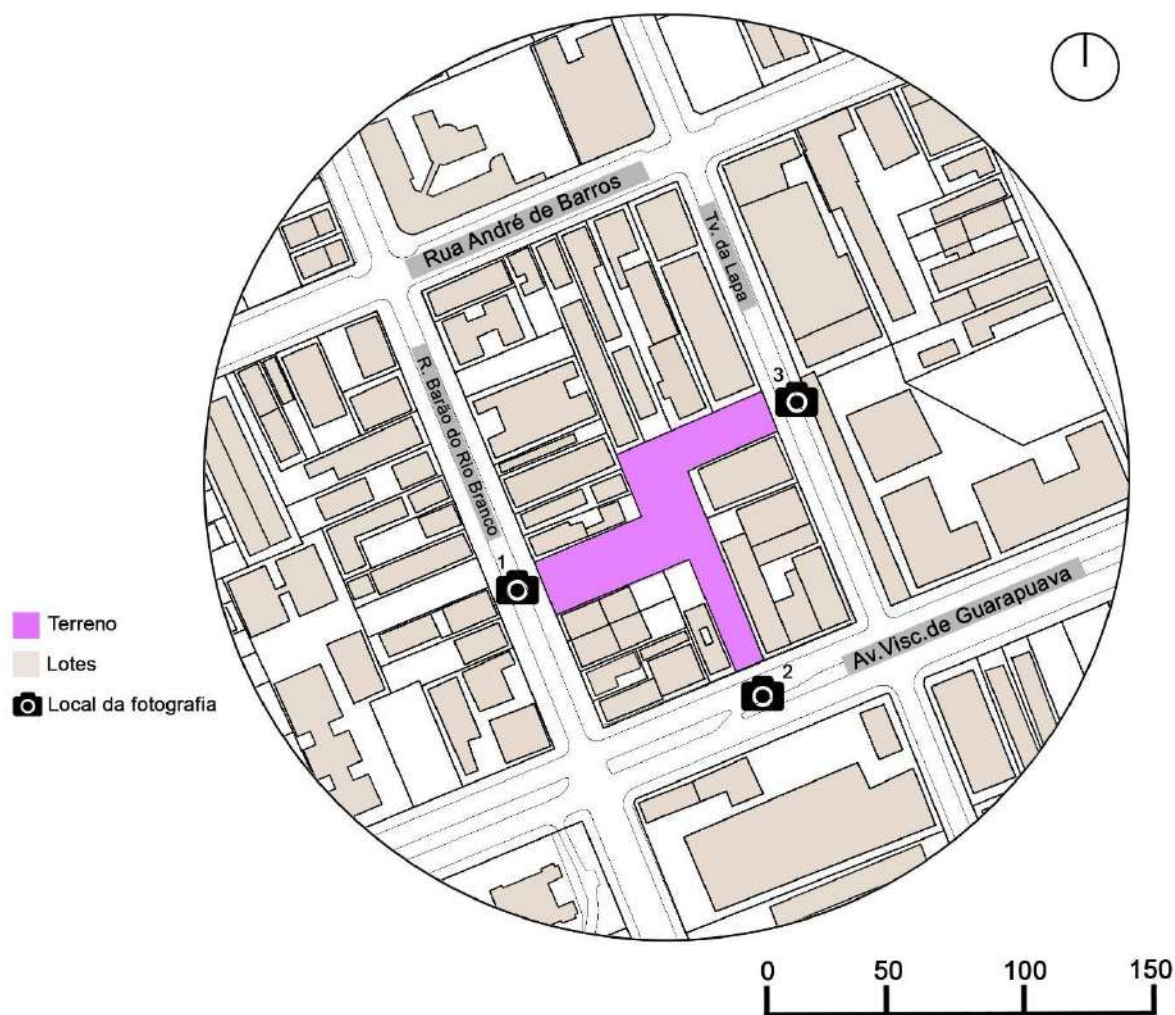


Figura 19: Fachada do terreno para a rua Barão do Rio Branco.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Figura 20: Fachada do terreno para a Avenida Visconde de Guarapuava.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Figura 21: Fachada do terreno para a Travessa da Lapa.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

4. ESTUDO DE CASO

Nesse capítulo serão apresentados exemplos de estudos de caso que detêm propriedades, características e condicionantes análogas à proposta de projeto final. A análise dos seguintes projetos selecionados tem como objetivo auxiliar nas definições das diretrizes projetuais do Centro de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua, de acordo com algumas informações relevantes de cada caso como: a forma, sistema construtivo, programa e aspectos estéticos e compositivos.

4.1. LA CASA – WASHINGTON, DC

Esse projeto foi escolhido como um estudo de caso devido à identidade individual que o projeto proporciona dentro de um contexto de equipamento coletivo. Essa individualidade toma forma principalmente nos ambientes internos que têm a capacidade de abrigar 40 homens em apartamentos individuais, equipados com banheiro, sala e uma pequena cozinha como será apresentado mais à frente.

O Projeto Habitacional de Apoio Permanente “La Casa” foi desenvolvido em 2014 através de uma parceria entre os escritórios: Studio Twenty Seven Architecture e Leo A Daly JV e se trata de um projeto que pertence ao Departamento de Serviços Humanos do Distrito de Washington que atende a população que não possui abrigo. O grande diferencial desse edifício em relação aos outros abrigos é que se trata de um novo protótipo para o cuidado de pessoas em situação de rua na capital dos Estados Unidos, uma vez que não atendem apenas durante a noite, mas sim oferece 24 horas de habitação permanente para quarenta pessoas, o que é bastante significativo na transição de cuidados em tempo integral para o resgate da autonomia dos usuários.

Figura 22: Fachada do edifício “La Casa”.



Fonte: Hochlander Davis/Archidaily. Ano: 2014.

No que se refere à edificação, que levou três anos para ser construída, de 2011 a 2013, foi requisitado pelo cliente que esse projeto tivesse uma qualidade superior ao dos condomínios do mercado imobiliário, dessa forma, o prédio reflete a preocupação com a excelência em design e conforto, a fim de oferecer condições dignas e acolhimento aos usuários.

Os espaços internos foram configurados a fim de prezar pela funcionalidade e durabilidade do espaço, o que é evidenciado pela simplicidade funcional presente no acoplamento de um híbrido de estar, espaço para refeição, e cozinha. Outrossim, cada unidade oferece janelas operáveis do chão ao teto para iluminação e ventilação naturais.

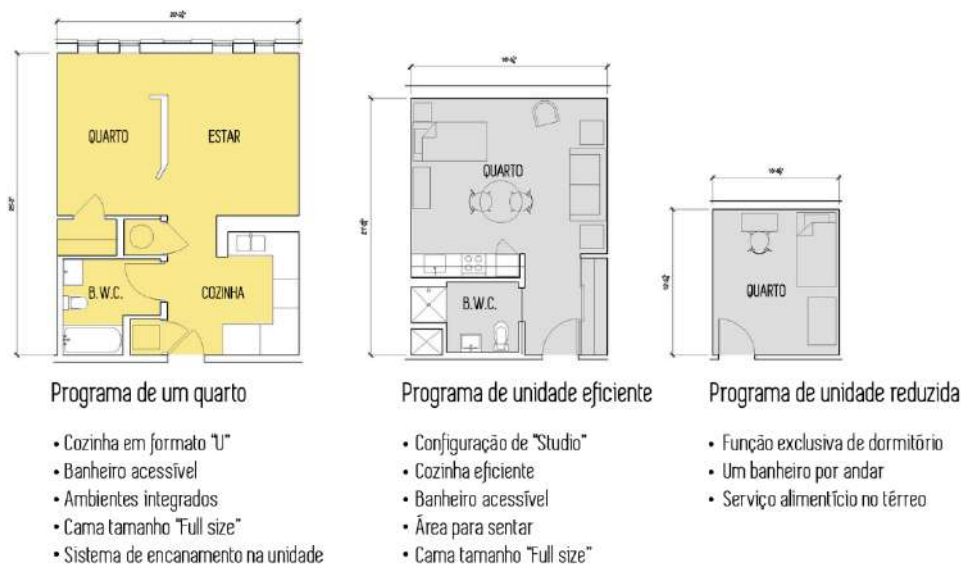
Figura 23: Dormitório no edifício “La Casa”.



Fonte: Hochlander Davis/Archidaily. Ano: 2014.

No edifício foram concebidas três alternativas de plantas-tipo a fim de atender a pluralidade do público-alvo. A primeira dispõe de 47,38 m², dispondo de: uma cama, apenas, de tamanho grande, cozinha com uma bancada em formato “U”, banheiro, uma pequena área de estar e jantar e controle de climatização e encanamentos dentro da unidade; o segundo tipo, com 32,52 m², possui um perfil menor, mais vinculado a um studio, possuindo: uma cama grande, cozinha, disposta apenas em uma bancada de menor tamanho e integrada com a sala, banheiro acessível e área de estar com sofá; A última disposição de planta-tipo é a menor das três, com 12 m², se trata de um cômodo que é destinado apenas a função de um dormitório, detendo somente: uma cama, cadeira e escrivaninha e um guarda-roupa, com um banheiro por andar e cozinha no térreo. Tais aspectos são evidenciados pela imagem abaixo.

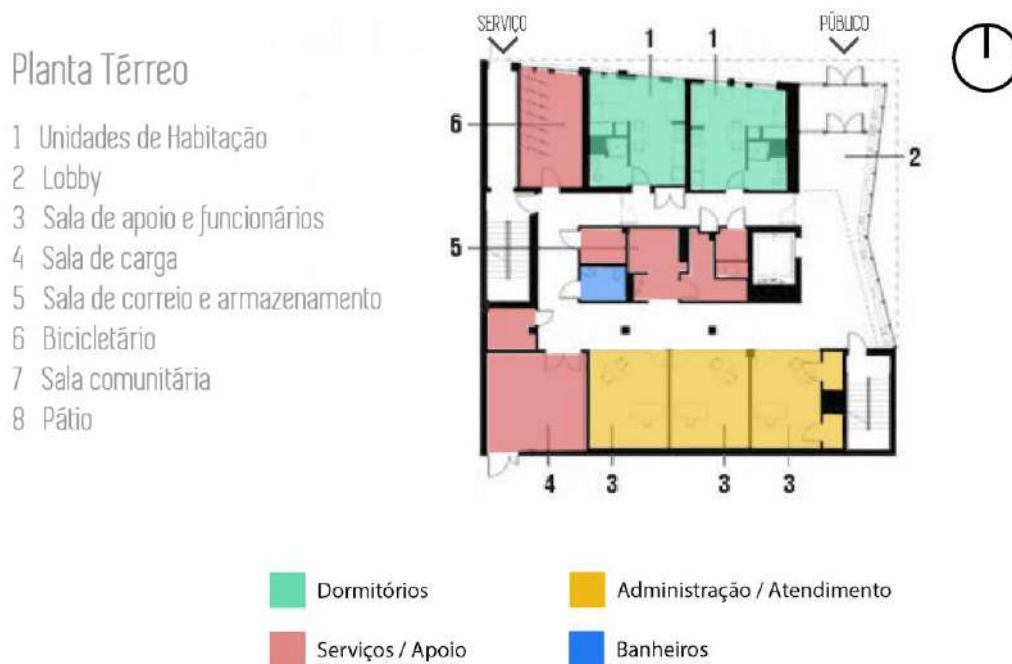
Figura 24: Imagem das três variedades das planta-tipo.



Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Na planta do térreo, apresentada a seguir, se encontra os setores mais relacionados a serviços e atendimentos aos usuários, uma vez que há apenas duas unidades habitacionais. No primeiro piso também está localizada a portaria e o hall de entrada que possui o pé direito duplo, o que fornece um visual acolhedor e permeável com sua fachada em vidro. Outro espaço relevante é o bicicletário, uma vez que há a presença de ciclovias próximas ao terreno.

Figura 25: Planta Térreo.



Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

No pavimento do segundo andar os usos são destinados a setores mais privados, havendo algumas unidades habitacionais e espaços de convivência entre os moradores, uma sala comunitária coberta e um pátio descoberto, e um mezanino. Existem poucos espaços de serviços, apenas para organização do pavimento, como depósito e espaço para lixo, além de dois sanitários fora das unidades.

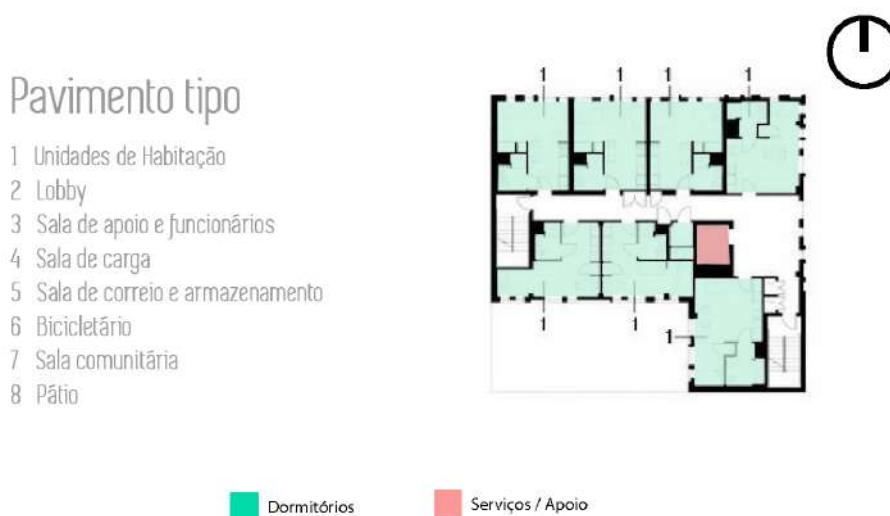
Figura 26: Segundo pavimento.



Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Já os pavimentos-tipo, que são os do terceiro ao sétimo andar, são mais atribuídos a locais privativos, compondo sete unidades habitacionais em cada pavimento e um espaço destinado ao lixo. Essa tipologia se repete até o último andar, e os pavimentos não possuem banheiro com exceção dos privativos em cada unidade.

Figura 27: Pavimento tipo.

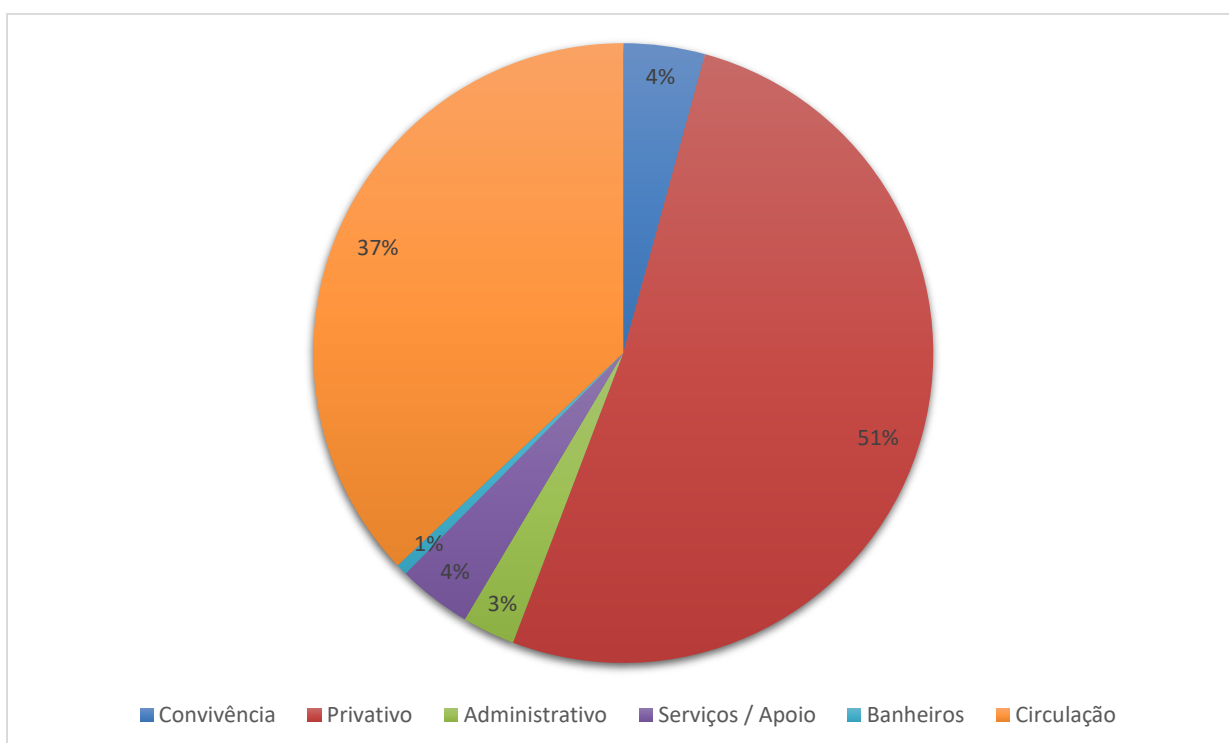


Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Com o objetivo de compreender melhor os setores e os usos do projeto em questão, foi elaborado um gráfico com as determinadas áreas de cada uso. Na imagem a seguir, é possível evidenciar que há um maior enfoque nas unidades de habitação do projeto. Embora o edifício preze pela individualidade e privacidade dos moradores, também existem alguns espaços interessantes para o estímulo ao convívio e interação com outros usuários, fomentando a sociabilidade.

Conforme analisado no gráfico a seguir, é evidente que o maior enfoque do projeto foi de propiciar áreas amplas e confortáveis para seus moradores.

Gráfico 13: Áreas dos usos do Edifício La Casa.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

4.2. CENTRO DE ACOLHIMENTO – HSINCHU, TAIWAN

O projeto que será descrito a seguir foi escolhido como um estudo de caso principalmente devido a sua materialidade, à fachada, a sua intensa relação com o entorno e aos momentos de respiro na construção possibilitados pelos átrios existentes.

Este centro de acolhimento, localizado no Distrito de Chupei em Taiwan e concebido em 2014 pelo escritório CYS.ASDO, combina uma acolhedora experiência

ao ar livre com um interior funcional, o que ocorre por meio de estratégia de "recuos", possibilitando a natureza do entorno circundar a edificação. Ademais, há uma grande permeabilidade visual da relação entre interno e externo o que propicia a iluminação natural, a ventilação eficiente e o visual da vegetação se fundindo com a estrutura.

Na fachada há aberturas nas paredes, intencionalmente irregulares que marcam diferentes aspectos do centro, proporcionando vistas fascinantes a partir dos ângulos interiores e exteriores. Além dessa estratégia na fachada proporcionar abertura e a transparência necessária para dar ao espectador uma experiência interior e exterior simultânea, de acordo com a passagem do dia e as estações, é produzido um jogo de luzes e sombras.

Figura 28: Fachada do Centro de acolhimento.



Fonte: K. M. Lee/Archidaily. Ano: 2019.

Essa permeabilidade visual que permite os usuários internos terem essa conexão com a rua e com o entorno será extremamente importante no Centro de Apoio e Acolhimento às pessoas em situação de rua abordado no trabalho, uma vez que a rua é o ambiente com o qual estão acostumados, logo, para que eles não se sintam presos ou podados, é necessário que essa liberdade transpareça na arquitetura, dando uma sensação de acolhimento e de autonomia concomitantemente. Ainda no contexto de visuais, o projeto permite a concepção de espaços de respiro, onde átrios realizam o papel de conectar ainda mais os ambientes internos e externos,

criando espaços de contemplação ao mesmo tempo que beneficia a entrada de luz natural.

No que tange a materialidade, utilizou-se a alvenaria estrutural, sendo que na parte externa não foi utilizado a massa fina, deixando um aspecto mais rústico. Além disso, outros materiais construtivos também utilizados foram o concreto e a madeira, a qual se faz presente tanto na fachada quanto nos ambientes internos. A madeira provavelmente foi inserida com o intuito de transmitir a sensação de aconchego e conforto aos usuários.

Figura 29: Átrios do Centro de acolhimento.



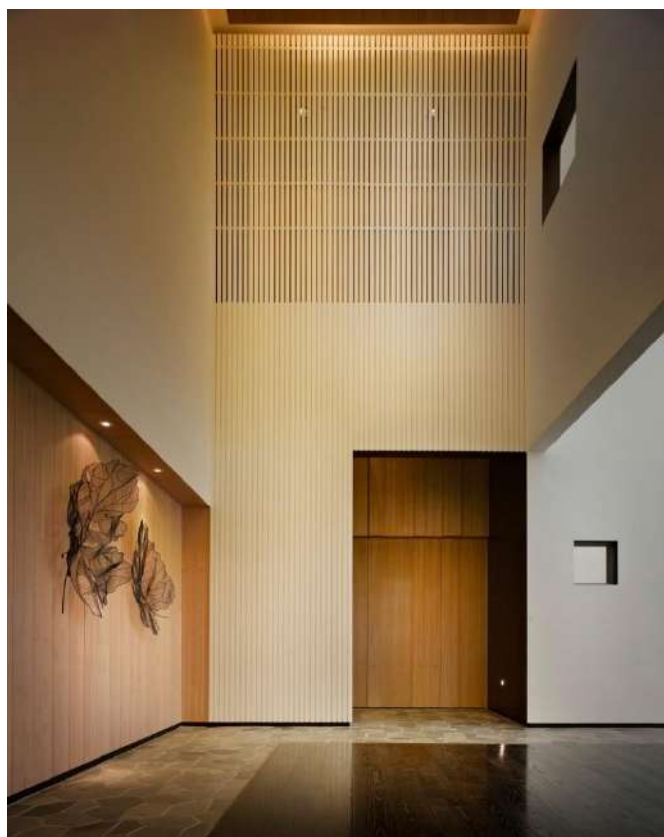
Fonte: K. M. Lee/Archidaily. Ano: 2019

Figura 30: Sala do Centro de acolhimento.



Fonte: K. M. Lee/Archidaily. Ano: 2019.

Figura 31: Recepção do Centro de acolhimento.



Fonte: K. M. Lee/Archidaily. Ano: 2019.

A edificação se distribui apenas em um pavimento o que facilita a locomoção e interação dos diversos ambientes projetados, sendo que cada setor tem abertura direta para um espaço aberto e interno, ocasionado pelos átrios. Dessa forma, com todas as estratégias compositivas e projetuais, o projeto transmite uma sensação de calma, aconchego e acolhimento, o que está estritamente ligada com a sua função.

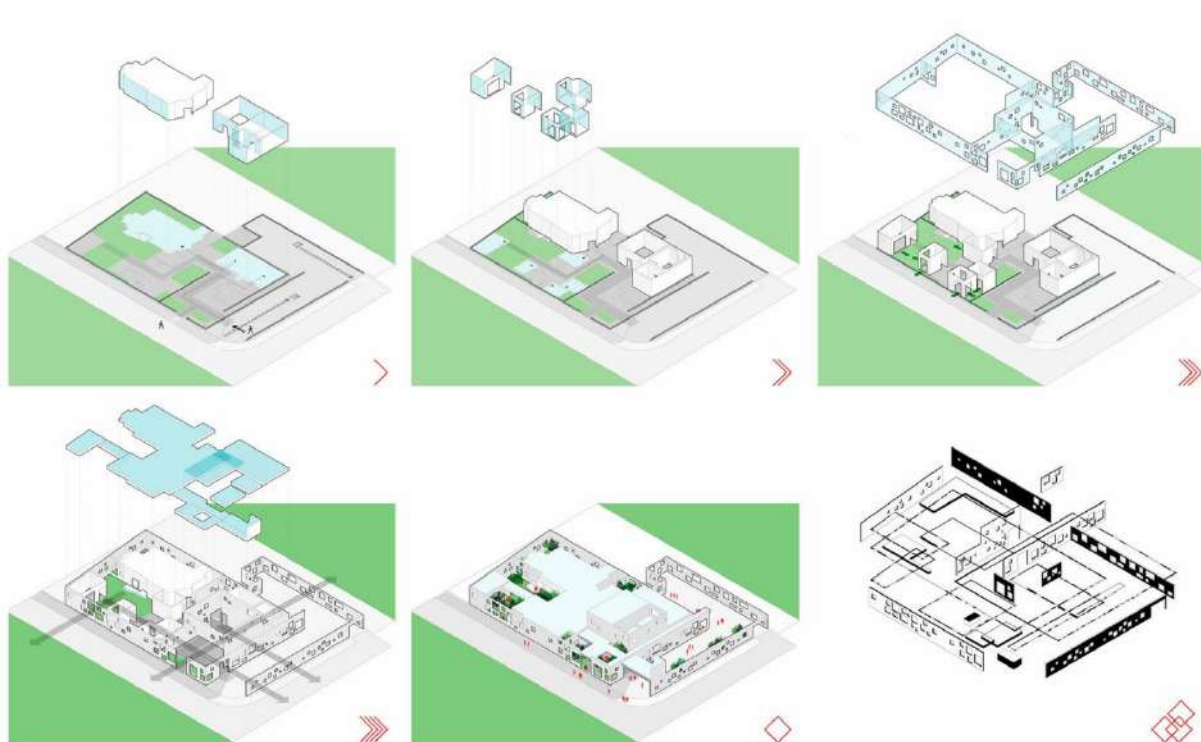
Em relação a setorização, é possível notar pela análise das imagens abaixo e pela afirmação acima que o centro se dispõe apenas em um nível, o qual abriga os setores de serviços, administração, convivência, área para os dormitórios e banheiros. É visível que as áreas administrativas se encontram mais perto da entrada, enquanto a parte privativa está mais resguardada. Também fica visível a existência de espaços de convivência intercalados e os diversos átrios presentes no projeto.

Figura 32: Pavimento térreo.



Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

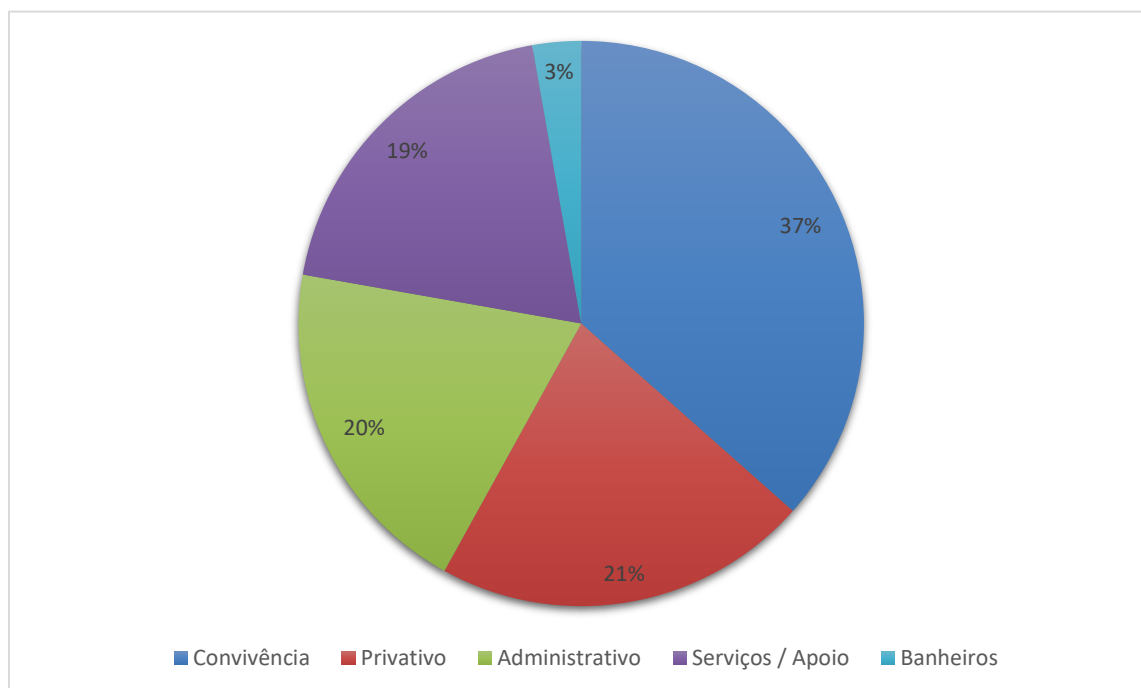
Figura 33: Isométrica.



Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

Conforme analisado no gráfico a seguir, apesar de o programa estar bem dividido entre os setores, é evidente que o maior enfoque do projeto foi de proporcionar áreas mais sociais e de convivência para seus usuários, as quais oferecem pequenos e grandes pátios formados pelos átrios.

Gráfico 14: Áreas dos usos do Centro de acolhimento.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

4.3. EDIFÍCIO NOUVEAU LISBOA – LISBOA, PORTUGAL

Outro projeto selecionado para a análise de estudos de caso é o Edifício Nouveau Lisboa que é localizado em Portugal e foi projetado em 2018 pelo escritório Sidney Quintela Architecture + Urban Planning. Esse edifício habitacional foi observado como estudo de caso devido a sua estratégia de controle ambiental que será discutido mais à frente.

Essa edificação se sobressai na cidade de Lisboa pois traz uma nova perspectiva à arte de saber viver, por meio de um projeto contemporâneo e inovador. Inserido na paisagem urbana do centro de Lisboa, o prédio ganha destaque em meio aos edifícios antigos, apresentando um traçado retilíneo e uma paleta de cores neutras.

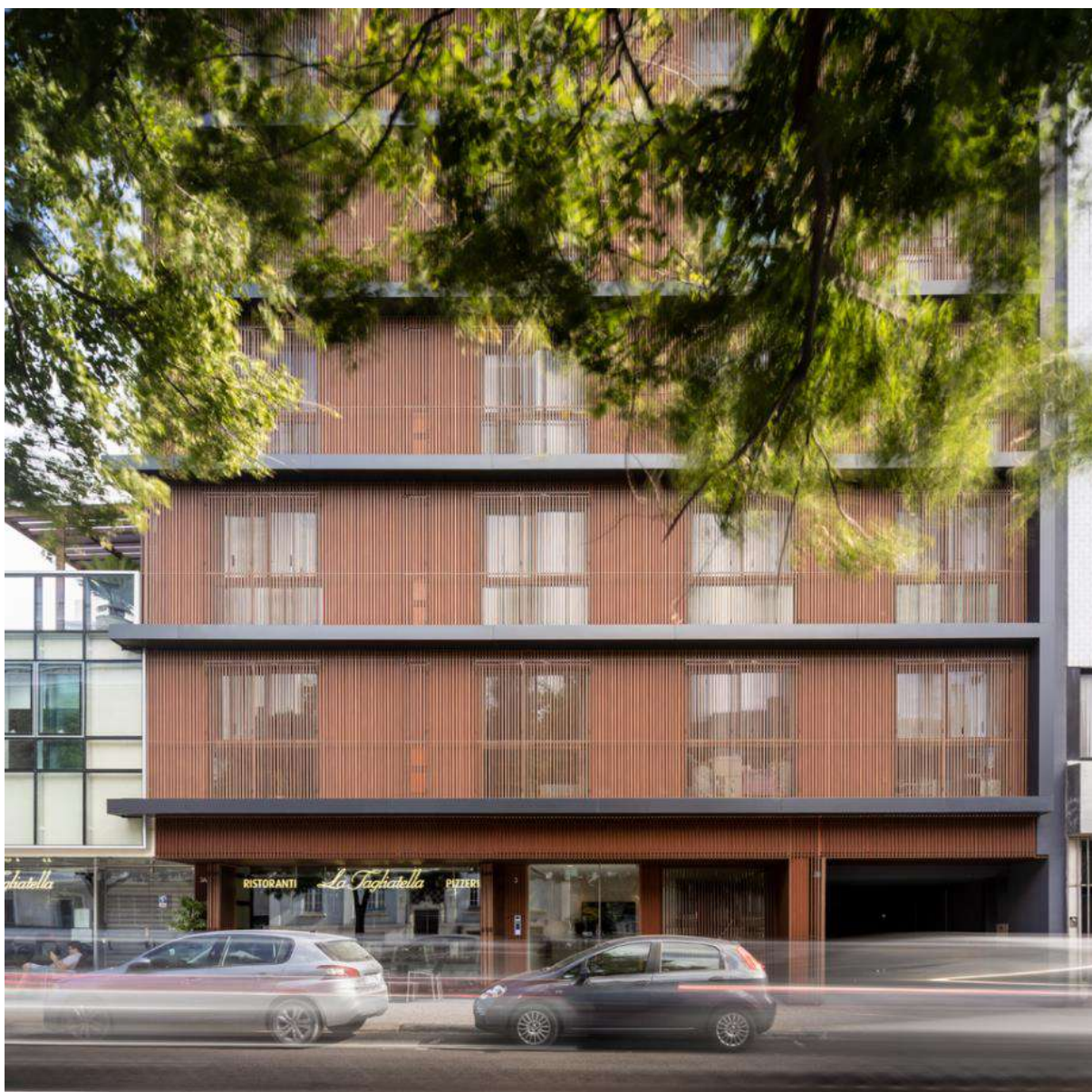
Figura 34: Fachada do edifício Nouveau Lisboa.



Fonte: Fernando Guerra/Archidaily. Ano: 2018.

O aspecto construtivo de evidência no edifício é fachada ventilada em ripado de alumínio amadeirado, a qual é dinâmica, móvel e possibilita diversos cenários em função do uso e da posição solar, mudando de acordo com o abrir e fechar das suas janelas ou o acender e apagar das suas luzes. Essa estratégia de controle ambiental será ideal para o Centro de Apoio e Acolhimento abordado no trabalho, uma vez que traz uma transparência à fachada, ao mesmo tempo que mantém a privacidade dos usuários internos como é mostrado na imagem abaixo. Ademais, o fato de ser móvel possibilita que cada pessoa adeque a entrada de luz e a permeabilidade visual de acordo com o seu desejo, oferecendo mais privacidade ou mais interação com o entorno. Por fim, é interessante que o ripado tenha o aspecto amadeirado, visto que é um material que traz a sensação de aconchego e acolhimento aos usuários.

Figura 35: Fachada aproximada do edifício Nouveau Lisboa.



Fonte: Fernando Guerra/Archidaily. Ano: 2018.

No que tange às plantas arquitetônicas dessa edificação, houve uma reflexão a respeito de como inovar o conceito usual das plantas tipos dos apartamentos de Lisboa, de modo a alcançar o máximo de aproveitamento do espaço e dar prioridade à funcionalidade, ao conforto e a privacidade. As unidades habitacionais de um, dois e três quartos com tipologias distintas estão distribuídas nos oito pavimentos que compõem a edificação. A seguir será apresentado um exemplo de pavimento do edifício que se repete do terceiro ao quinto piso.

Figura 36: Terceiro pavimento do edifício Nouveau Lisboa.

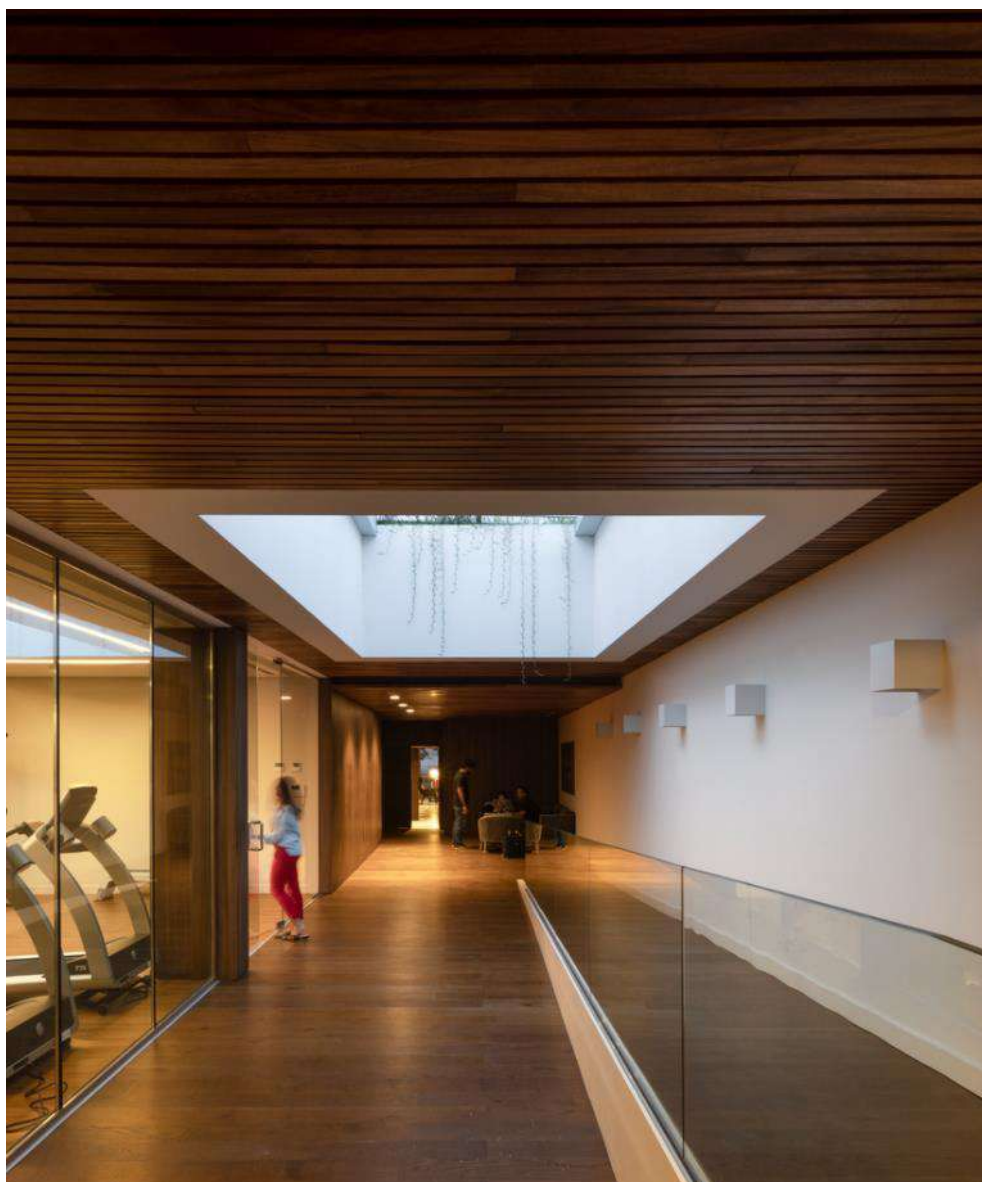


Fonte: Archidaily, adaptado pela autora. Ano: 2021.

A volumetria proposta pelo projeto promove a justaposição de varandas e terraços de uso privativo, com tamanhos variados e pérgolas em alumínio amadeirado e vidro, que conectam o exterior com o interior, criando mais um estar social privativo e exclusivo para cada morador.

A experiência por meio das materialidades ocorre desde a entrada pelo hall principal, com pavimento em pedra natural, paredes em laminado de madeira e decoração elegante e minimalista, o que já proporciona um sentimento de bem-estar e conforto.

Figura 37: Interior do edifício Nouveau Lisboa.



Fonte: Fernando Guerra/Archidaily. Ano: 2018.

4.4. ÁGORA TECH PARK – JOINVILLE, BRASIL

Por fim, o último projeto escolhido para ser estudado é o complexo Ágora Tech Park em frente ao Campus da UFSC no Norte catarinense, que se destacou pelo seu pavimento térreo e a relação deste com a rua e com o entorno, aspecto que será de extrema importância para o projeto do Centro de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua.

Esse projeto, que foi vencedor do Concurso que consistia na elaboração de propostas para a ocupação do complexo Ágora Tech Park, foi concebido pelo Estúdio Módulo e a obra foi inaugurada no ano de 2019. O equipamento tem como função ser um polo de atração para o encontro entre sociedade, se adequando melhor ao conceito de centro tecnológico da IASP (Associação Internacional de Parques Tecnológicos), oferecendo atrativos para empresas de alta tecnologia e contribuindo para o desenvolvimento regional através de benefícios socioeconômicos para Joinville e Santa Catarina.

O projeto oferece ambientes de alta qualidade para as atividades de pesquisa, desenvolvimento, trabalho e lazer. Para isso, a proposta se apropria de conceitos de uma cidade inteligente, atendendo questões relacionadas ao meio ambiente, infraestrutura, mobilidade, qualidade de vida, ecoeficiência e a integração de soluções diferenciadas.

Figura 38: Fachada do Ágora Tech Park.



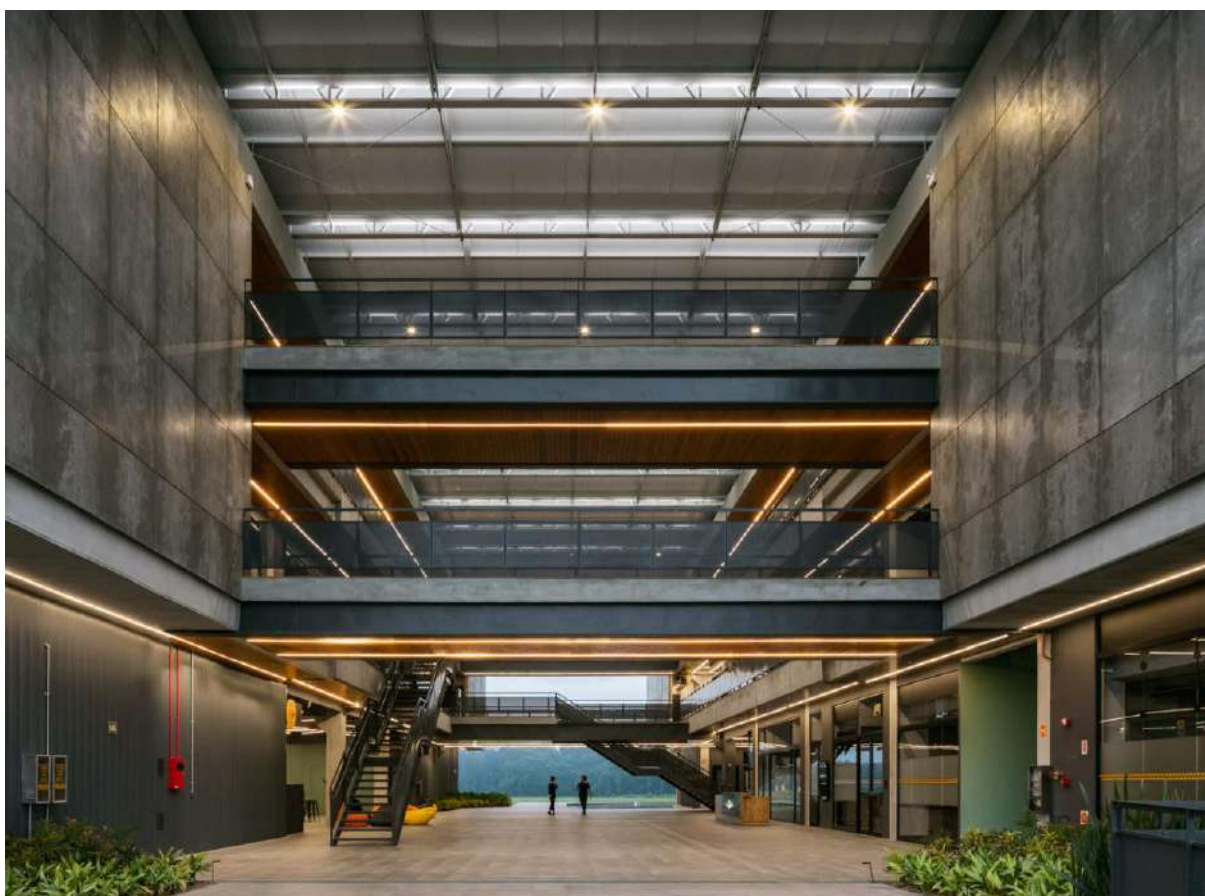
Fonte: Nelson Kon/Archidaily. Ano: 2019.

A fachada principal é composta por um espaço central com pé-direito triplo, criando uma grande acolhida, a qual marca a entrada e se torna o eixo gerador e

articulador de todo o projeto. Não há distinções no chão entre o dentro e o fora, nem há barreiras para acessar o grande espaço coberto, o que acaba estimulando os transeuntes a entrarem. É o vazio central que integra todos os pavimentos e para onde convergem todas as atividades do prédio, realizando dessa forma a função de acesso, circulação, acolhida e estar.

Esse aspecto da diminuição de barreiras para a entrada e a criação de uma grande acolhida que serve como estar será de grande relevância para convidar o público de rua a utilizar o equipamento que será proposto neste trabalho, pois criando essa espécie de praça coberta, além de proteger esse contingente das intempéries, irá trazer uma sensação de acolhimento e liberdade simultaneamente. Outrossim, a estratégia da não diferenciação entre a calçada e a entrada do edifício é muito interessante, tendo em vista que ao fundir esses dois elementos, cria-se uma entrada sutil e leve, fazendo com que o público-alvo não se sinta em uma construção completamente fechada e desconhecida.

Figura 39: Acolhida do Ágora Tech Park.

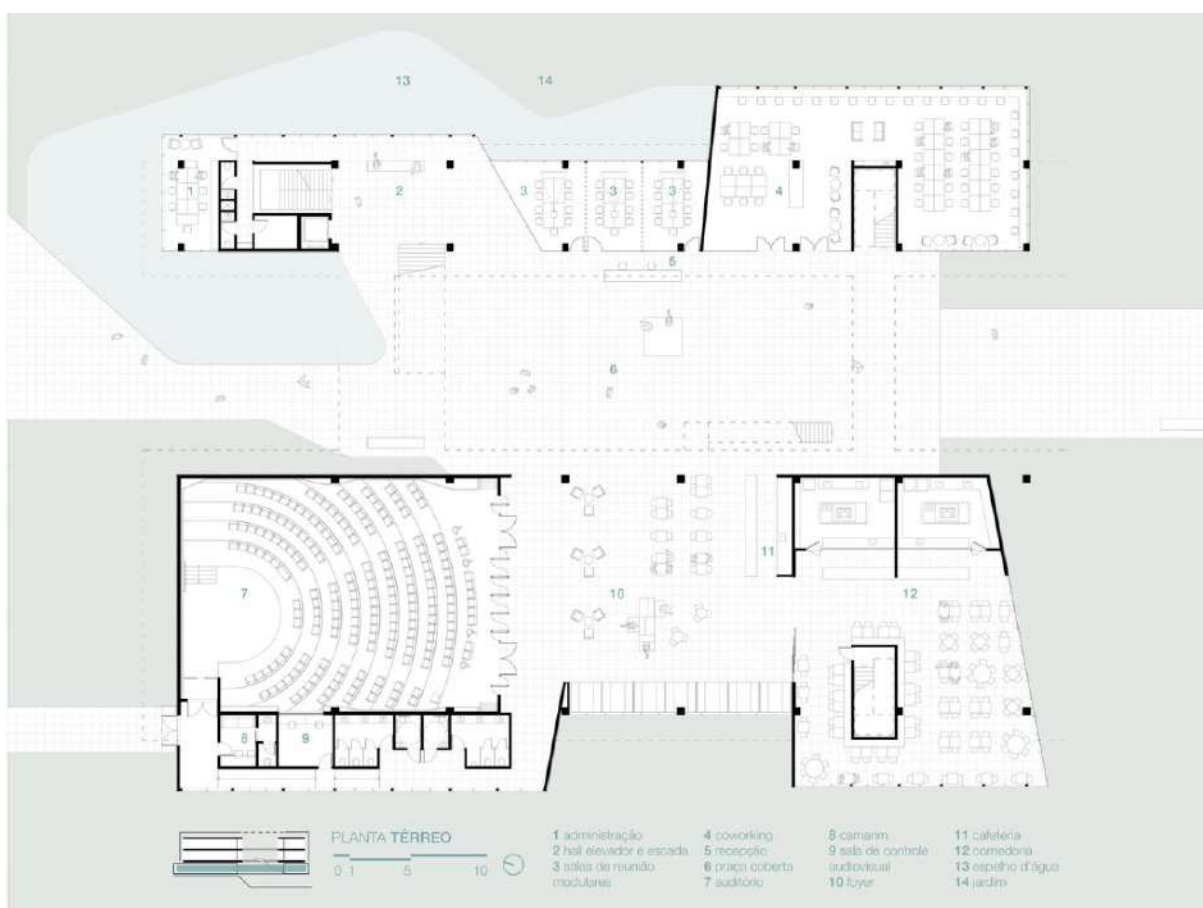


Fonte: Nelson Kon/Archidaily. Ano: 2019.

Ademais, é importante pontuar que as estratégias projetuais priorizam os pedestres, uma vez que os estacionamentos são locados para evitarem o protagonismo dos veículos e o cruzamento de fluxos dos acessos aos bolsões e calçadas.

O pavimento térreo contém uma planta que combina ambientes diversos como praça de alimentação, auditório, os quais são circundados com vidro que garante a plena transparência para o exterior, áreas administrativas, recepção, jardim, entre outros. O fundo desse pavimento é marcado pelo espelho d'água, o qual evidencia uma característica projetual presente em todo o térreo, que é o fato da edificação se expandir para além dos limites do perímetro dos andares superiores, o que permite uma maior expansividade volumétrica como mostrado na imagem abaixo.

Figura 40: Pavimento térreo do Ágora Tech Park.



Fonte: Archidaily. Ano: 2019.

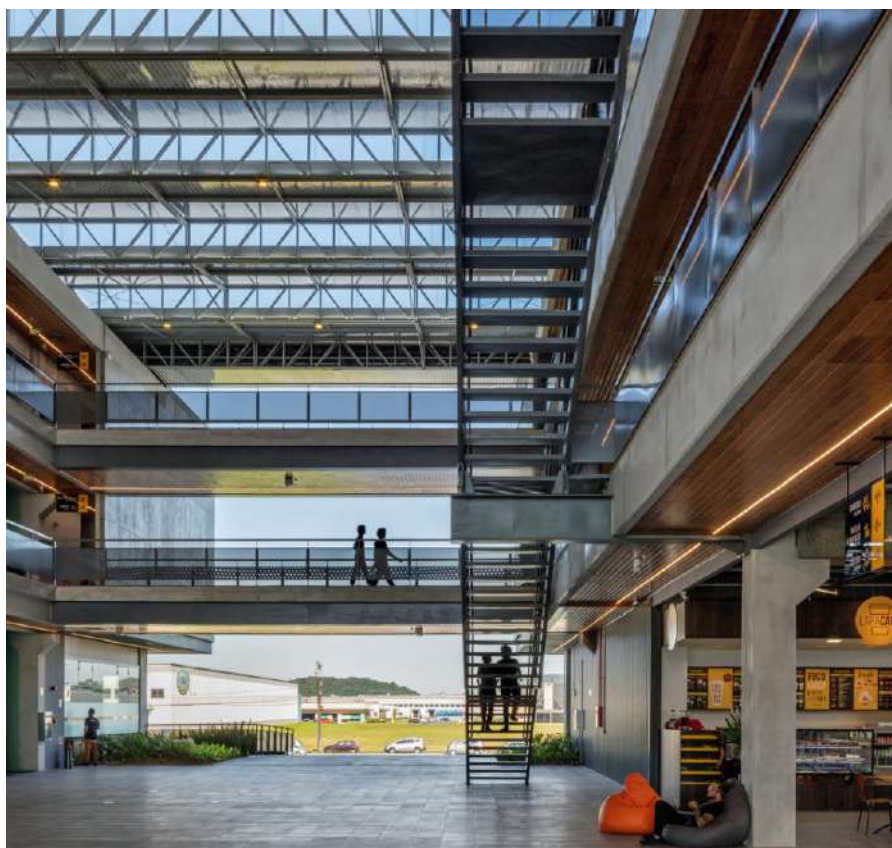
Em relação aos materiais, a estrutura primária é composta por peças pré-moldadas de concreto aparente, contrastando com as passarelas e escadas de estrutura metálica no núcleo. Os fechamentos externos contêm sutis distinções para ressaltar as diferenças volumétricas apontadas anteriormente, sendo que no térreo, emprega-se telha ondulada cinza escuro e nos andares acima, utilizam-se painéis cimentícios de cor cinza claro. No interior, a madeira é encontrada em pisos e tetos de corredores e passarelas, de modo a destacar as circulações.

Figura 41: Fachada lateral do Ágora Tech Park.



Fonte: Nelson Kon/Archidaily. Ano: 2019.

Figura 42: Interior do Ágora Tech Park.



Fonte: Nelson Kon/Archidaily. Ano: 2019.

Figura 43: Quadro síntese dos estudos de caso.

LA CASA	CENTRO DE ACOLHIMENTO/ CYS.ASDO	EDIFÍCIO NOUVEAU LISBOA	ÁGORA TECH PARK
<ul style="list-style-type: none"> • Identidade individual • Tipologia dos dormitórios • Layout interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Materialidade • Relação interno/externo • Fachada • Átrios 	<ul style="list-style-type: none"> • Materialidade • Controle ambiental • Relação interno/externo 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com a rua • Acolhida • Permeabilidade do pavimento térreo
			

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

5. DIRETRIZES PROJETUAIS

As informações e dados apresentados nos capítulos anteriores da conceituação temática e na interpretação da realidade possibilitaram desenvolver um conceito do público-alvo da proposta, considerando sua história, experiências e necessidades psicológicas e sociais.

Por meio da análise da interpretação da realidade chegou-se à síntese analítica da situação local, permitindo a escolha da área de intervenção mais adequada aos critérios requeridos. Nesta etapa pretende-se definir os aspectos do programa, a fim de quantificar os ambientes cuja função esteja relacionada aos aspectos estudados, assim como sua setorização, e em um segundo momento a definição das direções plásticas e conceituais a serem adotadas.

5.1. PÚBLICO-ALVO

Para que fosse elaborado o programa de necessidades do Centro Transitório de Apoio e Acolhimento, inicialmente será determinado o público-alvo do projeto, o qual é representado pelas pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, incluindo os diversos perfis existentes, como o público feminino, masculino e aqueles que constituem uma família, fato que irá se manifestar nas diferentes tipologias de quartos que o Centro irá oferecer.

Nesse contexto, após a análise dos dados e pesquisas feitas acerca desse público na capital paranaense, foi determinado que o equipamento proposto pela monografia irá ofertar em seu setor de acolhimento 4 diferentes tipologias. Dentre essas tipologias estão 2 módulos que atendem famílias de 4 pessoas; 2 módulos que abrigam famílias de 3 pessoas; 2 módulos para casais; e por fim 87 módulos para indivíduos sozinhos. Dessa forma, o projeto contará com 93 unidades habitacionais transitórias, e será capaz de abrigar um total de 105 pessoas em situação de rua na sua capacidade máxima.

Esse setor será designado para acolher e servir de moradia temporária por no máximo três meses, sendo um período destinado aos usuários para se profissionalizarem e até trabalharem no próprio Centro, para que, ao final de sua estadia, seja possível o indivíduo se inserir de forma satisfatória na sociedade novamente.

5.2. PROGRAMA

As unidades habitacionais transitórias, como já mencionado, serão divididas em 4 tipologias, para melhor atender a necessidade de cada caso. Outro alicerce do projeto é seu intuito de prover a essa população não somente a possibilidade de um acolhimento, mas também um espaço que servirá como um amparo legal, social e psicológico.

O programa de necessidades foi concebido a partir da análise das medidas mínimas necessárias para os setores que irão abrigar os serviços oferecidos pelo equipamento. De forma a melhor compreender o escopo do projeto, foram estabelecidos 6 setores principais que abrangerão o Centro: Administração; Abrigo temporário; Comércio e Serviços; Educação, Saúde e Convivência.

Conforme pré-dimensionamento realizado pela autora por meio dos dados extraídos da pesquisa e pela análise dos estudos de casos, em seguida serão apresentadas as tabelas de pré-dimensões aproximadas.

Tabela 4: Tabela de pré-dimensionamento – setor Administrativo.

ADMINISTRAÇÃO			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Recepção/Cadastro/ Hall de espera	1	75	75
Coordenação	1	25	25
Sala de Reuniões	1	37,5	37,5
Assistência social	1	12,5	12,5
Atendimento jurídico	1	12,5	12,5
Financeiro	1	12,5	12,5
Estar	1	37,5	37,5
Informática	1	93,75	93,75
Convivência funcionários	1	37,5	37,5
Copa	1	25	25
Doações	1	37,5	37,5
Almoxarifado	1	25	25
Sanitários	1	25	25
Circulação e Paredes	25% do total	-	114
Total			570,25

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Tabela 5: Tabela de pré-dimensionamento – setor de Abrigo temporário.

ABRIGO TEMPORÁRIO			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Recepção	1	75	75
Quartos -tipologia 1 (1 pessoa)	84	12,5	1050
Quartos -tipologia 2 (2 pessoas)	2	25	50
Quartos-tipologia 3 (3 pessoas)	2	37,5	75
Quartos-tipologia 4 (4 pessoas)	2	50	100
Estar comunitário	2	93,75	187,5
Circulação e Paredes	25% do total	-	384
Total			1921,5

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Tabela 6: Tabela de pré-dimensionamento – setor de Comércio e serviços.

COMÉRCIO E SERVIÇOS			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Depósito geral	1	67,5	67,5
Despensa	1	6,3	6,3
Cozinha	1	37,5	37,5
Copa de lavagem	1	6,75	6,75
Lojas	2	18,75	37,5
Cantina	1	48,75	48,75
Lavanderia comunitária + depósito	1	37,5	37,5
Rouparia	1	25	25
Sanitários	2	37,5	75
Vestiário de funcionários	2	22	22
Bicicletário	1	19,5	19,5
Espaço pet	1	50	50
Espaço para recebimento de recicláveis	1	72,25	72,25
Espaço para carrinho de recicláveis/lixo	1	56,25	56,25
Resíduos	1	2,2	2,2
DML	1	4,8	7,7
Copa	1	25	25
Quartos funcionários	3	12,5	37,5
Escada	1	37,5	37,5
Estacionamento subsolo	1	404,5	404,5
Circulação e Paredes	25% do total	-	269
Total			1345,2

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Tabela 7: Tabela de pré-dimensionamento – setor de Convivência.

CONVIVÊNCIA			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Praça coberta de espera	1	225	225
Restaurante popular	1	150	150
Espaço kids	1	37,5	37,5
Playground	1	37,5	37,5
Praça interna	1	387,75	387,75
Cobertura/Lazer	1	462,5	462,5
Salão de jogos	1	87,5	87,5
Circulação e Paredes	25% do total	-	345
Total			1732,75

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Tabela 8: Tabela de pré-dimensionamento – setor de Educação.

EDUCAÇÃO			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Biblioteca/Café	1	150	150
Sala de aula	1	37,5	37,5
Sala de música	1	25	25
Sala multiuso	1	37,5	37,5
Almoxarifado	1	25	25
Sanitários	1	37,5	37,5
Circulação e Paredes	25% do total	-	78
Total			390,5

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

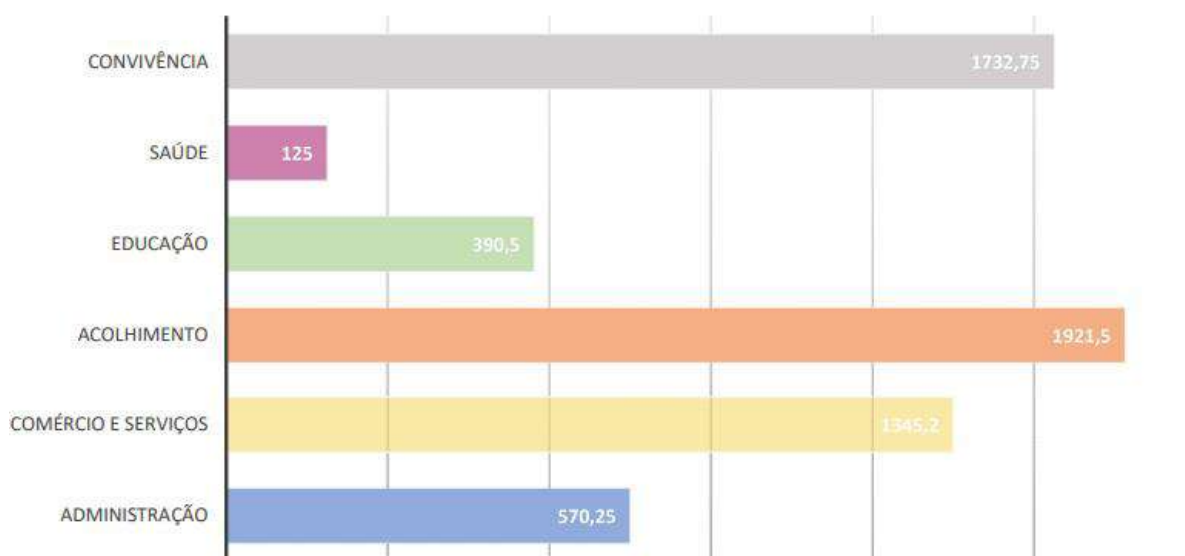
Tabela 9: Tabela de pré-dimensionamento – setor de Saúde

SAÚDE			
Ambientes	Quantidade	Área unitária (m ²)	Área total (m ²)
Recepção	1	50	50
Estar	1	50	50
Ambulatório	1	25	25
Clínico geral	1	25	25
Atendimento psicológico	1	12,5	12,5
Almoxarifado	1	12,5	12,5
Sanitários	1	25	25
Circulação e Paredes	25% do total	-	25
Total			125

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Importante ressaltar que o programa e o seu pré-dimensionamento, poderão ser modificados até a etapa final do projeto. O gráfico com a proporção das áreas dimensionadas acima pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 15: Proporção das áreas



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Como é evidente, os setores que mais se destacam seriam os setores de abrigo temporário, de comércio e serviços e de convivência. O setor que possui a maior área é o de abrigo temporário, pois um dos focos do projeto é oferecer uma estadia digna, confortável e que respeite a individualidade de cada caso, ou seja, que ofereça a privacidade necessária sendo quartos individuais, ou quartos para casais ou famílias. É importante citar que para preservar a privacidade dos usuários, cada tipologia de quarto terá um banheiro em seu interior.

O segundo setor de maior relevância é o de convivência, o qual tem a intenção de criar espaços em meio à edificação, para que seja possível o estímulo à socialização, tanto entre os usuários quanto entre o público no geral, trazendo ainda mais humanidade ao complexo e cumprindo o objetivo de reinserir esses indivíduos na sociedade.

Por fim, o terceiro setor que mais se destaca é o de comércio e serviços, pois para incentivar a população no geral a utilizar o equipamento, é necessário oferecer atrativos, como lojas comerciais, cantina, entre outros. Ademais, há vários ambientes de serviço que serão muito úteis aos usuários, como espaço para armazenar carrinhos de recicláveis ou de lixo, que é o sustento de muitas pessoas em situação de rua; espaço pet, para cuidar dos animais de estimação dos usuários tendo em vista que

muitos moradores de rua não querem abandoná-los; espaço para recebimento de recicláveis, entre outros.

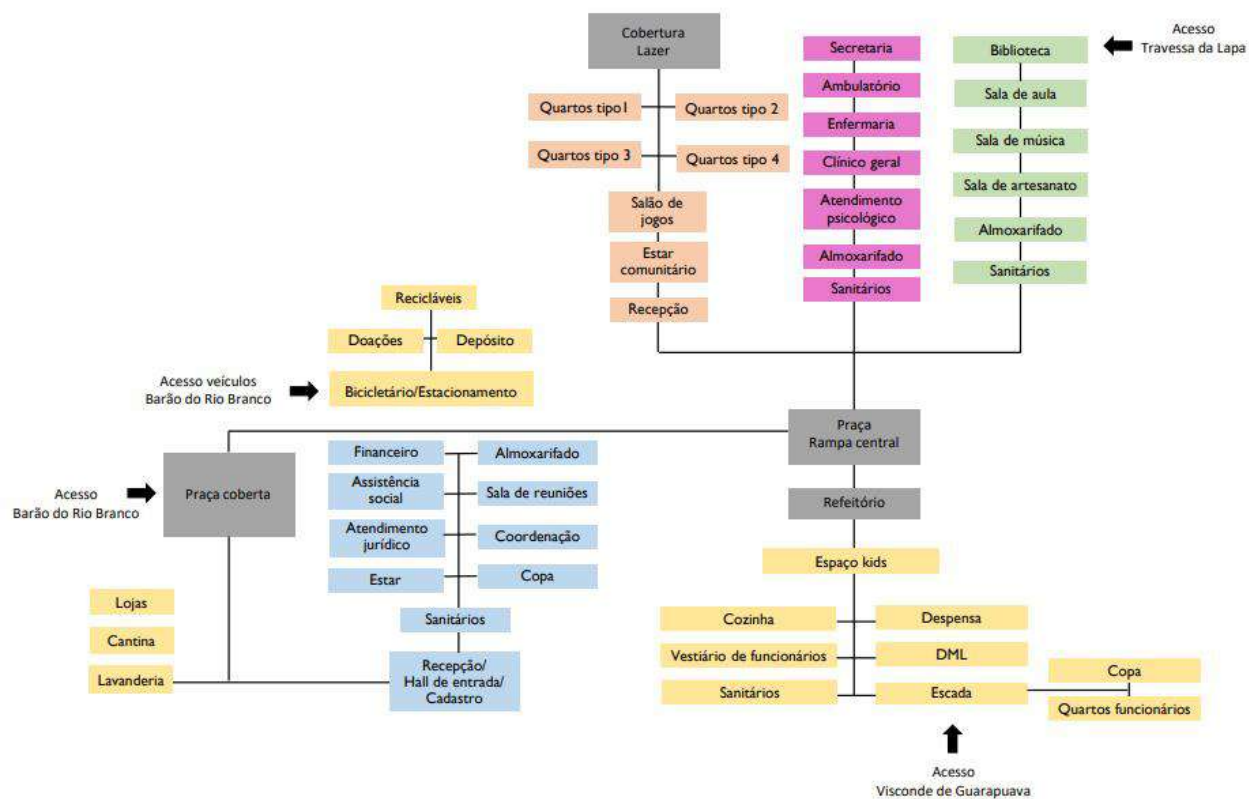
Tabela 10: Pré-dimensionamento do projeto.

PRÉ-DIMENSIONAMENTO	
Área do terreno	3.460,00 m ²
Área do programa	6.085,20,00 m ²
Coeficiente de aproveitamento	5
Taxa de ocupação	Térreo e 1º pav. = 100% Demais pav. = 66%

Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

O organograma e fluxograma a seguir foi determinado como objetivo de seguir uma hierarquia de forma a assegurar fluxos e setores mais intuitivos e funcionais. Embora os complexos de abrigo temporário terem fácil acesso aos outros setores, é importante ressaltar que esse setor terá certa privacidade para seus usuários. Os setores de comércio e serviços, administrativo e de educação terão um acesso mais público, uma vez que poderão ser utilizados por usuários externos.

Figura 44: Organograma e fluxograma do projeto



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

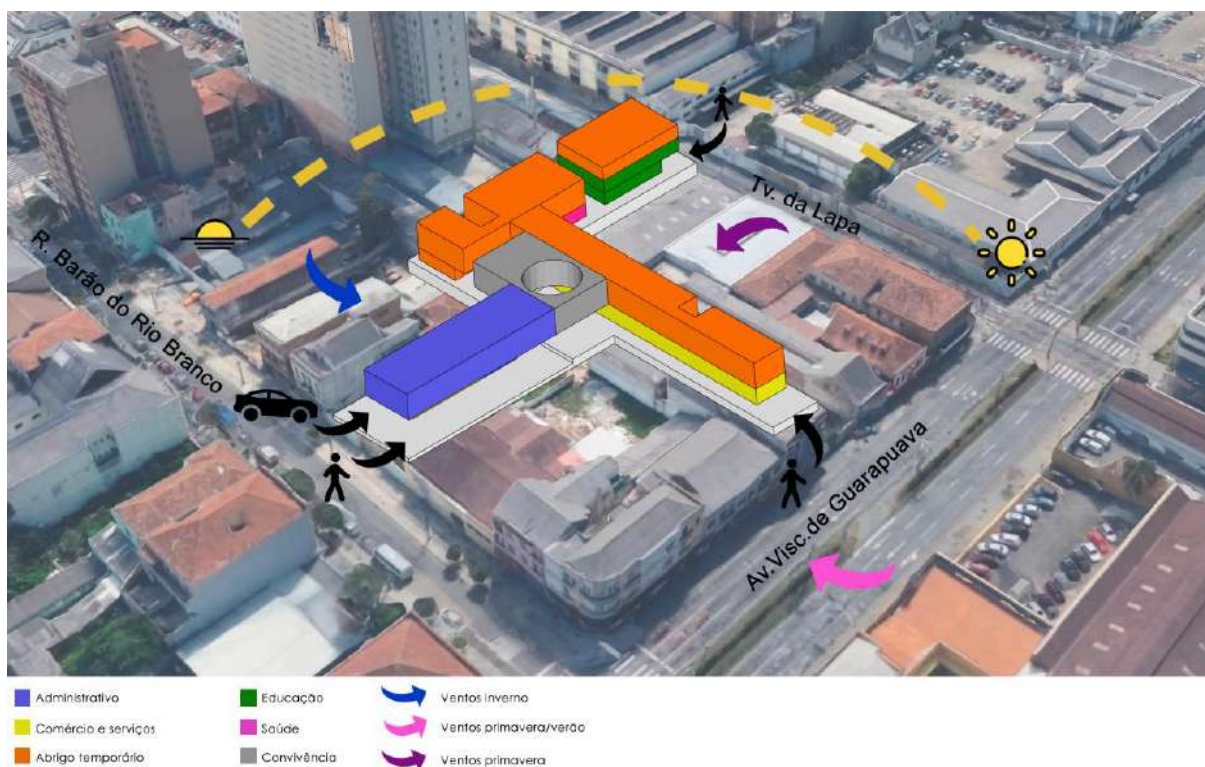
As estratégias de implantação do projeto foram idealizadas a partir de toda pesquisa e diagnóstico efetuado no artigo em questão. Fatores como: insolação, ventos, paisagismo, ruídos, principais acessos e fluxos de veículos e pedestres.

Figura 45: Setorização do projeto



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Figura 46: implantação projetual com análises de fluxos e insolação.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

A disposição dos usos e acessos do projeto foi concebida após a análise dos fluxos de pedestres e veículos na região. Dessa forma, o setor de serviços e comércio foi destinado para as áreas mais visíveis do terreno, que seria parte para a fachada da Avenida Visconde de Guarapuava, devido ao seu intenso fluxo de veículos, e parte para a Avenida Barão do Rio Branco. É importante salientar que nesse setor estará presente um setor comercial, com estabelecimentos que poderão oferecer oportunidade de emprego, ou seja, a intenção é que esses espaços sejam coordenados pelos próprios usuários do Centro, que ao serem profissionalizados pelos cursos oferecidos, estarão capacitados para trabalhar.

Neste mesmo setor de serviços estará presente o estacionamento que será disposto no subsolo, para que o térreo fique mais livre para o fluxo de pedestres. O acesso ao subsolo se dará pela rua Barão do Rio Branco, pois é uma rua que possui um tráfego mais moderado de veículos, o que é benéfico, pois a entrada do estacionamento acaba não obstruindo o trânsito de automóveis da rua em questão. Além disso, se encontra próximo ao setor administrativo, o que é interessante uma

vez que o estacionamento será mais voltado ao uso dos funcionários do Centro Transitório de Apoio e Acolhimento.

Já o setor de abrigo temporário, por necessitar de mais reclusão e intimismo, foi instalada na porção mais reservada e com menos ruídos, que seria no primeiro e segundo pavimento. Em frente à rua Barão do Rio Branco, de fluxo moderado, se encontra a entrada principal do equipamento, onde se encontra primeiramente parte do setor comercial e logo em seguida o setor administrativo, responsável pelo cadastro e recepção dos usuários e logo em seguida se conecta ao setor de abrigo temporário.

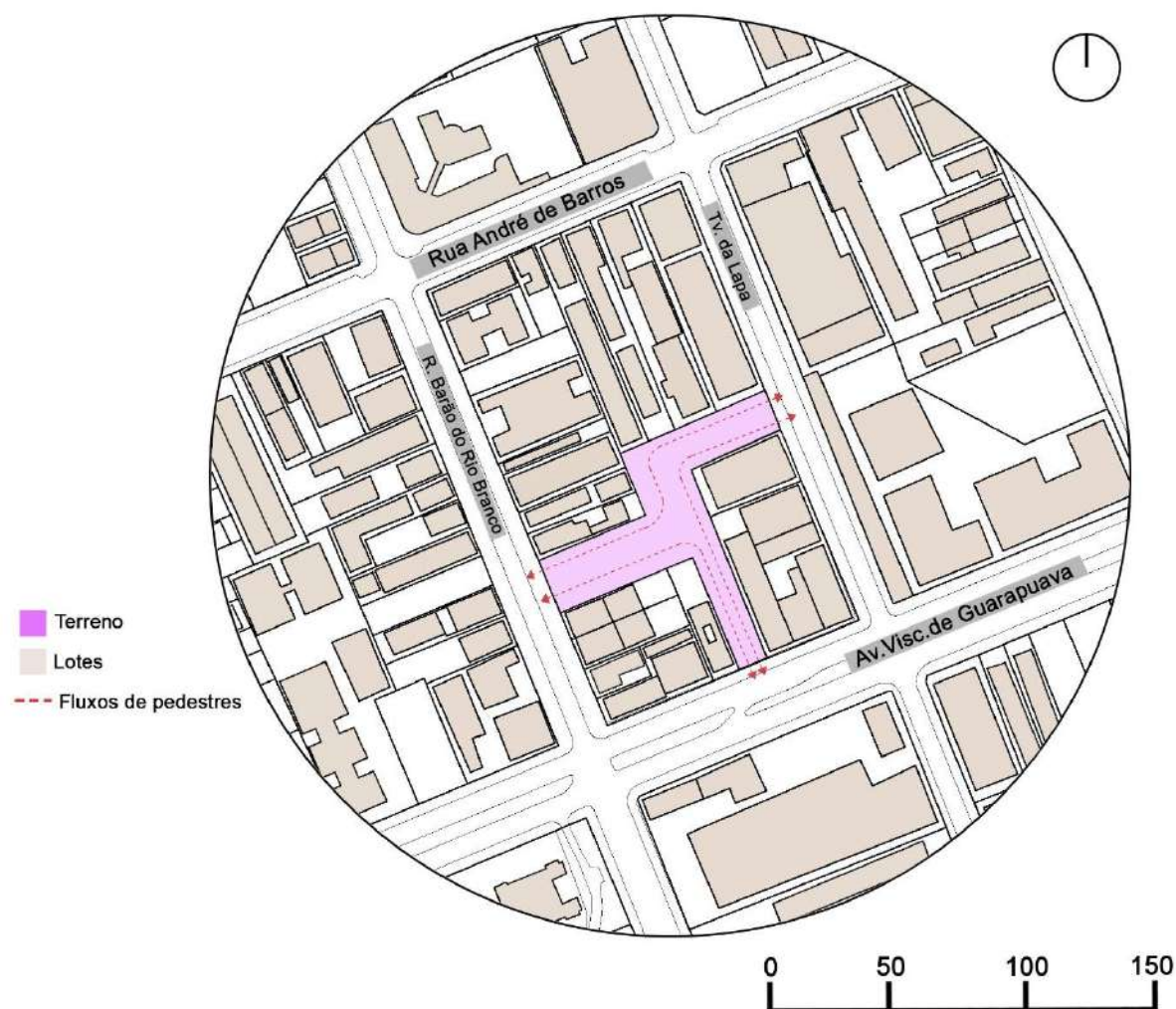
Por fim, os setores de saúde e de educação, que serão abertos ao público, se encontram na fachada para a Travessa da Lapa, que entre as ruas possui a menor intensidade de ruídos, o que será benéfico aos ambientes. Além disso, é importante a presença dessa área em frente a travessa da lapa para trazer mais vitalidade e movimento à rua.

Logo na entrada principal terá uma grande praça coberta aberta ao público, mas que servirá principalmente de acolhida para as pessoas que utilizarão o serviço em questão, para que o momento de espera também possa ser uma oportunidade de socialização. Já na área de comércio foi estabelecido um recuo de 15 metros a fim de também criar um espaço com gentilezas urbanas, tornando um ambiente convidativo ao público.

Outro espaço que também será relevante para os usuários será a praça interna com a rampa principal, que interliga os quatro diferentes setores, o de abrigo temporário, o de comércio e serviços, o de educação e o de saúde, e conecta também todos os pavimentos. Esse espaço, que receberá os fluxos de todas as 3 entradas, será destinado ao descanso, à interação, à troca de experiências e ao lazer tanto dos usuários quanto do público em geral, humanizando ainda mais o lugar que servirá de estadia para tantos indivíduos.

O partido do projeto em questão permite que os fluxos entre as três fachadas sejam extremamente fluídos e livres, possibilitando diferentes visuais do edifício e permitindo que o equipamento seja algo público, em que as pessoas tenham o prazer de passar. Desta forma, os usos pretendidos gerariam uma combinação de fluxos em diferentes horários do dia, aliando sustentação econômica e revitalização do tecido urbano.

Figura 47: Fluxos do projeto.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Uma das formas de incorporar vitalidade ao projeto é a exploração do pavimento térreo como área pública, e para que isso ocorra, haverá um desprendimento da edificação no térreo, a fim de criar áreas cobertas com pilotis, trazendo bastante vitalidade e movimento ao equipamento público. Para compreender melhor como será esse desprendimento de forma bem esquemática, a seguir estão duas imagens sendo a primeira uma vista da fachada para a rua Barão do Rio Branco e a segunda para a Travessa da Lapa.

Figura 48: Fachada do projeto para a rua Barão do Rio Branco.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Figura 49: Fachada do projeto para a Travessa da Lapa.



Fonte: Autoria própria. Ano: 2021.

Em relação à quantidade de pavimentos, a intenção é que o edifício mantenha o gabarito das edificações adjacentes como já citado anteriormente na descrição do decreto número 186. Desse modo, evidenciando que as testadas com frente para a Rua Barão do Rio Branco e para a Av. Visconde de Guarapuava encontram-se ao lado de edifícios existentes de 3 pavimentos, será mantido a altura do Centro de Acolhimento abordado conforme aquilo que já existe, com 3 pavimentos, de maneira a integrar de forma harmoniosa a proposta à paisagem urbana.

Portanto, pretende-se que o complexo a ser projetado não ultrapasse essa altura, priorizando, então, a escala humana no projeto como forma de valorizar as vidas das pessoas que ali frequentam, além de priorizar os espaços públicos ao evitar que a verticalização demasiada projete sombras sobre eles.

No que tange à insolação do projeto, abaixo se encontram 3 imagens que representam como será a incidência solar no mês de junho às 10h, às 12h e às 16h. Como já citado anteriormente, é possível constatar com a análise do mapa de

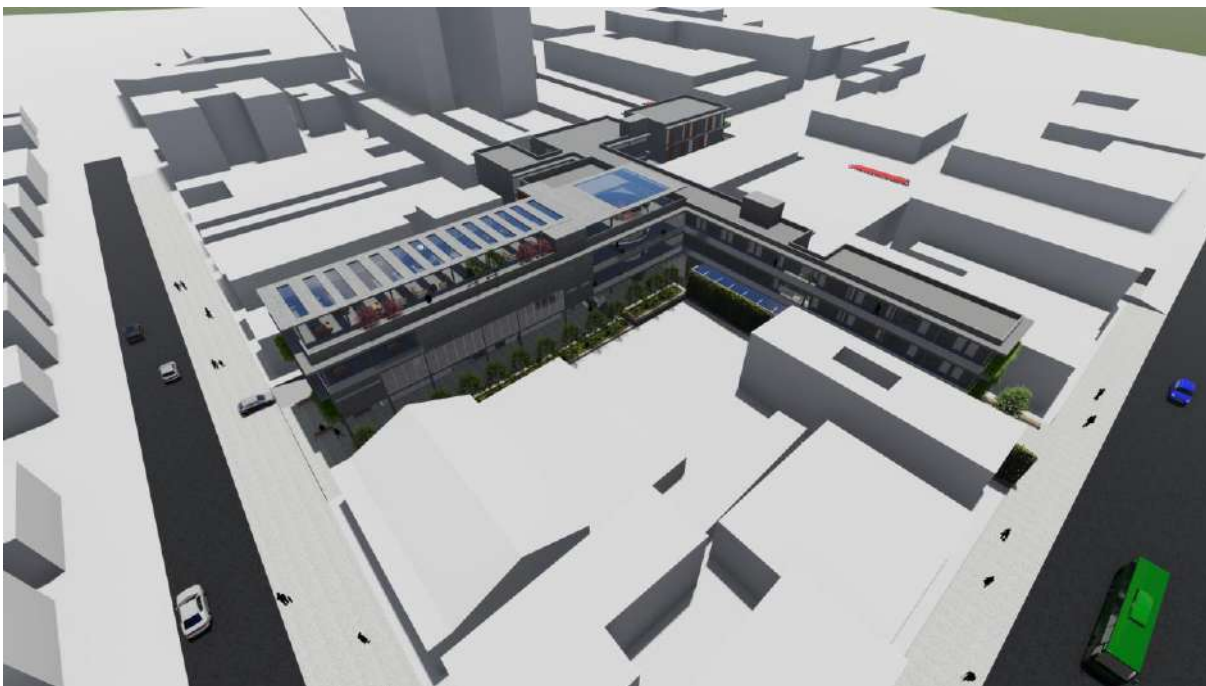
pavimentos e do mapa síntese, que o terreno recebe uma boa insolação visto que as edificações do entorno mais próximas possuem uma média de dois a três pavimentos.

Figura 50: Estudo solar no mês de junho às 10h.



Fonte: A autoria própria. Ano: 2021.

Figura 51: Estudo solar no mês de junho às 12h.



Fonte: Aatoria própria. Ano: 2021.

Figura 52: Estudo solar no mês de junho às 16h.



Fonte: Aatoria própria. Ano: 2021.

Na face norte há a presença de dois prédios mais altos, entretanto, como o sol do meio dia na fachada norte é mais alto, o maior afastamento entre os edifícios e o terreno do projeto permite que a altura desses não impacte negativamente na incidência solar.

6. RESULTADO PROJETUAL

A partir das pesquisas e análises elaboradas anteriormente, foi desenvolvido o desenho arquitetônico do complexo que irá ter como funcionalidade um Centro Transitório de apoio e acolhimento para pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, além de abrigar um espaço de comércio e serviços para a revitalização do tecido urbano. Como é possível observar na “figura 53” a seguir, o projeto será uma combinação de espaços públicos e privados, onde o térreo é uma área mais aberta à comunidade, e o restante dos pavimentos terá um acesso mais restrito. O complexo apresenta os setores de: Acolhimento temporário, administração, comércio e serviços, educação, saúde e convivência. O projeto levou em consideração às análises feitas no desenvolvimento da monografia, às condicionantes do terreno escolhido, às diretrizes projetuais apresentadas no capítulo anterior e algumas premissas que serão explicadas a seguir

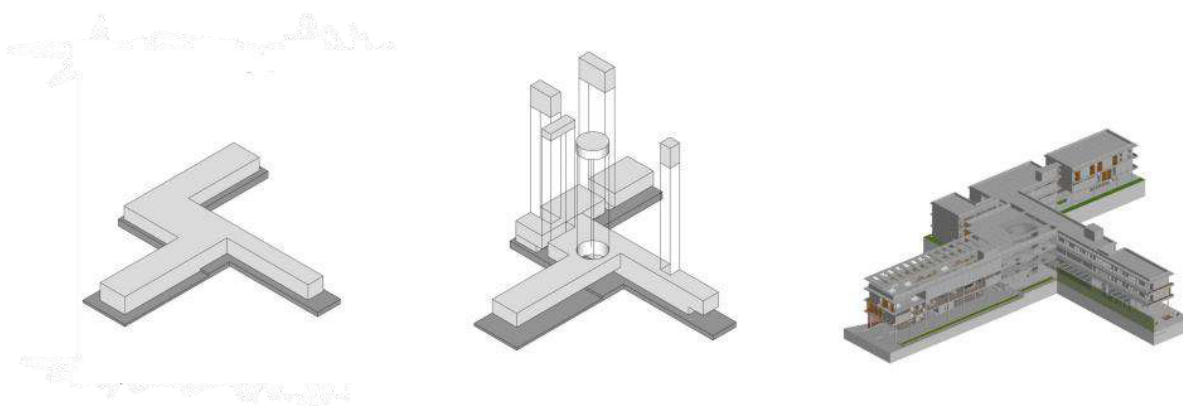
Figura53: Imagem do térreo



Fonte: Autor. Ano: 2022

Com base nas diretrizes projetuais realizadas durante a pesquisa, foi elaborado estratégias de Estudo formal (figura 54), antes do desenho arquitetônico final do projeto. Conforme é possível analisar na figura 54 e na Figura 55, onde mostra o esquema de setorização, as estratégias foram: Disposição do setor comercial e de serviços parte para a fachada da Avenida Visconde de Guarapuava, e parte para a rua Barão do Rio Branco, áreas mais visíveis do terreno, o que traz o caráter mais público para esse espaço; A criação de uma praça interna onde acontece a grade rampa que liga todos os pavimentos, como “ponto focal” do projeto; posicionamento do setor habitacional, e seus módulos habitacionais, na região mais reclusa do terreno, onde a recepção se encontra no térreo mais para dentro do terreno, e a parte dos quartos se encontram nos pavimentos superiores com um acesso restrito, propiciando uma maior privacidade aos usuários.

Figura 54: Estudo Formal



Fonte: Autor. Ano: 2022

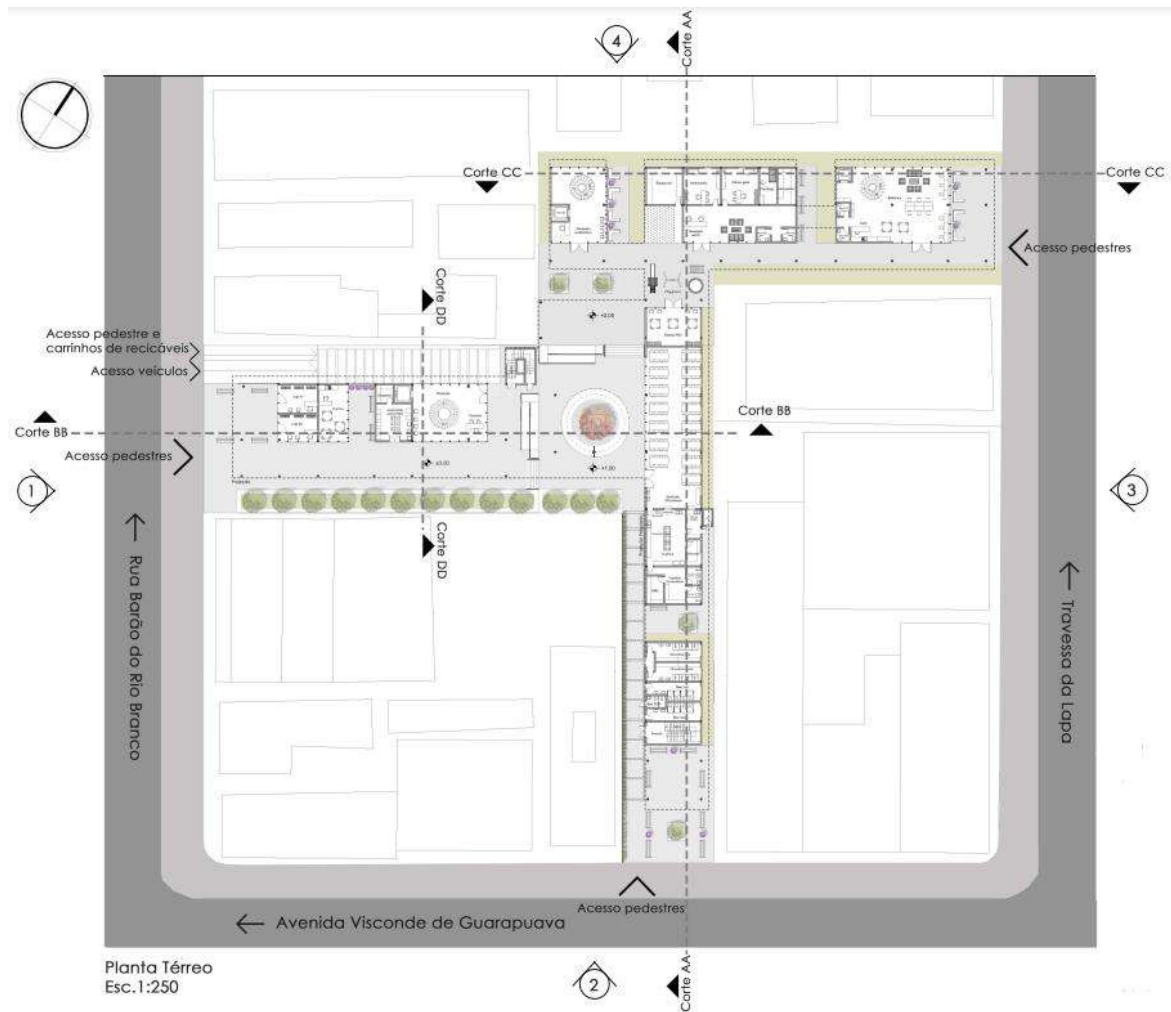
Figura 56: Fachada Rua Barão do Rio Branco



Fonte: Autor. Ano: 2022

O projeto alcançou uma área final construída de 6.085,20 m² distribuída entre os setores. É possível evidenciar pela figura 57, que é a planta térrea, e a pela figura 58, houve a exploração do pavimento térreo como área pública por meio de um desprendimento formal no térreo, a fim de criar áreas cobertas com pilotis, e alocação de espaços públicos, como lojas, cafés, restaurante popular, biblioteca, entre outros que irão trazer bastante vitalidade e movimento ao equipamento público. E para marcar a separação entre os setores foi aproveitado as diferenças de níveis, onde o administrativo se encontra no nível zero, o comercial no nível +1,00 e a recepção do acolhimento, setor de saúde e biblioteca no nível +2,00, sendo que todos estão no mesmo nível das respectivas ruas.

Figura 57: Planta térreo



Fonte: Autor. Ano: 2022

Figura 58: Imagem térreo nível +1,00



Fonte: Autor. Ano: 2022

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o histórico apresentado do fenômeno da situação de rua é evidente que este não é um movimento atual na sociedade. Entretanto, apesar de haver registros da existência dessa população desde a Grécia Antiga, grande parte dos estudos sobre esse tipo de população foi realizada apenas no século XX, portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.

As atitudes a respeito dessa temática também ocorreram de forma recente no Brasil, uma vez que até a década de 1990, as ações de assistência voltadas para a população de rua eram pautadas em princípios assistencialistas e higienistas, sendo evidenciado, por parte do governo federal, ações concretas em relação à essa temática somente no início dos anos 2000, quando foram formuladas as primeiras políticas públicas nacionais direcionadas a esse público.

Trazendo a realidade para a cidade de implantação do projeto proposto pela monografia, Curitiba, é possível que pelo fato das medidas tomadas em relação a situação de rua serem recentes, ainda há uma ineficiência identificada nos equipamentos públicos que oferecem serviços à população da rua. Essa ineficiência se manifesta também na arquitetura dos abrigos oferecidos a esse público na cidade de Curitiba, os quais, segundo relatos verbais e fotográficos, não oferecem sentimento de acolhimento, privacidade, segurança, conforto e novas oportunidades aos usuários.

Dessa maneira, entende-se que para que um Centro de Apoio e Acolhimento cumpra seu papel de forma plena, as necessidades a serem supridas não são apenas a de dormir e se alimentar, mas sim é preciso a presença de ambientes acolhedores que contemplem a situação de vulnerabilidade social desse grupo, ou seja, além de espaço para dormitórios, é preciso incluir serviços de outras áreas, como saúde, assistência psicológica e espaços profissionalizantes.

O trabalho apresentado visou relatar os processos que levaram essas pessoas a morarem nas ruas e conseqüentemente os impactos que esse fenômeno causa no país, mas principalmente na vida dessas pessoas, as quais muitas vezes não estão

nessa situação por escolha ou até mesmo não estão acomodadas a essa maneira de viver.

Acima de tudo, é importante certificar-se de que é possível integrar essas pessoas na sociedade, preservando sua saúde psicológica e sua independência. A intenção do equipamento é de que, ao obter uma estadia segura, uma capacitação profissional ou um novo emprego, a população de rua seja impulsionada a buscar melhores condições de vida após a estadia no Centro Transitório de Apoio e Acolhimento, sendo possível dessa forma um novo recomeço para esses indivíduos.

Os dados levantados neste trabalho, assim como as diretrizes projetuais, foram aplicados no Trabalho de Conclusão de Curso 2, onde foi realizada a proposta de projeto arquitetônico do Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua em Curitiba.

REFERÊNCIAS

Número de moradores de rua cresce quase 50% no Paraná. RPC Curitiba, agosto de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/08/30/numero-de-moradores-de-rua-cresce-quase-50percent-no-parana-indica-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2021.

PUPO, Amanda. **CNI diz que taxa de desemprego ficará em 14,6% em 2021, acima dos 13,5% de 2020.** Bem Paraná, março de 2021. Disponível em:<<https://www.bemparana.com.br/noticia/cni-diz-que-taxa-de-desemprego-ficara-em-146-em-2021-acima-dos-135-de-2020-869#.YVuoFprMJPY>>. Acesso em: 29 set. 2021.

ALESSANDRA, Karla. **Movimentos de direitos humanos alertam para o aumento de pessoas em situação de rua. Câmara dos deputados, junho de 2021.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/769293-movimentos-de-direitos-humanos-alertam-para-o-aumento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **População em situação de rua.** Mundo educação, 2021. Disponível em:<<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>>. Acesso em: 02 out. 2021.

KOHARA, L; VIEIRA, M. **População em situação de rua e o direito à moradia em tempos de Covid-19.** Centro Gaspar Garcia de Direitos Human, abril de 2020. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-moradia-em-tempos-de-covid-19/#:~:text=Experi%C3%AAs%20internacionais%20t%C3%AAs%20evidenciad o%20que,popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%2>>

Orua.&text=H%C3%A1%20idosos%20que%20n%C3%A3o%20conseguir%C3%A3o, necessitam%20de%20uma%20moradia%20permanente>. Acesso em: 02 out. 2021.

GAZARRA, Sthefanny. **Cresce o número de moradores de rua em Curitiba em cinco anos.** Comunicare, novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.portalcomunicare.com.br/cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-curitiba-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

CARVALHO, Jess. **Por que, mesmo com o frio intenso, os abrigos de Curitiba têm vagas sobrando?** Plural Curitiba, julho de 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/por-que-mesmo-com-o-frio-intenso-os-abrigos-de-curitiba-tem-vagas-sobrando/>>. Acesso em: 05 out. 2021.

REIMBERG, J; GOMES, M; BICHIR, R. **10 perguntas que a ciência já respondeu sobre população em situação de rua.** Nexo Jornal, novembro de 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/10-perguntas-que-a-ci%C3%Aancia-j%C3%A1-respondeu-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua>>. Acesso em: 07 out. 2021.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no brasil: a realidade do centro pop de rio do sul/sc.** Uniedu, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2021.

NATALINO, M; SILVA, T; PINHEIRO, M. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19.** Ipea, junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>. Acesso em: 10 out. 2021.

LIMA, Mariana. **No Brasil, mais de 220 mil pessoas estão em situação de rua.** Observatório do terceiro setor, dezembro de 2020. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/no-brasil-mais-de-220-mil-pessoas-estao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **Consequência da Industrialização no Brasil.** Sua Pesquisa, julho de 2020. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/consequencias_industrializacao.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

Centro POP - Centro de Referência Especializado p/ População em Situação de Rua. Prefeitura de Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=211>>. Acesso em: 11 out. 2021.

Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.** Brasília: Brasil LTDA, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP.** Brasília: Brasil LTDA, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2021.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**. Brasília: Brasil LTDA, novembro de 2005. Disponível em: <https://www.prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=217:politica-nacional-de-assistencia-social-pnas-e-norma-operacional-basica-nobsuas&catid=110:legislacao-e-politicas-publicas&Itemid=201>. Acesso em: 17 out. 2021.

BRUN, A; SANTOS, R. **A política de assistência social no Brasil e os sistemas de proteções do sistema único de assistência social (SUAS)**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <<https://regilainesantos.jusbrasil.com.br/artigos/323125229/a-politica-de-assistencia-social-no-brasil-e-os-sistemas-de-protecoes-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>>. Acesso em: 18 out. 2021.

Unidades de acolhimento. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento>>. Acesso em: 20 out. 2021.

Serviço de Acolhimento Institucional. Governo do Estado do Paraná, 2021. Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Servico-de-Acolhimento-Institucional>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MEDEIROS, Juliana. **Acolhimento Institucional: o que é e quais as modalidades?** Gesuas, julho de 2020. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/acolhimento-institucional/>>. Acesso em: 23 out. 2021.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **DIÁLOGOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E NA EUROPA: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/publicacao_dial

ogos_sobre_a_populacao_em_situacao_de_rua_no_brasil_e_na_europa.pdf>.

Acesso em: 23 out. 2021.

HERTZBERGUER, H. **Lições de Arquitetura**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2. Ed. São Paulo, 1999

PAPALIA, OLDS, FELDMAN. **Desenvolvimento humano**. Tradução de Carla Filomena Marques Pinto Vercesi. 10. Ed. São Paulo, 2006

BARONE, A. C. M.; GOMES, G. F. M. **ARQUITETURA E PSICOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO FÍSICO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FIO, 2018. Disponível em: <https://cic.unifio.edu.br/anaisCIC/anais2018/pdf/02_03.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020)**. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, N°73, Ipea, junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

Cadastro Único. Wikipédia, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cadastro_%C3%9Anico>. Acesso em: 24 out. 2021.

CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. **RUA: Aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População de rua, Brasília, dezembro de 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

COSTA, Flávio. **Só no frio: moradores de rua explicam por que vão ou não aos abrigos de SP.** Uol Notícias, junho de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/17/so-no-frio-moradores-de-rua-explicam-por-que-vaio-ou-nao-aos-abrigos-de-sp.htm>>. Acesso em: 27 out. 2021.

FAS realiza pesquisa sobre população em situação de rua de Curitiba. Prefeitura de Curitiba, junho de 2016. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/fas-realiza-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-de-curitiba/40126>>. Acesso em: 27 out. 2021.

Conselho Nacional do Ministério Público. Ação Nacional em defesa dos Direitos Fundamentais. **Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua.** Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

SABBAGH, C; STELZNER, M; SABOYA, R. T.; BITTENCOURT, S. **Padrões de visibilidade, permeabilidade e apropriação em espaços públicos abertos: um estudo sintático.** Vitruvius, janeiro de 2014. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5015>>. Acesso em:

Por onde estão. Gazeta do Povo, 2021. Disponível em: <<https://apps.gazetadopovo.com.br/ger-app-webservice/webservices/iframeHttps/codigo/1114>>. Acesso em: 29 out. 2021.

OGG, H. D. **Centro de Assistência à População em Situação de Rua.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/3jv2dp6h9aue5ax/Centro%20de%20Assist%C3%Aancia%20%C3%A0%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20-%20Helena%20D%27%C3%81vila%20Ogg.pdf?dl=0>>. Acesso em: 30 out. 2021.

PIVA, Naiady. **Curitiba tem 1,7 mil moradores de rua; maioria tem família na região.** Gazeta do Povo, junho de 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/curitiba-tem-17-mil-moradores-de-rua-maioria-tem-familia-na-regiao-cg6hv3l51sk3lgov4bd8dneil/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MARQUES, Gustavo. **Pandemia muda perfil de moradores de rua em Curitiba. “Entreguei meu apartamento e larguei o trabalho”, disse ex-chef.** Tribuna, outubro de 2021. Disponível em: <<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/pandemia-muda-perfil-de-moradores-de-rua-em-curitiba-entreguei-meu-apartamento-e-larguei-o-trabalho-disse-ex-chef/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

RIBEIRO, Alexsandro. **Em sete anos, população em situação de rua aumenta 200% em Curitiba.** Livre.Jor, julho de 2019. Disponível em: <<https://livre.jor.br/em-sete-anos-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-200-em-curitiba/>>. Acesso em:

Atendimento a moradores em situação de rua bate recorde em Curitiba. Há vagas! Tribuna, julho de 2021. Disponível em: <<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/atendimento-a-moradores-em-situacao-de-rua-bate-recorde-em-curitiba-ha-vagas/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FREY, J. G.; LÁZARO, J. **Os pontos vermelhos no mapa são pessoas vivendo nas ruas de Curitiba.** Livre.Jor, fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://livre.jor.br/prefeitura-de-curitiba-recebeu-3-967-pedidos-para-abordar-moradores-de-rua/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Mapa da RIT. Urbs, 2021. Disponível em: <<https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/rede-integrada-de-transporte/32>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Abrigos da FAZ têm recorde de acolhimento desde o início do frio. Prefeitura de Curitiba, agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/abrigos-da-fas-tem-recorde-de-acolhimento-desde-o-inicio-do-frio/51856>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

Mapa de Equipamentos Urbanos. IPPUC, Prefeitura de Curitiba, 2021. Disponível em: <<http://geoapp.ippuc.org.br/equipamentosurbanos/>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

NOSSO BAIRRO / CENTRO. IPPUC, Prefeitura de Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://www.ippuc.org.br/nossobairro/anexos/01-Centro.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

QUEIROZ, Maurício de Campos. **O ponto de vista dos sujeitos: Representação Social Da População em Situação de Rua.** Trabalho De Conclusão De Curso (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba, 2009

MAROS, Angieli. **Famílias em situação de rua aumentam 1.000% em Curitiba desde 2012.** Plural Jornal, abril de 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/familias-em-situacao-de-rua-aumentam-1-000-em-curitiba-desde-2012/>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

APÊNDICE A - Pranchas da proposta projetual

PROBLEMA

Centros transitórios de apoio e acolhimento a pessoas em situação de rua em Curitiba não dispõem de uma arquitetura convidativa e acolhedora, não atendendo as necessidades e demandas de seu público, afetando sua autoestima e bem-estar.

OBJETIVO

Desenvolver a proposta projetual de um Centro Transitório de APOIO e ACOLHIMENTO para pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba, para resgatar a AUTOESTIMA e promover a REINSERÇÃO desses indivíduos na sociedade após o período de permanência.

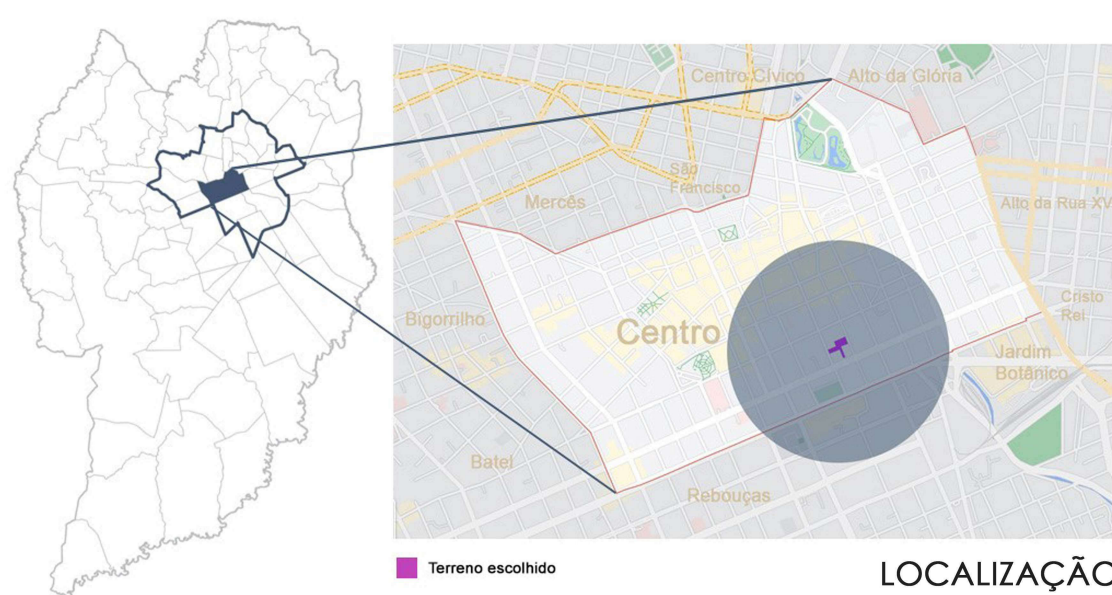
HIPÓTESE

A construção de um Centro Transitório de Apoio e Acolhimento a pessoas em situação de rua em Curitiba pode proporcionar condições favoráveis de assistência dessas pessoas.

JUSTIFICATIVA

- 225 famílias curitubanas declararam não ter onde morar (CadÚnico, 2020).
- Aumento de 100% do número de pessoas em situação de rua em Curitiba, entre 2015 e 2019 (MDS, 2019).
- 2.700 pessoas vivendo nas ruas da capital paranaense (Prefeitura de Curitiba, 2021).
- Crise econômica e calamidade pública nos anos de 2020 e 2021, deixou ainda mais vulnerável essas pessoas que não possuem acesso às necessidades básicas.





ABRIGO TEMPORÁRIO

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Recepção	1	75	75
Quartos - tipologia 1 (1 pessoa)	84	12,5	1050
Quartos - tipologia 2 (2 pessoas)	2	25	50
Quartos - tipologia 3 (3 pessoas)	2	37,5	75
Quartos - tipologia 4 (4 pessoas)	2	50	100
Estar comunitário	2	93,75	187,5
Circulação e Paredes	-	-	384
TOTAL	25% do total	-	1923,5

EDUCAÇÃO

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Biblioteca/Café	1	150	150
Sala de aula	1	37,5	37,5
Sala de música	1	25	25
Sala multiuso	1	37,5	37,5
Almoxarifado	1	25	25
Sanitários	1	37,5	37,5
Circulação e Paredes	-	-	78
Total	25% do total	-	390,5

SÁUDE

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Recepção	1	50	50
Estar	1	50	50
Ambulatório	1	25	25
Clinica geral	1	25	25
Atendimento psicológico	1	12,5	12,5
Almoxarifado	1	12,5	12,5
Sanitários	1	25	25
Circulação e Paredes	-	-	25
Total	25% do total	-	175

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Depósito geral	1	67,5	67,5
Cozinha	1	37,5	37,5
Copa de lavagem	1	6,75	6,75
Lojas	2	18,75	37,5
Carteira	1	48,75	48,75
Lavanderia comunitária + depósito	1	37,5	37,5
Rouparia	1	25	25
Sanitários	2	37,5	75
Vestibulo de funcionários	2	22	44
Bicicletário	1	19,5	19,5
Espaço pet	1	50	50
Espaço para recebimento de recidivantes	1	72,25	72,25
Espaço para carrinho de reciclavélio	1	56,25	56,25
Resíduos	1	2,2	2,2
DML	1	4,8	4,8
Copa	1	25	25
Quartos funcionários	3	12,5	37,5
Escada	1	37,5	37,5
Estacionamento subsolo	1	404,5	404,5
Circulação e Paredes	-	-	269
Total	25% do total	-	1345,2

CONVIVÊNCIA

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Praça coberta de espera	1	225	225
Recreação popular	1	150	150
Espaço kids	1	37,5	37,5
Playground	1	37,5	37,5
Praça interna	1	382,75	382,75
Cobertura/Lazer	1	462,5	462,5
Sala de jogos	1	87,5	87,5
Circulação e Paredes	-	-	345
Total	25% do total	-	1737,5

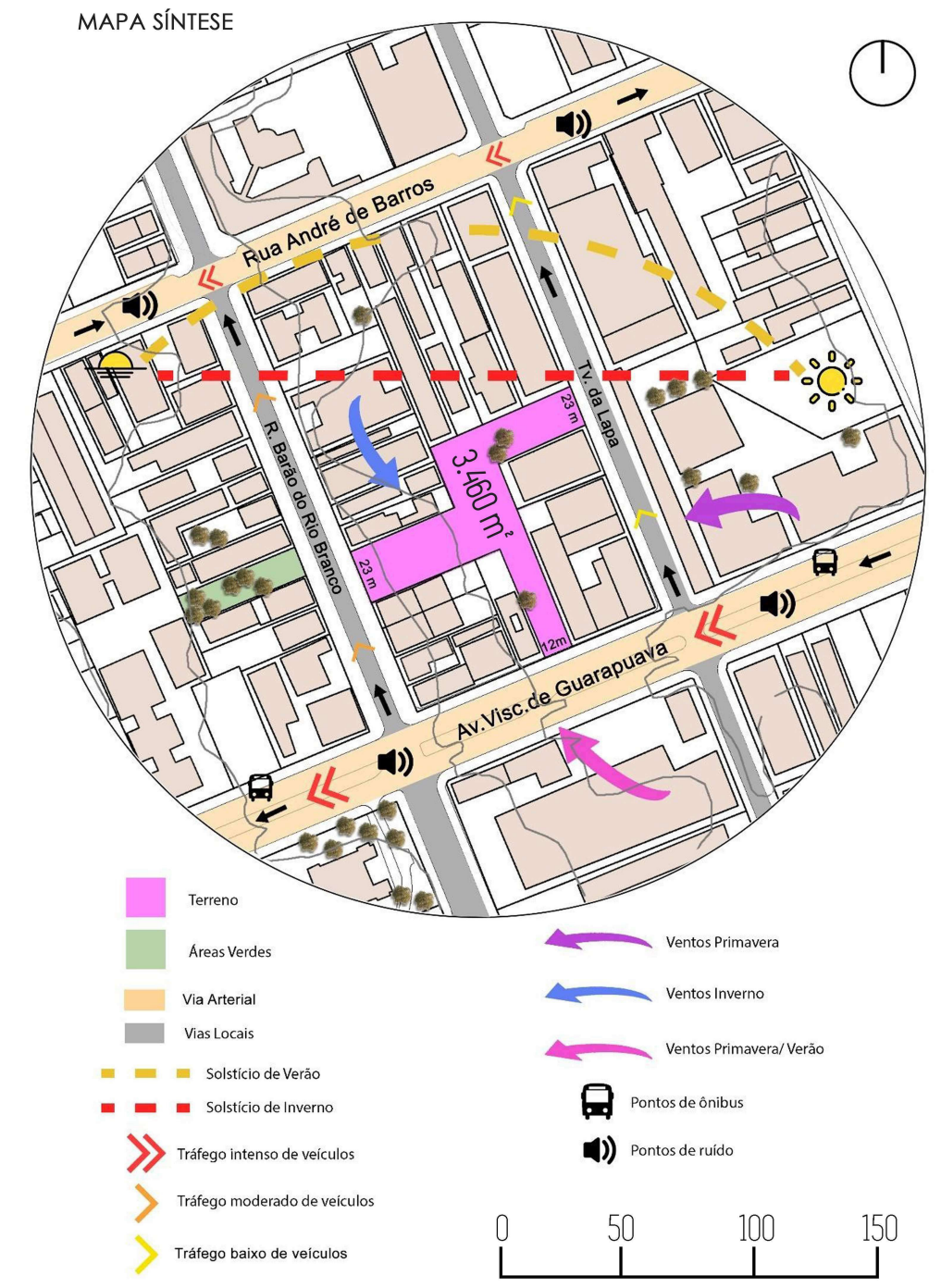
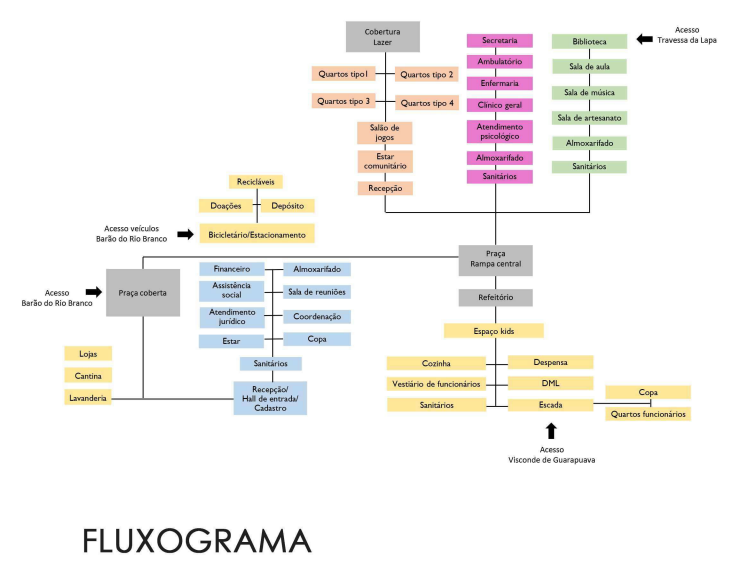
ADMINISTRAÇÃO

Ambientes	Quantidade	Área unitária (m²)	Área total (m²)
Recepção/Cadastro/Hall de espera	1	75	75
Coordenação	1	25	25
Sala de reuniões	1	37,5	37,5
Assistência social	1	12,5	12,5
Atendimento jurídico	1	12,5	12,5
Financeiro	1	12,5	12,5
Estar	1	37,5	37,5
Informática	1	93,75	93,75
Convivência funcionários	1	37,5	37,5
Copa	1	25	25
Doações	1	37,5	37,5
Almoxarifado	1	25	25
Sanitários	1	25	25
Circulação e Paredes	-	-	114
Total	25% do total	-	570,25

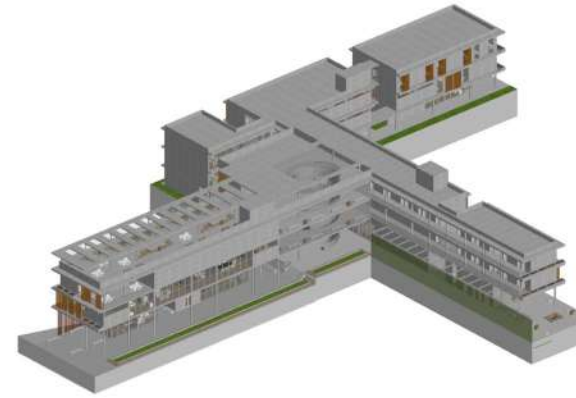
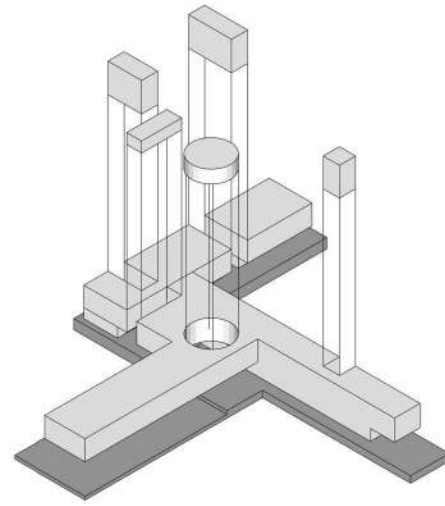
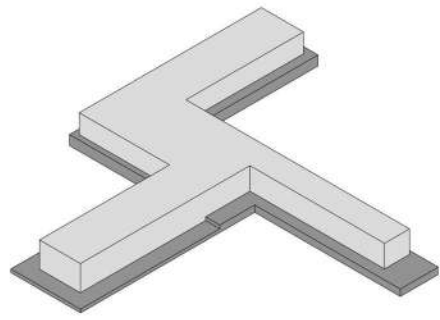
PARÂMETROS

PARÂMETROS	OCUPAÇÃO
Coefficiente de Aproveitamento	5
Taxa de ocupação máxima	Térreo e 1º pav. = 100% Demais pav. = 60%
Altura máxima de pavimentos	Limite
Recuo mínimo	-
Afastamento das divinas	-
Taxa de permeabilidade mínima	Atendido o § 9º do Art. 42.*

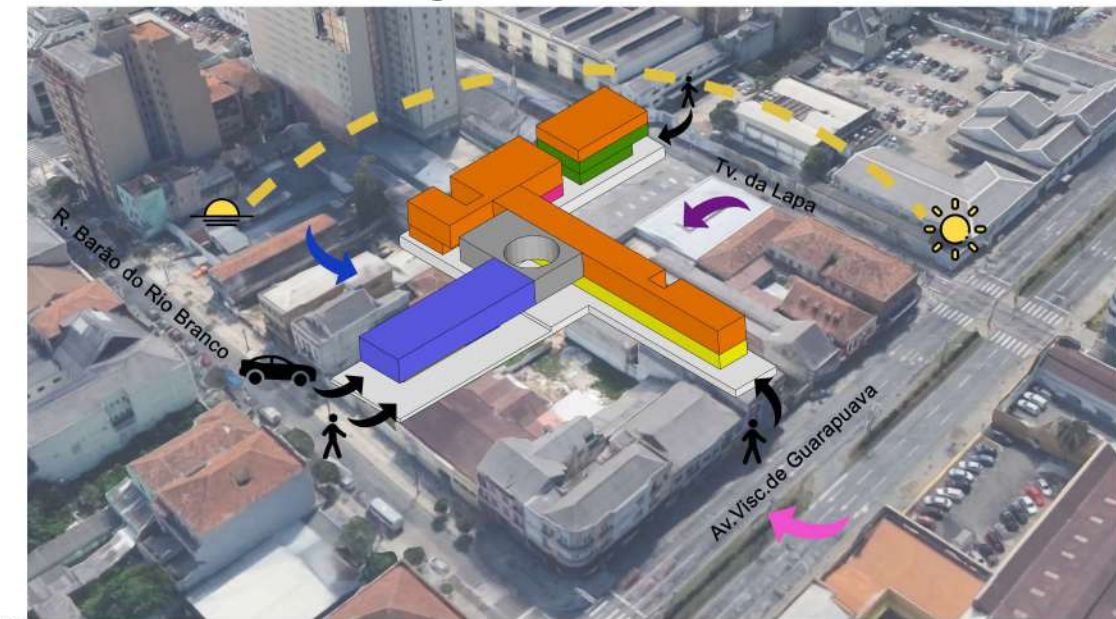
* Art. 42 - Para efeitos desta lei, em cada zona ou setor, os critérios de assentamento e implantação de edificação no terreno são estabelecidos pelos seguintes parâmetros de ocupação:
§ 9º - De acordo com o tipo de atividade e a zona ou setor onde se localiza, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida, substituída ou complementada através da implantação de mecanismos de contenção de cheias, os quais serão objeto de regulamentação específica.



ESTUDO FORMAL



SETORIZAÇÃO



- Administrativo
- Comércio e serviços
- Abrigo temporário
- Educação
- Saúde
- Convivência
- ↻ Ventos inverno
- ↻ Ventos primavera/verão
- ↻ Ventos primavera

PÚBLICO-ALVO



Pessoas em situação de rua na cidade de Curitiba



Moradores das comunidades vizinhas



Funcionários do complexo

MEMORIAL

O projeto foi concebido em torno das palavras "ACOLHIMENTO" e "CONVIVÊNCIA", uma vez que a intenção da proposta é construir um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua que, além de possibilitar uma grande INTERAÇÃO com o entorno, possibilite a convivência entre os usuários, tomando esse espaço não apenas um dormitório, mas sim um ambiente agradável para essas pessoas.

Os fluxos entre as três fachadas, extremamente fluídos e livres, possibilitam diferentes visuais do edifício e permitem que o equipamento seja algo COMUNITÁRIO, em que as pessoas tenham o prazer de passar, auxiliando na sustentação econômica da região e revitalização do tecido urbano. Para materializar esse conceito e incorporar vitalidade ao projeto, houve a exploração do pavimento térreo como área pública, por meio de um desprendimento formal, a fim de criar áreas cobertas com pilotis, e alocação de espaços públicos, como lojas, cantina, restaurante popular, biblioteca, entre outros que irão trazer bastante movimento ao projeto. Um ponto focal muito importante para a edificação é a rampa que se encontra na intersecção entre os fluxos das três ruas, que interliga todos os pavimentos do projeto.

Em relação à estrutura do empreendimento, será utilizada a laje protendida e colunas de concreto pré-fabricado, e na vedação interna o drywall. No esquema estrutural, foi aplicado uma modulação de 2,5 metros, a qual cria vãos de 5 m e 7,5 m nos layouts internos, com a intenção de criar uma harmonia na configuração da malha estrutural e nos espaços.

Por fim, no quesito plástico, a madeira e o concreto foram os protagonistas do projeto, junto à pele de vidro em lugares estratégicos. A madeira se apresenta através dos brises móveis, com painéis "Muxarabi", nas fachadas, possibilitando assim, uma fachada dinâmica que irá se ajustar conforme a necessidade e vontade de cada usuário.



Estudo solar - Junho - 10h



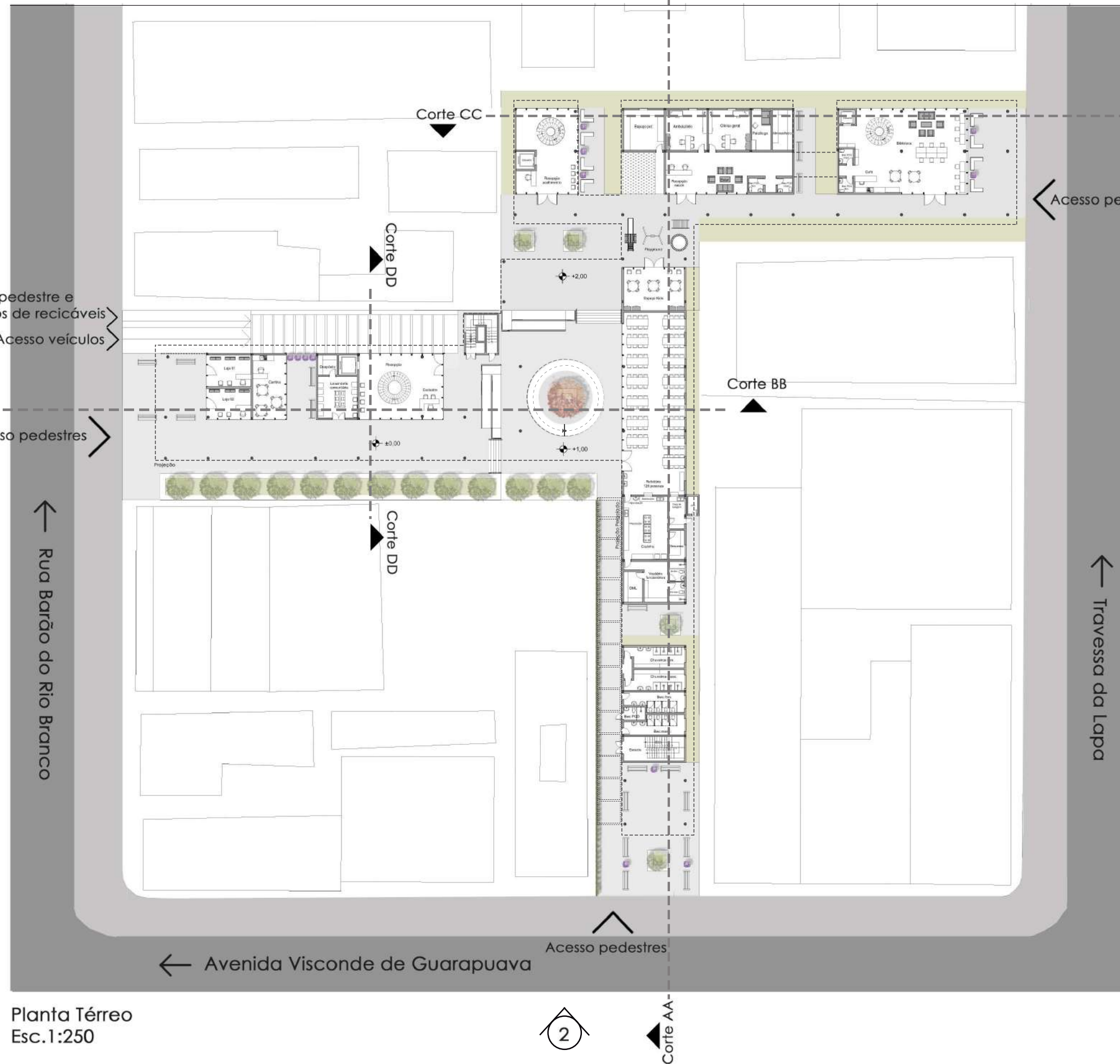
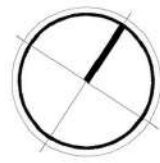
Estudo solar - Junho - 12h



Estudo solar - Junho - 16h



Implantação Esc. 1:500



Fachadas



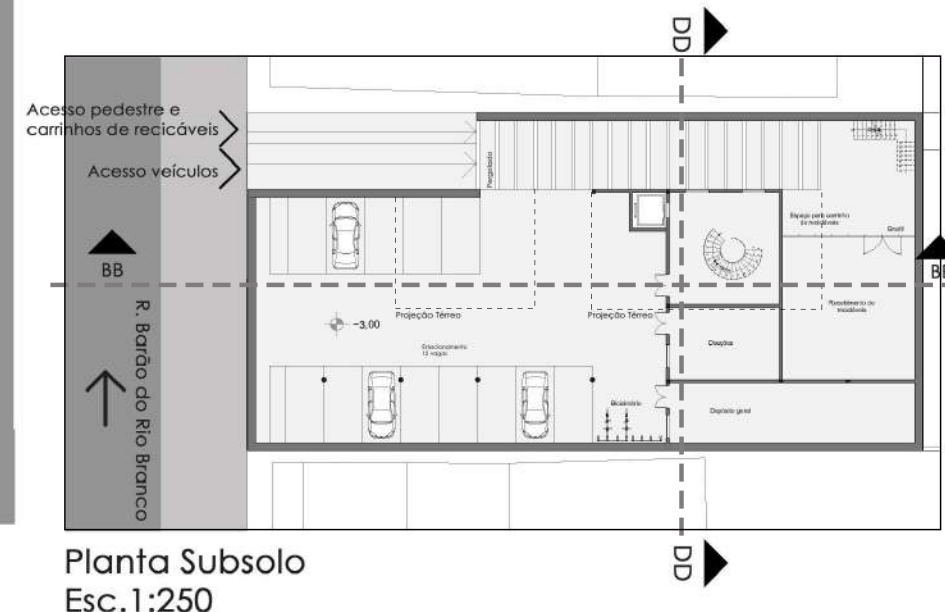
Fachada Rua Barão do Rio Branco

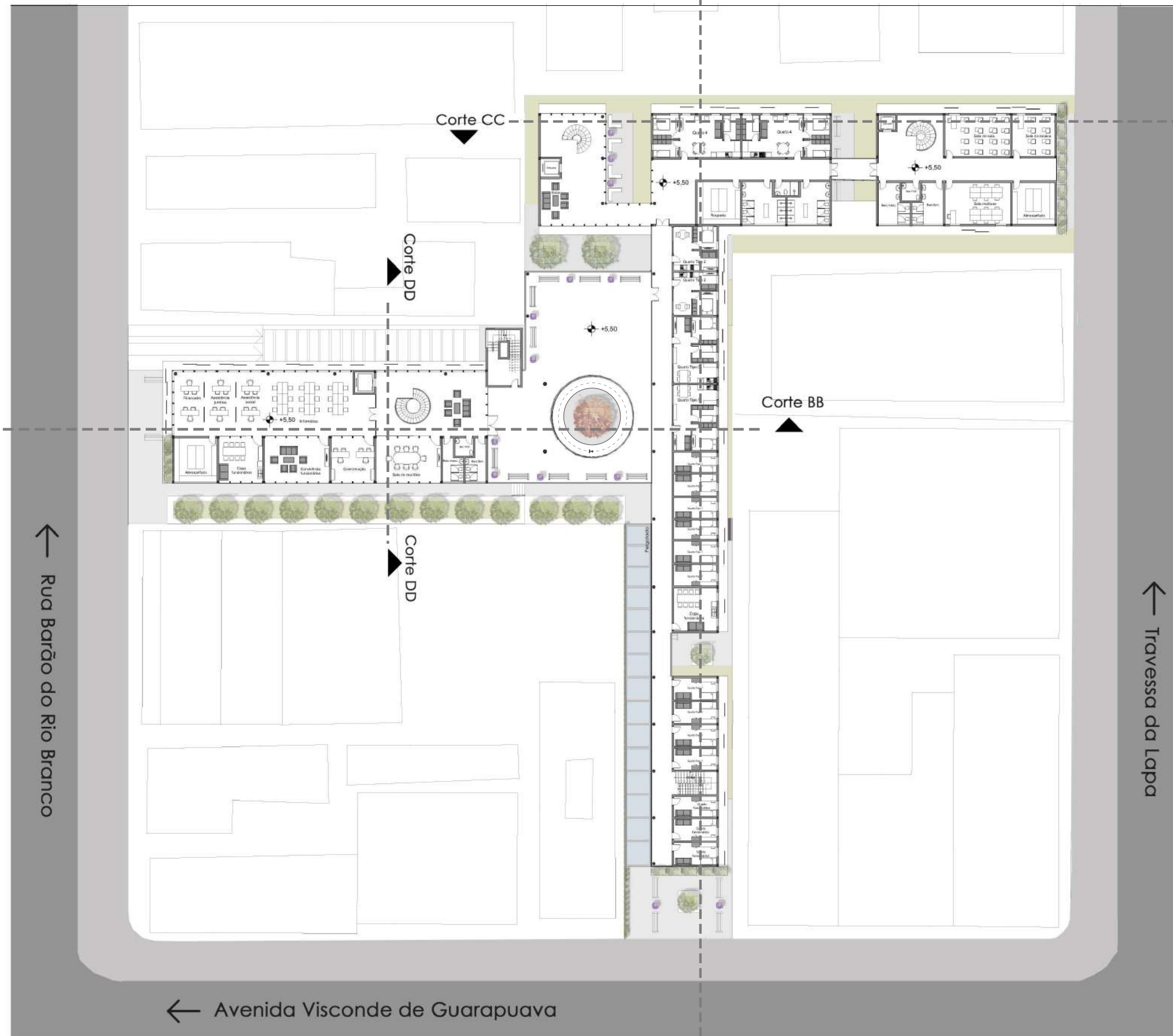


Fachada Avenida Visconde de Guarapuava



Fachada Travessa da Lapa





Planta Primeiro pavimento
Esc.1:250

Quarto Tipo 1 - Esc: 1:75



Quarto Tipo 2 - Esc: 1:75



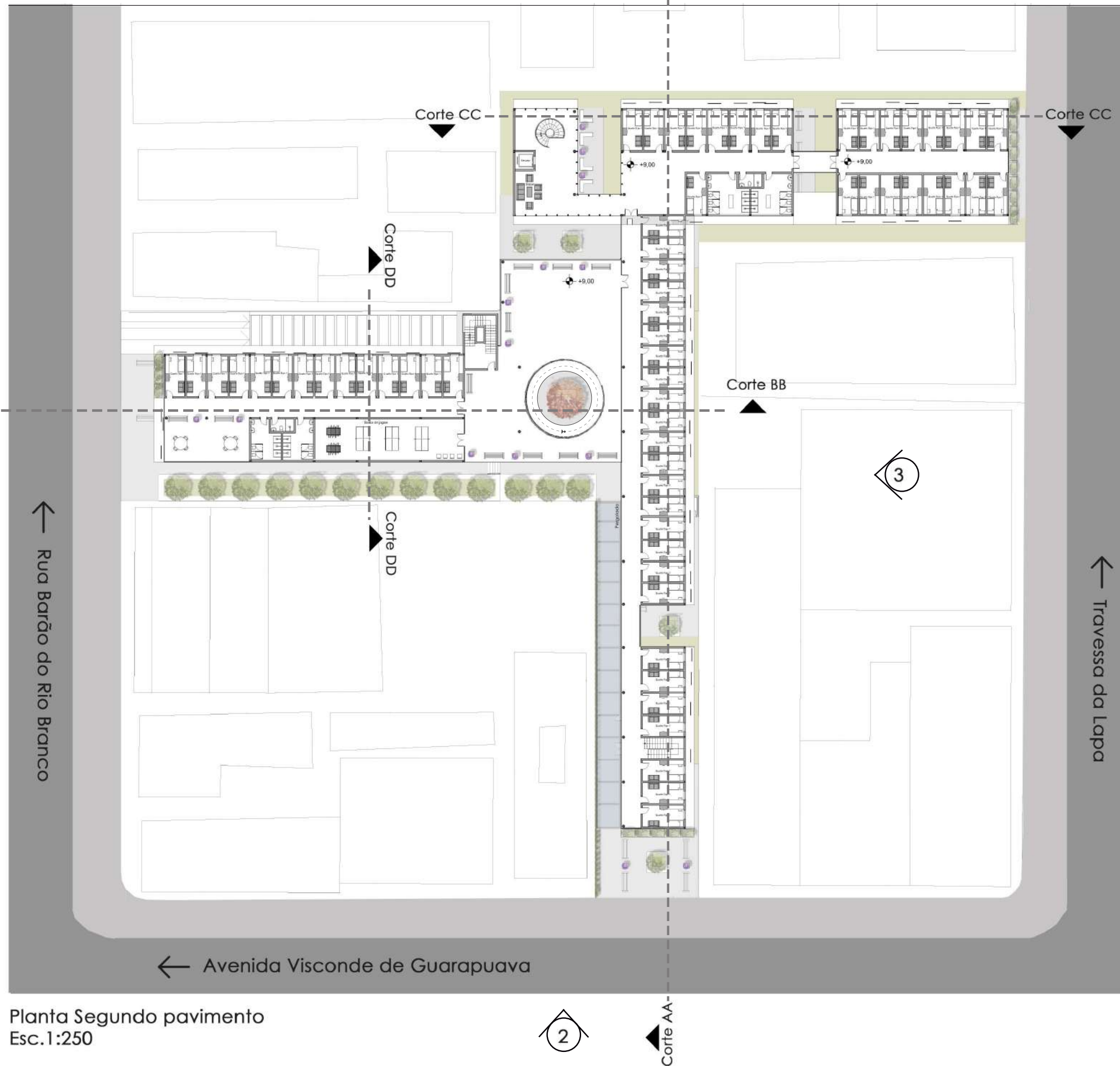
Quarto Tipo 3 - Esc: 1:75



Quarto Tipo 4 - Esc: 1:75

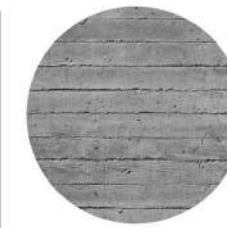


Capacidade total: 105 pessoas



Planta Segundo pavimento
Esc. 1:250

Aspectos plásticos



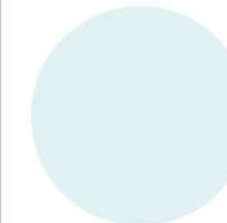
Concreto ripado



Jardim vertical



Madeira



Vidro

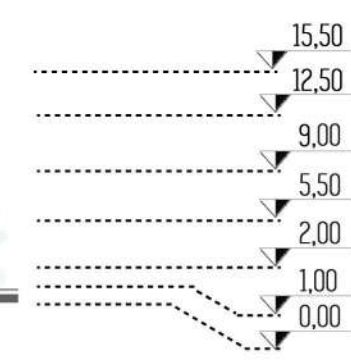


Petit pavet

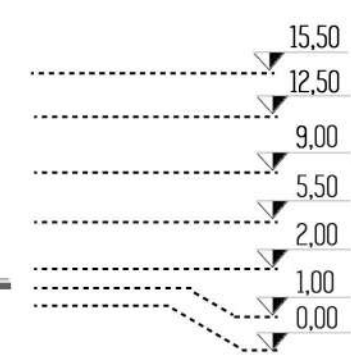




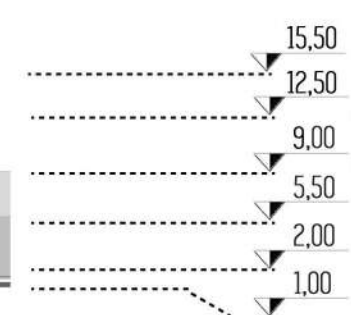
Elevação 01
Esc.1:250



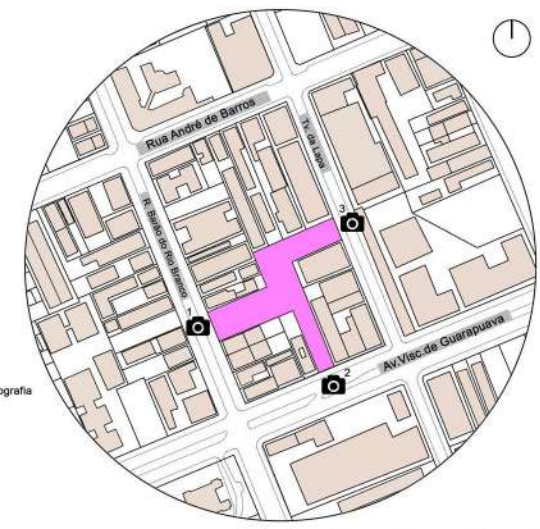
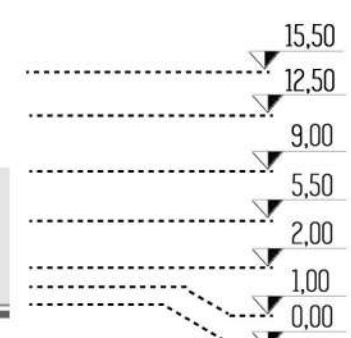
Elevação 02
Esc.1:250

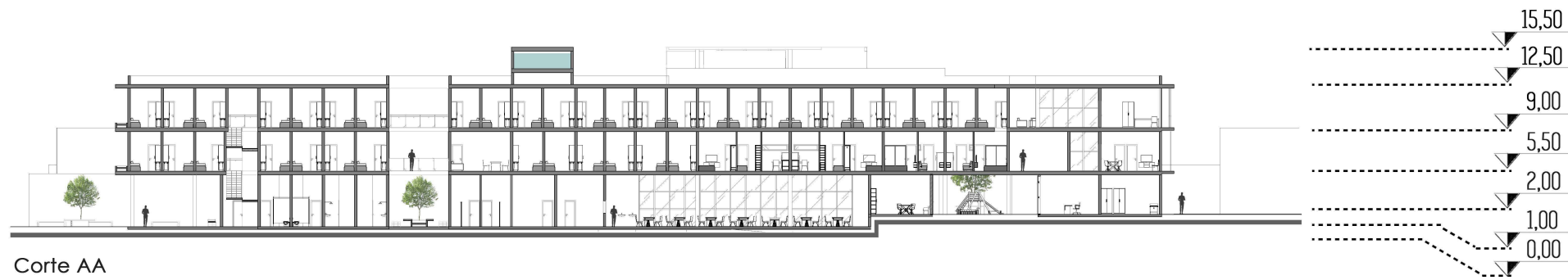


Elevação 03
Esc.1:250



Elevação 04
Esc.1:250

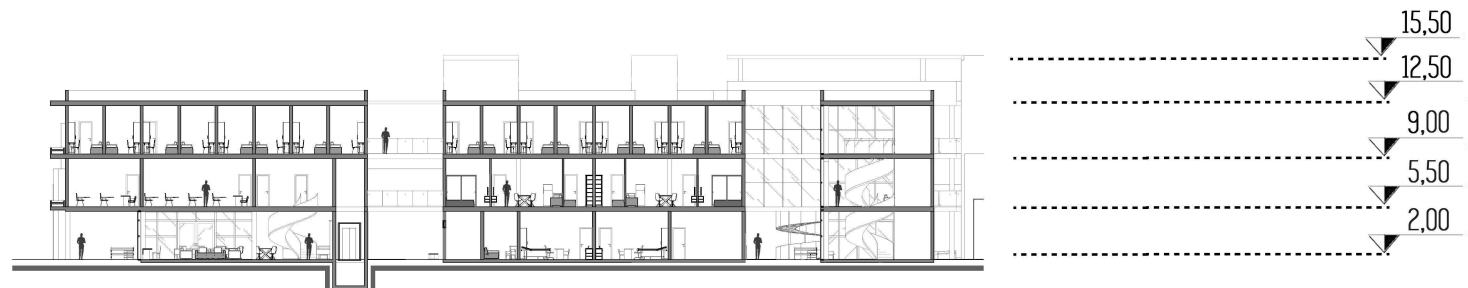




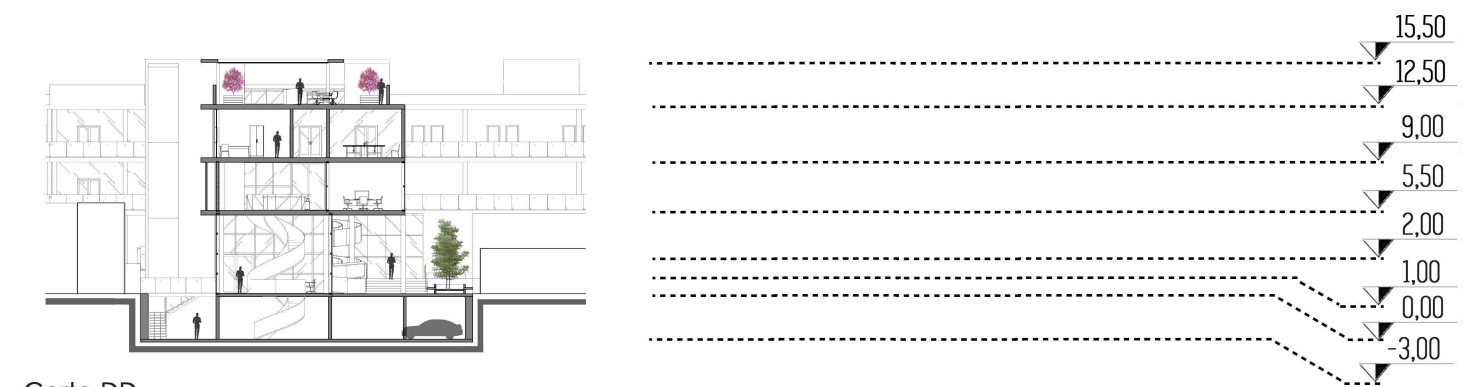
Corte AA
Esc.1:250



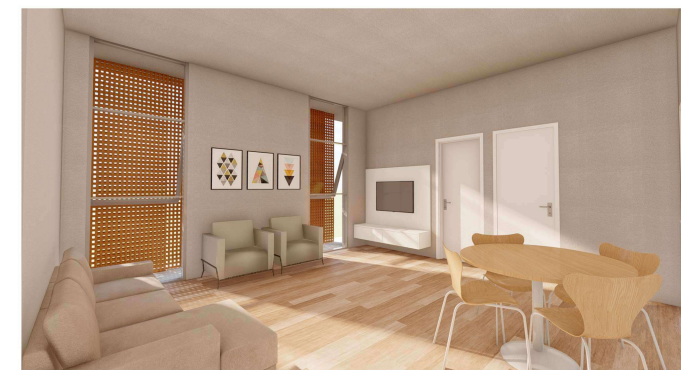
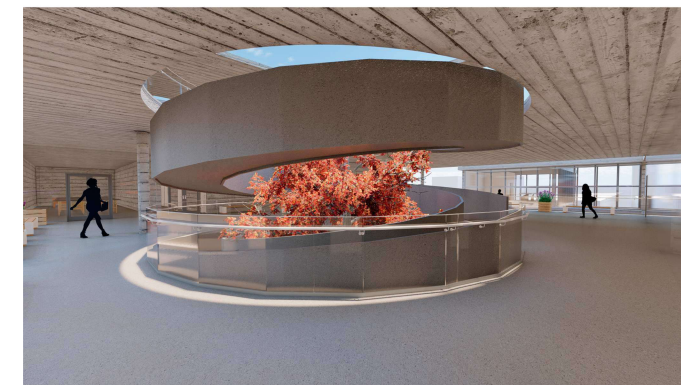
Corte BB
Esc.1:250



Corte CC
Esc.1:250



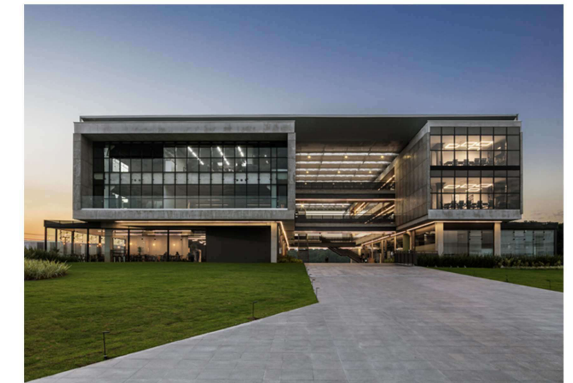
Corte DD
Esc.1:250



REFERÊNCIAS



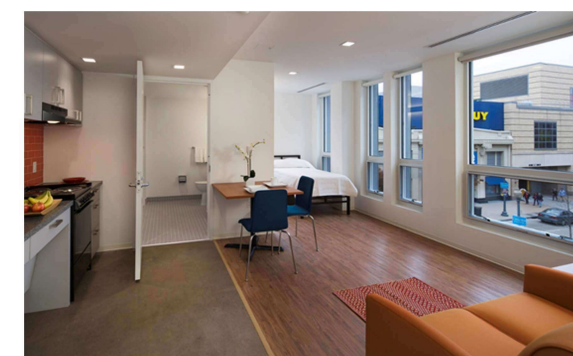
REFERÊNCIAS: EDIFÍCIO NOUVEAU - LISBOA
BRISE MÓVEL DE MADEIRA



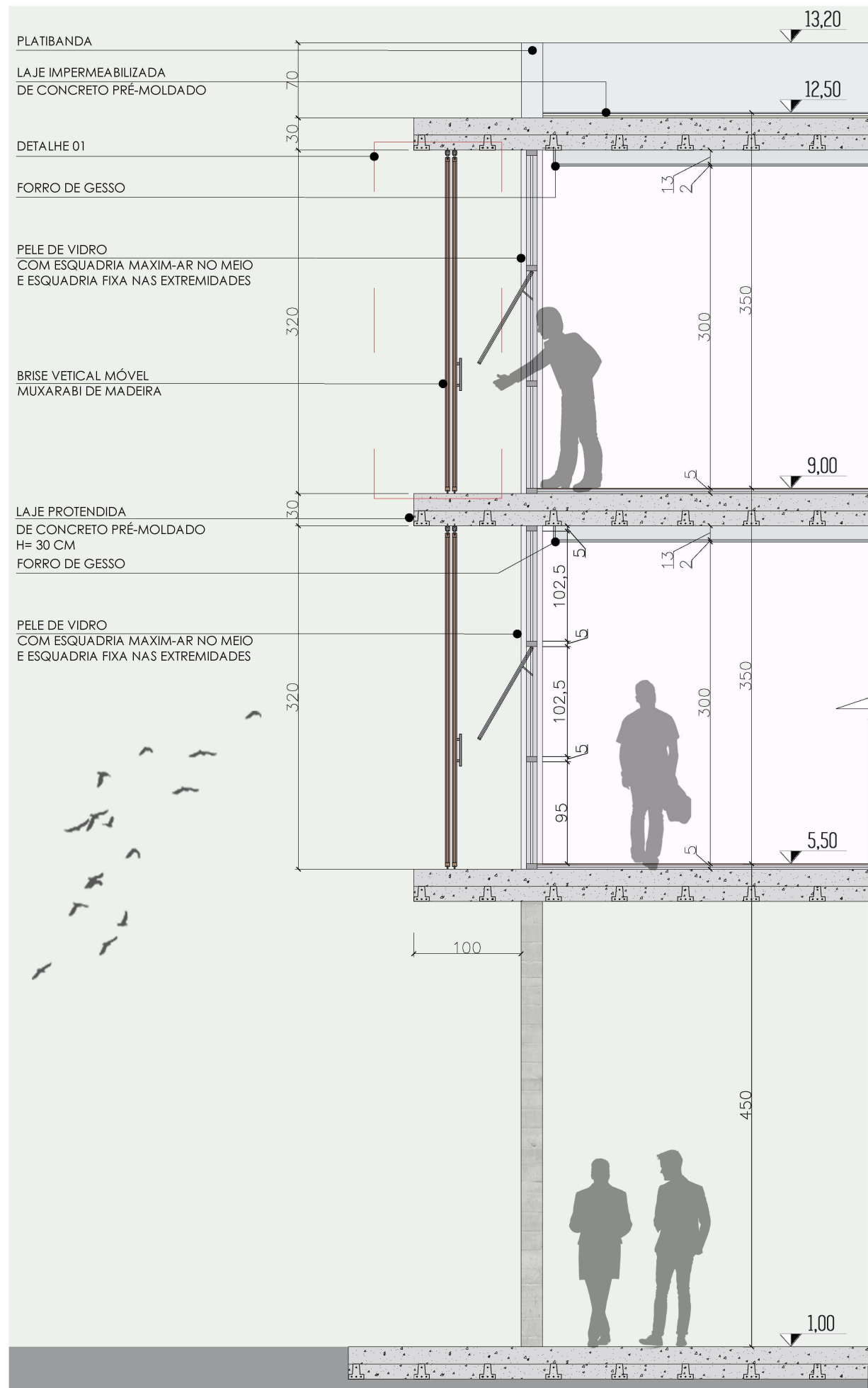
REFERÊNCIAS: ÁGORA TECH PARK – JOINVILLE
PERMEABILIDADE DO TÉRREO



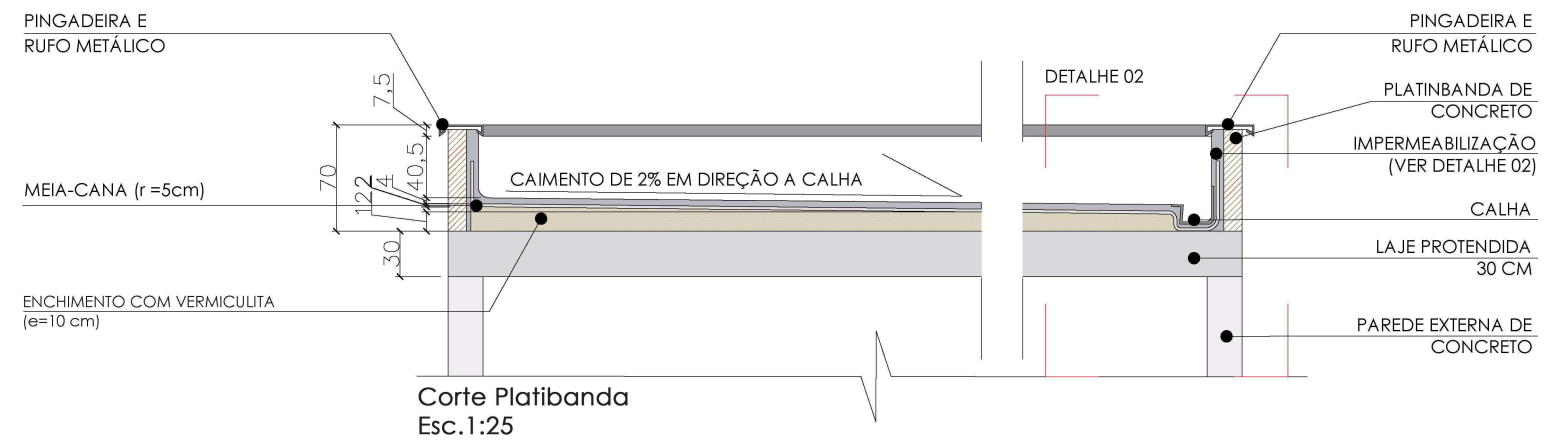
REFERÊNCIAS: CENTRO DE ACOLHIMENTO – TAIWAN
ÁTRIOS



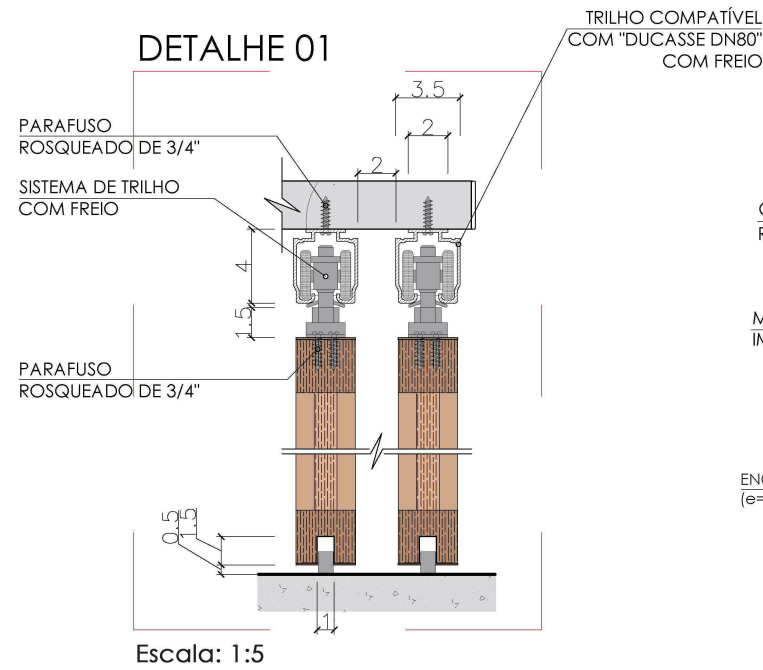
REFERÊNCIAS: LA CASA – WASHINGTON, DC
LAYOUT DOS QUARTOS



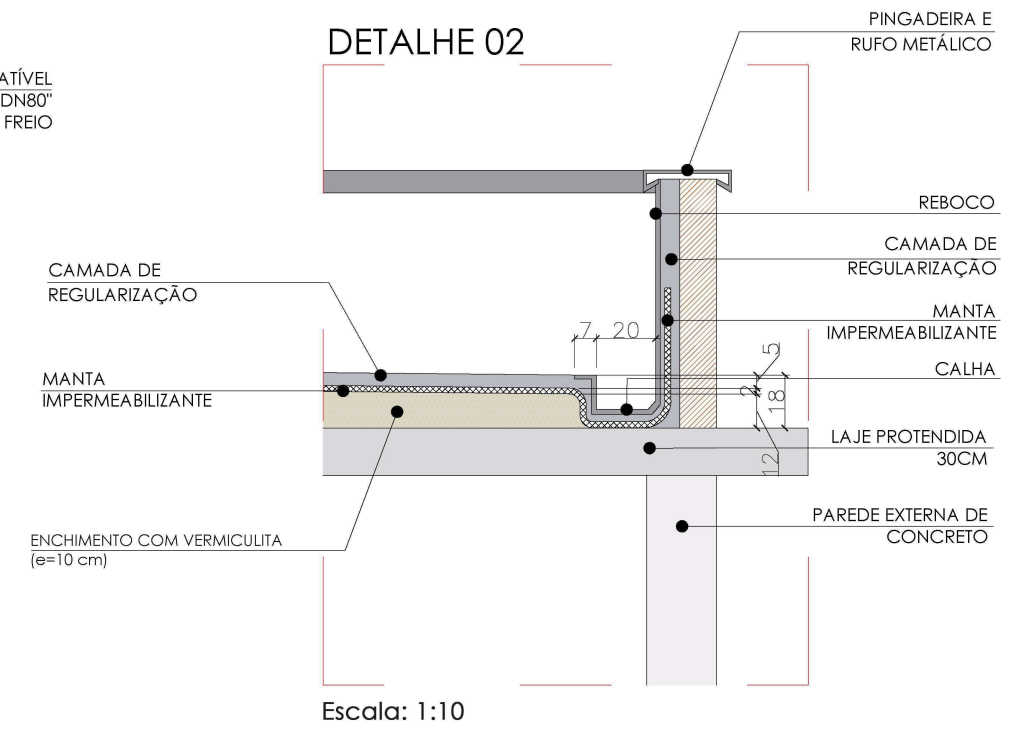
Corte Setorial
Esc.1:25



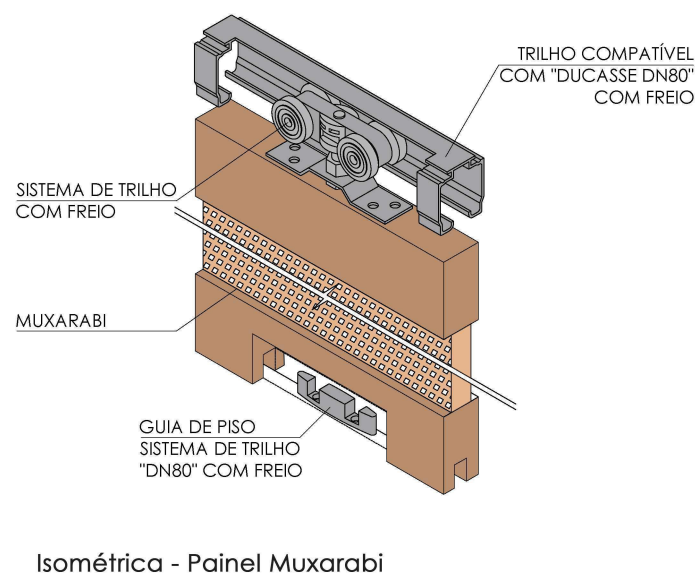
Corte Platibanda
Esc.1:25



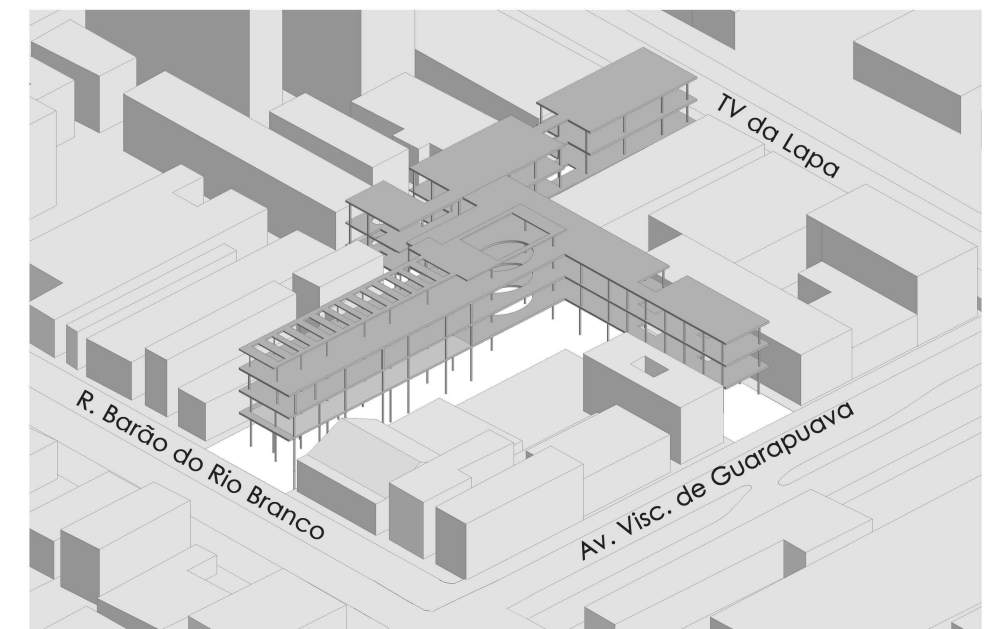
Escala: 1:5



Escala: 1:10



Isométrica - Painel Muxarabi



Isométrica
Esquema estrutural

PERSPECTIVAS

